

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

BEATRIZ PEREIRA SILVA

**BUENOS AIRES NEGRA, NEGRA BUENOS AIRES: UM ESTUDO
GEOGRÁFICO DOS ANTIGOS BAIRROS NEGROS**



Ilustração: Isadora Simões

VERSÃO CORRIGIDA

**SÃO PAULO
2023**

BEATRIZ PEREIRA SILVA

**BUENOS AIRES NEGRA, NEGRA BUENOS AIRES: UM ESTUDO GEOGRÁFICO
DOS ANTIGOS BAIROS NEGROS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

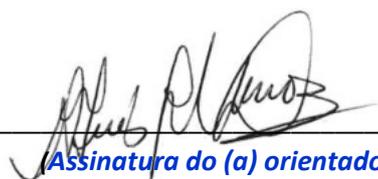
Nome do (a) aluno (a): Beatriz Pereira Silva

Data da defesa: 21/09/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Amália Inés Geraiges de Lemos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, 13/11/2023



Assinatura do (a) orientador (a)

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Beatriz Pereira

Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: um estudo geográfico dos antigos bairros negros. São Paulo, 2023. 145p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana.

1. Amefricanidade. 2. Buenos Aires Negra. 3. Antigos Bairros Negros. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

Beatriz Pereira Silva

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana Orientadora: Profa. Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr(a) _____
Instituição _____

Prof.(a) Dr(a) _____
Instituição _____

Prof.(a) Dr(a) _____
Instituição _____

Prof.(a) Dr.(a) Orientador(a) _____

Data de depósito da Dissertação: ___/___/___.

*Dedico esse trabalho aos meus familiares que são minha base e a
razão de eu ter chegado até aqui.
À minha avó Tereza, ao meu avô Vitor, à minha mãe Marilei, ao meu
pai Luiz e à minha irmã Bárbara.*

*Dedico também ao povo negro e, em especial, a todas as mulheres
negras da América que também me fizeram chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

“Tudo que nois tem é nois” (Emicida)

Seria injusto dizer que esse trabalho foi feito apenas por mim, seria desconsiderar as conversas, os choros, os abraços, os risos, as leituras e as reflexões que tive ao longo não só desses anos, mas também da minha trajetória e da minha constituição enquanto ser, ser Beatriz. Se cheguei até aqui, não foi só!

Por isso, gostaria de agradecer, primeiramente, por todo apoio, carinho, afeto e fortalecimento que sempre recebi de minha família, sobretudo de minha mãe, Marilei, meu pai, Luiz Vanderlei e minha irmã Bárbara. Pelo vô Vitor que sempre se orgulhou dos meus estudos e pela minha vó Tereza por todo amor e carinho. Meu muito obrigada por ter essas referências ancestrais em minha vida.

Agradeço ao Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (NEPEN GEO-USP), por ter sido esse espaço de (re)existência, formação, acolhimento e de aquilombamento. Foi por meio dos estudos e fortalecimento que no ano de 2019 ingressamos “em bonde” (ao todo sete pesquisadoras), na pós-graduação em Geografia Humana e Física da USP. Em especial, à Amanda Lima de Moraes e Geinne Monteiro de Souza Guerra (que juntas fizemos um trio das amefricanidades), Ayana Kissi, Erica Cristina Ferreira, Fabiana Luz, Rita de Cássia Mota Santos, Ana Lígia dos Santos, Tuwilê Jorge Kin Braga, Tailane Machado, Tais Evandra, Felipe Borges Lopes e Guilherme Estevão.

Também àquelas e àqueles que foram fundamentais para minha constituição enquanto sujeita e que fazem parte da minha trajetória de vida, Adriana Pereira da Silva, Vilma Pereira da Silva, Julio Cesar Pereira da Silva, Matheus Medeiros, Vanício de Paula Silva, Vanildo de Paula Silva, Caio Cândido Ferraro, Victor Lucas Motta, Rafael Frade, Mirella Maria, Ana Kelly, Monise Desirée, Michele Oliveira, Lucas Rossi, Raquel Bossan, Rosa Flor, Talita Ferreira, Aline Oliveira, Fabiana Nogueira, Janaína Frigato, Carla Egi, Letícia Farnetani, Érica Alves Cavalcante, Mariana Salvador, Camila Nunes Rossato, Win Eufrasio, Fabiana dos Anjos, Fernando Reis, Julio Witer.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que participaram diretamente na construção desse trabalho, Silvia Balbuena, Silvia Posadas, Carmen Yannone, Isadora Simões, Lilia Ferrer Morillo, Isabella Tamaki e Marcos Henrique Martins, Malena Tasat, Nahuel Llido e o Prof. Dr. Tomás Guzmán.

Agradeço também à Profa. Dra. Mónica Arroyo, à Profa. Dra. Perla Zusman, à Profa.

Dra. Cecília Winter, à Profa. Dra. Geny Ferreira Guimarães, ao Prof. Dr. Adam Bledsoe e ao meu mestre Antônio Carlos (Billy) Malachias por todo apoio e direcionamento. À Profa. Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos, pela confiança e por ter me acolhido, amparado e incentivado a participar das diversas atividades acadêmicas.

RESUMO

SILVA, B. P. **Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: um Estudo Geográfico dos Antigos Bairros Negros**. 2023. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2023.

Por muitas décadas a existência afroargentina foi socialmente invisibilizada e reforçada a ideia de uma Argentina estritamente branca, correspondente a um ideário brancocentrado que tem como referência a Europa e sua origem na cidade de Buenos Aires no século XIX, após o processo de independência. Nesse contexto, destacamos a criação do Estado-nação e, em particular, de um Projeto Político Nacional que, no caso das sociedades latino-americanas, sofreu fortes influências europeias, sobretudo porque a ideia de nação é uma construção ocidental. Isso significa dizer que, para criar uma identidade nacional, foi preciso idealizar e valorizar um povo, uma história e um mito que no caso argentino, teve fundamento na migração europeia do século XIX em detrimento da negação e invisibilização da população negra e indígena. Desse modo, a presente pesquisa buscou problematizar as relações raciais na Argentina, sobretudo na cidade de Buenos Aires, de maneira a enegrecer as narrativas oficiais e contar a história silenciada. Para isso, nos utilizamos das categorias geográficas *espaço* e *tempo* e da categoria político-cultural de *amefricanidade* para evidenciar as territorialidades negras no espaço urbano portenho. A partir desse movimento e da literatura consultada, foi possível identificar e localizar os antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires e constatar sua relação com o processo de formação da cidade, de forma a desvelar o papel da população afro-diaspórica na constituição política, econômica e cultural de Buenos Aires.

PALAVRAS-CHAVE: Buenos Aires Negra; antigos bairros negros; amefricanidade; América Latina.

RESUMEN

SILVA, B. P. **Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: un Estudio Geográfico de los Antiguos Barrios Negros.** 2023. 145f. Maestría en Geografía Humana - Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Departamento de Geografía, Universidad de São Paulo, 2023.

Hace mucho que la presencia afroargentina fue socialmente invisibilizada y fortalecida la idea de una Argentina estrictamente blanca, correspondiente a un ideario blancocentrado que tiene como referencia la Europa y su origen en la ciudad de Buenos Aires en el siglo XIX, en el período post-independencia. En ese contexto, destacamos la creación del Estado-nación y, en particular, de un Proyecto Político Nacional que, en el caso de las sociedades latinoamericanas, sufrió fuertes influencias europeas, sobre todo porque la idea de nación es una construcción occidental. Es decir que para crear una identidad nacional fue necesario idealizar y valorar un pueblo, una historia y un mito que, en el caso argentino, tuvo fundamento en la migración europea del siglo XIX, en detrimento de la negación e invisibilización de la población negra e indígena. Así, la presente investigación buscó problematizar las relaciones raciales en la Argentina, sobre todo, en la ciudad de Buenos Aires de manera a *enegrecer* las narrativas oficiales y contar la historia silenciada. De ese modo, utilizamos las categorías geográficas *espacio y tiempo* y la categoría político-cultural de *amefricanidade* para evidenciar las territorialidades negras en el espacio urbano porteño. A partir de ese movimiento y de la literatura consultada, fue posible identificar y localizar los antiguos barrios negros de la ciudad de Buenos Aires y constatar su relación con el proceso de formación de la ciudad, de forma a desvelar el papel de la población afro-diaspórica en la constitución política, económica y cultural de Buenos Aires.

PALABRAS-CLAVE: Buenos Aires Negra; antiguos barrios negros; amefricanidade; Latino América.

ABSTRACT

SILVA, B. P. **Buenos Aires Black, Black Buenos Aires: a geographic study of the olds black neighborhoods.** 2023. 145f. Master in Human Geography - Faculty of Philosophy, Letters and Humans Sciences, Department of Geography, University of São Paulo, 2023.

For many decades, Afro-Argentine existence was socially made invisible, reinforcing the Argentinean whiteness idea, corresponding to a white-centered ideology with Europe and its origins in Buenos Aires city in the 19th century, following the independence process. In this context, the nation-state creation emphasis and the specific National Political Project in Latin American societies were strongly influenced by Europe, mainly because of the Western construction of the nation. Creating a national identity, the European narrative idealized and valorized a people, a history, and a myth based on white European migration in the 19th century. This colonial strategy imposes Argentinian society deny and invisibilize the black and indigenous population. Thus, this research search to problematize racial relations in Argentina, particularly in Buenos Aires City, to "blacken" the (official) narratives and tell the silenced history. The research methods are the geographical categories of space and time and the political-cultural category of *amefricanity* to highlight black territorialities in the urban area of Buenos Aires. Through these methods and the literature review, it was possible to identify and locate the former old black neighborhoods of the city of Buenos Aires and ascertain their relationship with the city's formation process to unveil the role of the Afro-diasporic population in the political, economic, and cultural constitution of Buenos Aires.

KEY-WORDS: Black Buenos Aires; old black neighborhoods; amefricanity; Latin America.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desembarque compulsório de africanos e africanas escravizadas no porto de Buenos Aires (1606- 1828)	67
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa-Mundi	35
Imagem 2: Mapa Invertido da América do Sul	36
Imagem 3: O mundo ao contrário, Mafalda	37
Imagem 4: Primeiro Censo Nacional da República Argentina - 1969	56
Imagem 5: Fundação de Buenos Aires por Garay, de José Moreno Carbonero	60
Imagem 6: “Plano de Fundação, ano 1583”	61
Imagem 7: Mapa Geográfico de América Meridional	63
Imagem 8: As províncias do Prata depois do vice-reinado	69
Imagem 9: “Plano da Cidade de Buenos Aires, ano 1750”	70
Imagem 10: “Candombe Federal en época de Rosas” de Martín Boneo	75
Imagem 11: Estátua de María Remedios del Valle	78
Imagem 12: “Plano de Buenos Aires de Guia Nacional - 1895”	82
Imagem 13: Casa Mínima no bairro de San Telmo, Buenos Aires	95
Imagem 14: Identificação da Casa Mínima	96
Imagem 15: Caminito, bairro La Boca	103
Imagem 16: Narrativas da formação do bairro La Boca nas paredes do Caminito	103
Imagem 17: Memória da origem do tango nas paredes do Caminito	105
Imagem 18: Plano topográfico de Bertres, 1822	108
Imagem 19: Oficina de Mapa Afetivo	117
Imagem 20: Mapa mental construído pelas mulheres afroargentinas	122
Imagem 21: Construção do mapa mental	123
Imagem 22: Candombe argentino	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Casco Histórico da Cidade de Buenos Aires	91
Mapa 2: Antigos Bairros Negros da Cidade de Buenos Aires	93
Mapa 3: Nações Africanas nos Antigos Bairros Negros da Cidade de Buenos Aires	98
Mapa 4: Localização afro-afetiva dos bairros da cidade de Buenos Aires	119
Mapa 5: Lugares da Memória Afro-argentina na Cidade de Buenos Aires	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Localização das nações na cidade de Buenos Aires	99
Quadro 2: Síntese da Oficina de Mapa Afetivo	121

TABELAS

Tabela 1: Resultado de oito Censos da Cidade de Buenos Aires (1778 - 1887)	72
Tabela 1: Resultado de oito Censos da Cidade de Buenos Aires (1778 - 1887)	81
Tabela 2: Origem de africanos e africanas residentes na cidade de Buenos Aires	100

LISTA DE SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

DST - Divisão Social do Trabalho

DTT - Divisão Territorial do Trabalho

ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia

FSE - Formação Socioespacial

IFMA - Instituto Federal do Maranhão

MNU - Movimento Negro Unificado

NEPEN-USP - Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia na Universidade de São Paulo

UEPA - Universidade Estadual do Pará

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - UM CONTINENTE DE RELAÇÕES RACIAIS	30
1.1 Por que (não) América Latina? Reflexões e (re)significações	31
1.2 Caminhos para nossa <i>amefricanidade</i>	34
1.3 Tempo e espaço: raça e racismo como uma rugosidade espacial	41
1.4 Formação socioespacial e o <i>Atlântico Negro</i>	44
CAPÍTULO 2 - ARGENTINA TAMBÉM É AFRO: UMA HISTÓRIA DESDE DENTRO	52
2.1. Há afrodescendentes na Argentina?	53
2.2. Remontando fragmentos histórico-geográficos enegrecidos	57
2.3. <i>Buenos Aires colonial</i>	58
2.4. Buenos Aires: a rainha do Prata	68
2.5. Buenos Aires e a independência argentina	73
CAPÍTULO 3 - BUENOS AIRES NEGRA, NEGRA BUENOS AIRES: OS ANTIGOS BAIROS NEGROS DA CIDADE	85
3.1. A(s) geografia(s) dos bairros negros e os antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires	85
3.2. Subvertendo as narrativas: “desenterrando” memórias	100
3.3. Buenos Aires: a Paris da América do Sul	106
CAPÍTULO 4 - CARTOGRAFIA(S) AFRO-AFETIVA(S): HISTÓRIAS E MEMÓRIAS ANCESTRAIS	111
4.1. Cartografias Afro-afetivas: entre narrativas e memórias	114
PARA NÃO CONCLUIR: APENAS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...	130
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMATIVO	141

*Às vezes eu temo escrever.
A escrita se transforma em medo,
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais.
Nesse mundo,
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento,
Como um corpo fora do lugar.
Eu sei que, enquanto escrevo,
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada,
E, provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
Eu tenho que fazê-lo
Eu estou incrustada numa história
De silêncios impostos,
De vozes torturadas,
De línguas interrompidas por
Idiomas forçados e
Interrompidas falas.
Estou rodeada por
Espaços brancos
Onde, dificilmente, eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como uma obrigação,
Para encontrar a mim mesma.
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro*

*Mas a própria voz
Não o objeto,
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno: existo.*

Grada Kilomba. Enquanto eu escrevo (The Desire Project)

INTRODUÇÃO

Como se pode contar uma história verdadeira das américas sem falar da maior parte da população durante a maior parte da história, período em que se estava formando a base dos novos sistemas político-econômicos e socio-culturais?

(WALKER, 2012, p. 12, tradução nossa).

Argentina também é Afro!

A afirmativa “Argentina também é Afro” tem ganhado notoriedade nas últimas décadas e revela as reivindicações políticas e culturais afroargentinas, silenciadas pela história “oficial” do país que padece de algo que nos parece comum: a luta contra o racismo e a invisibilização da população negra nas sociedades (latino)americanas.

Não podemos esquecer que a migração forçada de africanos e africanas iniciada no século XVI, “criou um movimento do continente africano para as Américas de histórias e geografias de diversas etnias negras, [que] teve consequências diaspóricas profundas” (BRAGA, 2019, p. 36) nessas sociedades e, portanto, dizer que “não há negros na Argentina” é um equívoco. Walker (2012) e Braga (2019) nos provocam a repensar a história das américas partindo da “história negra das américas”, isto é, da população que teve e tem grande importância no processo de formação dessas sociedades contemporâneas. Desse modo, é necessário:

Pensar as Américas como um quebra-cabeça diaspórico, em que cada sociedade simboliza/oferece peças do jogo, uma vez que somos unidos/as, inegavelmente, pela escravização, mas também, de maneira mais feliz, pelos nomes, pelas comidas, pelas festas, instrumentos, músicas e bailes, pelos saberes e até pelos santos católicos do colonizador (WALKER, 2012, p. 15).

Tendo em vista que os estudos geográficos nos possibilitam compreender os períodos históricos presentes em todas as sociedades e desvelam a relação dos seres humanos com o meio geográfico: “pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização” (MORAES, 2005, p. 24).

Nesse aspecto, a Geografia, enquanto ciência que analisa o espaço e as relações sociais que se dão nele, nos possibilitou investigar, compreender e interpretar a história não contada sobre a população africana e afroargentina ao longo do processo de formação do país, desmistificando a pujante ideia de uma Argentina estritamente branca:

o mito da homogeneidade branca da população argentina foi consolidado de tal maneira que se transformou em um tema tabu para grande parte da intelectualidade e a “raça” ficou no lugar de um objeto não problematizado (...) (GARGUIN, 2017, p. 26, tradução nossa).

Desse modo, no decorrer dos capítulos, nos apropriamos das “categorias do método geográfico” *estrutura, processo, função e forma* (SANTOS, 2014) que, de maneira conjunta, nos possibilitou compreender a entrada da população negro-diaspórica na Argentina e, em particular, na cidade de Buenos Aires, bem como o processo de formação dos antigos bairros negros no espaço urbano portenho.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 2014, p. 69).

Assim, identificamos a *estrutura*, que “implica a inter-relação de todas as partes de um todo” (SANTOS, 2014, p. 69), em dois momentos: 1) período colonial/mercantilista e 2) capitalismo pós-colonial. Já o *processo* se refere ao tempo (periodização): 1) colonização, 2) independência nacional e 3) modernização. A *função*, por sua vez, está relacionada à *forma* que, no caso da cidade de Buenos Aires foi: 1) abastecer a metrópole e 2) sua relação com o mercado mundial. Por fim, temos a *forma* compreendida nesta pesquisa como 1) a cidade colonial e 2) os bairros negros.

É importante considerarmos os processos históricos na compreensão da formação e desenvolvimento das sociedades e, por consequência, das cidades, pois “as formas sociais são produtos históricos, resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, expressando a cada momento as relações sociais que lhe deram origem” (SILVA, 2002, p. 72). Nesse sentido, reforçamos a importância em trabalhar as categorias de *espaço e tempo* na presente pesquisa, o que nos possibilitou interpretar as ações, territorialidades e sociabilidades pretéritas e contemporâneas da população negro-diaspórica e afrodescendente no espaço urbano portenho.

Ao refletirmos sobre a *afroargentinidadade*, compreendida nesta pesquisa como o modo de ser e estar da população negra argentina, suas culturas e vivências, destacamos que o nosso ponto de partida não é a escravização. Passamos por ela, mas não nos restringimos a esse processo, pois nosso principal objetivo é dialogar com as grafias negras da cidade de Buenos Aires no período colonial e pós-independência. Assim, partimos do conhecimento ancestral

desde o continente africano e a partir dele. É necessário “escurecer”¹ que consideramos todo o processo de genocídio da população indígena na Argentina e a discussão sobre a exclusão e marginalização desses povos e somos solidárias à luta antirracista, entretanto, reconhecendo nosso limite investigativo, ressaltamos que há um recorte na presente pesquisa, tendo como foco a população negra e afroargentina.

Buscamos, dessa forma, expor nas páginas seguintes, um recorte *espacial e temporal* sobre a existência e a presença negra na cidade de Buenos Aires, bem como caracterizar as territorialidades dessa população no espaço urbano portenho através da identificação dos antigos bairros negros da cidade formados no século XVIII, e da elaboração de uma cartografia específica construída para este trabalho.

Nesse movimento, a ideia de raça foi compreendida como um componente de análise territorial que organiza o espaço geográfico à medida que hierarquiza a sociedade, ditando os lugares nos quais determinados grupos sociais devem ou não ocupar, serem ou não humanizados, visibilizados ou invisibilizados, dentre outros.

Para “escurecer” nossa discussão, é importante destacar o uso de algumas terminologias empregadas na pesquisa. Inicialmente, pensamos em utilizar essencialmente o termo “afroargentino” para designar a presença e existência da população analisada. Entretanto, nos atentamos ao fato de que, ao estudarmos o período colonial argentino, a nomenclatura torna-se equivocada e anacrônica, pois está em descompasso com a ordem cronológica da história, visto que, todavia, não havia sido constituída a *nação* Argentina.

Nesse sentido, optamos por utilizar os termos “africanos”, “africanas”, para as pessoas nascidas no continente africano que realizaram a migração forçada para as Américas, e “afrodescendentes”² que são aqueles e aquelas que descendem desses sujeitos. Logo, o termo “afroargentino” refere-se às pessoas que descendem de africanos e africanas e nasceram no território argentino no período pós-independência. Conforme o Banco Mundial (2018):

¹ Grada Kilomba (2019) assinala a importância em refletirmos sobre as marcas da colonização em nosso vocabulário. Assim, quando utilizamos as expressões “esclarecer, deixar claro, clarear”, dentre outras, subentende-se que somente o que é claro é evidente, é tangível, compreensível. Neste trabalho, optamos por subverter algumas marcas da colonialidade, por isso, buscamos “escurecer as ideias”, onde a palavra “escuro” está associada a algo positivo e explícito. Conforme a autora: “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana” (KILOMBA, 2019, p. 14).

² Conforme o Banco Mundial (2018), o termo afrodescendente engloba uma variedade de outros termos que descrevem percepções locais e nacionais da raça. Os termos negro, moreno, pardo, zambo, cimarrón, mulato, tercerón, preto e crioulo, entre muitos outros, são muito mais próximos à compreensão de raça e relações raciais dos latino-americanos” (p. 32).

O uso do termo afrodescendente é relativamente recente na América Latina. Ele foi adotado pela primeira vez em uma declaração oficial por representantes latino-americanos e caribenhos reunidos na Conferência Regional contra o Racismo em Santiago, Chile, no ano 2000. A conferência foi convocada para articular a agenda regional antes da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, no ano seguinte. Apesar de o termo se referir, de forma geral, a pessoas da diáspora africana, nas Américas ele é principalmente associado aos descendentes de africanos trazidos para o continente entre o século XVI e o final do século XIX para servir como mão de obra escrava nas plantações, minas, fábricas e casas das elites brancas e mestiças (p. 32).

Posteriormente, foi possível observar na bibliografia consultada a constante utilização do termo “negro” na Argentina, que está atrelado ao fenótipo, isto é, às características físicas dessa população, relacionadas, sobretudo, ao tom de pele não branca, escura ou retinta: “essa categoria de análise compreende e indica como negro todo o grupo e indivíduos considerados não brancos possuidores de algum tipo de parentesco ou ascendência negro-africana, desde que autodeclarados como tal” (GUIMARÃES, 2015, p. 28).

Frigerio (2008) nos apresenta caminhos para interpretar as categorias raciais que estruturam o país. Segundo o autor, existe, como em toda América Latina, “uma narrativa dominante da nação que enfatiza sua branquitude”, que se estabeleceu durante grande parte do século XX, direcionada a tentativa de “desaparição” da população negra (FRIGERIO, 2008, p. 119, tradução nossa). O sistema de categorização racial da Argentina, passado algumas décadas, se constituiu:

Principalmente através de duas formas: mediante a criação da categoria negro para uma quantidade cada vez mais reduzida de pessoas, invisibilizando determinados traços fenotípicos (e ainda a determinados indivíduos que os possuem, nas histórias familiares), permitindo dessa forma, o predomínio naturalizado da branquitude portenha. Por outro lado, através da insistência da categoria “negro” (entre aspas) ou “cabecita negra”, designada a boa parte da população de escassos recursos e que não está relacionada a dimensão racial, mas sim socioeconômica (FRIGERIO, 2008, p. 120, tradução nossa).

Assim, além da relação fenotípica da categoria “negro”, no caso específico argentino, há também uma associação direta com a classe social. Desse modo, a categoria “negro” foi criada para distinguir e diferenciar o “branco” (europeu) do “outro” (não europeu) de maneira negativada, isto é, atrelada ao não-civilizado no período colonial e, atualmente, está relacionado ao fenótipo e também a população em condições de vulnerabilidade.

Ainda que o autor destaque que não há uma relação com a dimensão racial, compreendemos que a concepção de “negro” na contemporaneidade associada a classe, não deixa de estabelecer vínculos com a constituição da raça, pois revela os desdobramentos e

resquícios do processo de colonização e classificação dos grupos sociais e que, portanto, está atrelado a algo pejorativo.

Com a clara definição da negritude racial, na Argentina existe outro tipo de negros, ainda que esses não representem uma alteridade racial, já que formariam parte do ser argentino não negro, "normal" ou branco. Em um complexo campo de categorização de classe social onde as cores e as formas físicas são relevadas de maneiras confusas e interdependentes, estes negros sim formariam parte da co-nacionalidade. Ainda que esta negritude não necessite – a princípio – de marcadores visuais de raça, está determinada por uma "forma de ser" associada ao popular e grotesco: um modo de ver o mundo (retrógrado), atos (incivilizados), (falta de) educação, lugar de moradia (suja, pobre), etc. Definitivamente, o "negro conacional" aparece como uma forma despectiva de representação do mundo popular, concebida pelas classes médias e altas locais (GELER, 2016, s/p, tradução nossa).

Todavia, é importante destacar que a categoria “negro” é uma invenção social criada pelo homem branco europeu, posteriormente ressignificada e apropriada de forma política e identitária pelos movimentos sociais.

Torna-se necessário ressaltar que a “invenção do ser negro”, do “povo negro”, “do continente negro” foi originalmente construída dentro dos quadros conceituais e simbólicos das culturas brancas hegemônicas. É possível pensar, portanto, que o homem africano, nas suas culturas originais, não se tenha concebido como negro, a não ser a partir de um momento em que passa a ser apontado como tal. Talvez até então, ele nunca houvesse situado a sua cultura e a sua vivência, a partir de uma visibilidade epidérmica, isto é, da cor de sua pele e da forma de seus traços corporais (BRITO, 2011, p. 16).

Dito isso, apresentamos a organização da presente pesquisa, que foi estruturada em quatro capítulos, a saber: Capítulo 1: *Um continente das relações raciais*; Capítulo 2: *Argentina também é Afro: uma história desde dentro*; Capítulo 3: *Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: os antigos bairros negros da cidade*, e, por fim, Capítulo 4: *Cartografia(s) Afro-afetiva(s): histórias e memórias ancestrais*.

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão sobre a formação e constituição da América Latina partindo de uma análise das relações raciais motivada pelo debate sobre a criação da ideia da América Latina, que foi pensada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, todavia, factível de ser (re)significada, ao dialogarmos com a categoria de *amefricanidade* de Lélia Gonzalez (1988).

No capítulo *Argentina também é Afro: uma história desde dentro*, retomamos o processo histórico de formação do país e da cidade de Buenos Aires através de uma perspectiva enegrecida, isto é, contamos a história partindo da chegada compulsória de africanas e africanos neste território e sua importância na conformação política, econômica e cultural dessa sociedade. Trabalhos como os de Andrews (1989), Schávelzon (2003), Geler (2010), Candiotti

(2021), dentre outros, foram fundamentais para desvelar e contestar a ideia de uma Argentina branca e apontado para as relações raciais no país, sobretudo, na cidade de Buenos Aires.

Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: os antigos bairros negros da cidade, é o capítulo que identifica e localiza os antigos bairros negros da cidade portenha por meio da cartografia específica elaborada para essa pesquisa. Após a consulta e levantamento de dados de autores e autoras (ANDREWS, 1989; SCHAVELZON, 2003; GELER, 2010; CANDOTI, 2021), foi possível mapear essas territorialidades.

O último capítulo, *Cartografia(s) Afro-afetiva(s): histórias e memórias ancestrais*, foi construído de forma coletiva, pois sistematizamos a entrevista realizada com um grupo de mulheres afroargentinas, Silvia Balbuena, Silvia Posadas e Carmen Yannone; destacamos suas falas que reforçam e complementam as ideias encontradas na literatura consultada e apresentamos a *cartografia afetiva* desenvolvidas por elas.

Estabelecida a temática, a proposta desse trabalho é **desvelar o apagamento histórico da população afroargentina** e sustentar que **a população negra foi fundamental para a constituição política, econômica e cultural da Argentina e da cidade de Buenos Aires**.

Dos objetivos determinados para esta pesquisa, destacamos a intenção em desenvolver uma análise sobre a presença negra na cidade de Buenos Aires por meio da identificação, localização e mapeamento dos antigos bairros negros, bem como discutir as possíveis razões para o apagamento e silenciamento histórico-geográfico dessa população. Na análise, pretendemos dialogar com conceitos geográficos que possam apresentar uma compreensão do processo de formação da cidade de Buenos Aires e estabelecer uma leitura enegrecida – isto é, partindo da relação do corpo negro-diaspórico com o espaço –, das categorias geográficas.

Escrevivências e escritas negras: nós estamos aqui!

“A palavra poética é um modo de narração do mundo. Não só de narração, mas, antes de tudo, a revelação do utópico desejo de construir outro mundo. Pela palavra poética, inscreve-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida. Há momentos em que a característica subversiva da fala poética se torna tão perceptível que seus criadores são considerados personae non gratae, e suas vozes são forçadas ao silêncio, ou ignoradas, como se não existissem. Entretanto, todo indivíduo e toda coletividade têm direito ao seu auto-pronunciamento, têm direito de contar/cantar a sua própria história”
(BRITO, 2011, p. 8).

O presente trabalho carrega as vivências e o ser e estar da pesquisadora, porque não se trata simplesmente de uma pesquisa centralizada na noção de objeto-sujeito, mas sim, de uma pesquisa onde "os sujeitos" dialogam e são parte do processo, pois a autora, enquanto intelectual negra, faz parte da diáspora negro-africana nas Américas, assim como as pessoas que construíram essa pesquisa. Dessa forma, podemos dizer que trata-se de uma escrevivência, isto é, “a escrita de um corpo de uma condição de uma experiência negra” (EVARISTO, 2007, p. 20), que não é só individual, mas também coletiva, onde as histórias e narrativas se misturam e nos trazem interpretações políticas e sociais de um continente de relações raciais particulares.

Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p. 28).

Assim, buscamos nosso fortalecimento enquanto intelectuais negras que somos e, igualmente, contar as nossas histórias a partir de nossas próprias experiências e vivências, sem que sejamos objeto de estudo. Ressaltamos que, nosso intuito não é o de “renovar um conhecimento branco, elitizado e europeu, mas produzir um conhecimento-estratégia para a humanização do nosso corpo, esse que carrega nossa mente” (BENEDETTI, 2019, p. 7). Um conhecimento enegrecido que dialogue com a nossa história ao problematizarmos,

o conceito ocidental sexista/racista de quem é o quê e um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, o que torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual (hooks, 1995, p. 468).

Dessa forma, buscaremos, ao longo dos capítulos, enaltecer a presença de mulheres negras da América Latina, sobretudo Brasil, Argentina e Venezuela, sem hierarquizar os saberes, de forma a nos aquilombar e nos estabelecer enquanto mulheres negras intelectuais, isto é, aquelas que produzem conhecimento.

Uma pesquisa feita por muitas mãos

A metodologia da pesquisa-participativa (STRECK; ADAMS, 2014) está presente nesse trabalho, pois, ainda que as informações tenham sido sistematizadas pela autora, esses escritos também foram compartilhados e construídos, direta e indiretamente, por mulheres que deram sentido ao estudo realizado, através de palavras escolhidas, conversas, dos encontros,

das entrevistas e das ilustrações pensadas para esse projeto, atribuindo significado às páginas seguintes. Portanto, é fundamental conhecermos essas pessoas que fizeram parte do processo investigativo:

Silvia Noemí Balbuena

Silvia Noemí Balbuena é afroargentina da 6ª geração, higienista dental e manicure (atua na área da saúde). Atriz da companhia teatral *Todo en Sepia* e membra da *Asociación de Mujeres Afrodescendientes en Argentina Todo en Sepia*, compõe a *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Caribeña y de la Diáspora*, e também a *Comisión 8N* (que centraliza todas as associações e organizações Afro na Argentina). É bailarina de candombe Afroargentino, no grupo *La Familia X* (Texto de Silvia Balbuena, tradução nossa).

Silvia Posadas

Silvia Mónico Posadas nasceu em Buenos Aires, Argentina. É da quinta geração afrodescendente por parte materna e de uma família cujos membros se têm destacado na história Afroargentina. Tataraneta de Manuel G. Posadas (músico, jornalista e Capitão da Guarda Nacional do século XIX), bisneta de Manuel L. Posadas (primeiro violinista do teatro Colón e escritor, séculos XIX e começo do XX), sobrinha bisneta de Carlos Posadas (prolífico compositor de tangos) e sobrinha de Facundo Posadas (professor e bailarino de tango, milonga, rock e candombe, agora radicado nos Estados Unidos). Silvia Mónico Posadas é uma artista multifacetada que se destaca especialmente como bailarina, poeta e atriz. Realizou o *Interpretariado en Folklore Mención Danzas Folklóricas y Tango y Mención Culturas Tradicionales UNA (Universidad Nacional de Arte)*. É Professora em Educação Artística e Técnica, (título outorgado pelo Instituto Cardenal Ferrari), Professora de Ritmos Caribenhos, Professora de Danças Yorubá Afrocubanas e Professora de Danças Tradicionais Africanas. Bailarina principal durante 7 anos com o *Mestre Griot Abdoulaye Badiane* de Senegal, e também com o Griot de Guiné Equatorial *Gorsy Edu*. O professor G. Acosta da UNA a convocou para dirigir o projeto AfroMalambo (dança e percussão tradicional africana), em 2012. Foi integrante do grupo vocal “Coral Demos”, participou do filme “Dimbalima” (um projeto da *Institución Casa de África* na Argentina). Também recebeu bolsa do *Ministério da Cultura da Presidência da Nação* para os *Programas Afrodescendientes y Pueblos Indígenas* no Seminário de Formação de Ferramentas Audiovisuais “*Raíces de Nuestra Tierra*”, curta

metragem em que foi protagonista na Província de Santiago del Estero (2013). Sua obra poética “*La Voz Negra del Toubal*”, foi incluída nos livros da *Antología Nacional* e no estrangeiro: “*Memoria Viva*” - *Historias de mujeres Afrodescendientes del Cono Sur*”, compilado pela acadêmica Danielle Brown, publicado nos Estados Unidos (2013). Em Cuba, foi publicada no livro *Unidos por la Palabra* (2014), ao ser selecionada no *XLII Concurso Internacional de Poesía y Narrativa*. Mais recentemente, no começo de 2022, apresentou sua obra *La voz Negra del Toubal* como artista convidada em *El Sabato Espacio Cultural*, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidad de Buenos Aires, para o ciclo *Evolución y Patrimonio Cultural Inmaterial del Grupo Miradas* (Texto de Silvia Posadas, tradução nossa).

Carmen Yannone

Eu sou Carmen Yannone, afroargentina descendente de escravizados, fui criada em um bairro chamado *Villa Soldati*. Vivi neste lugar até os 19 anos, quando comecei a trabalhar como bailarina de *candombe* e *rumba*. Trabalhei nos melhores lugares da noite portenha e viajei a Montevideu e para Noruega, o lugar mais longe que fui, sempre mostrando o legado deixado pelos meus ancestrais, o *candombe* e, principalmente, o *cañón* argentino. De 2010 até 2022 trabalhei como atriz na Companhia de Teatro En Sepia. Sou representante argentina das mulheres afro-latinoamericanas, afrocaribenhas e da diáspora (Texto de Carmen Yannone, tradução nossa).

Isadora Simões

Isadora Simões, mulher negra, brasileira, geógrafa e ilustradora.

Lilia Ferrer Morillo

Lilia Ferrer-Morillo é escritora e ativista afrovenezuelana. Autora de *Imba Voces del tiempo: Poemas desde Nuestramérica* (Ediciones Ciccus, Buenos Aires: 2019). Com contribuições em *Antologías poéticas como Versar la Paz* (2019), *Pandemia* (Biblioteca de las Grandes Naciones, País Vasco: 2020). Integrante dos coletivos de poetas: *La Mancha* (Venezuela), *Festival de Poesía Realenga* (Venezuela), *Versar la Paz* (Argentina-Venezuela), *La Luna con Gatillo* (Argentina). Fundadora e participante de espaços de poesia performática e afromilitante como: *Voces negras* (Argentina), *Poetas en su voz: Resistencias* (Argentina), entre outros.

Coordenadora dos foros de militância e poesia malunga e cimarrona: *Apalabrar el grito: Conjura poética de nuestras voces negras* (Argentina, Colombia, Camerún: 2020) e *Exterminio racial y pandemia: Diálogo sobre Venezuela y Colombia* (Estados Unidos, Venezuela, Argentina, 2020) (Texto de Lilia Ferrer Morillo, tradução nossa).

Manifesto Por uma geo-grafia negra

O presente manifesto é fruto de ações de (re)existências e conexões enraizadas ao longo dos anos por geógrafos e geógrafas de todas as regiões do Brasil. Antes de apresentá-lo, realizaremos um breve histórico sobre a articulação das/os intelectuais negros que culminou nesse documento.

As primeiras articulações político-acadêmicas entre geógrafas e geógrafos negros, aconteceu na semana dos dias 01 a 07 de julho de 2018, no XIX Encontro Nacional de Geografia (ENG), realizado na cidade de João Pessoa (PA), na Universidade Federal da Paraíba, onde um grupo de discentes negras e negros presentes no evento se reuniram para discutir sobre as relações raciais na Geografia.

Neste mesmo ano, aconteceu o X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), na Universidade Federal de Uberlândia, cidade de Uberlândia (MG), onde foi organizada uma mesa que discutiu sobre as relações étnico-raciais na Geografia, com a pesquisadora Fabiana Luz, a Profa. Dra. Geny Guimarães e o Prof. Dr. Diogo Marçal, pela primeira vez na história do evento. Nesse mesmo congresso, os professores Geny Guimarães e Diogo Marçal criaram, pela primeira vez, o Grupo de Trabalho (GT) sobre Geografia e as relações raciais. Desse GT, surgiu a rede de Geograf@s negr@s que conta, até os dias atuais, com discentes e docentes de todo o Brasil. Essa rede pressupõe o fortalecimento da produção e intelectualidade negra brasileira.

*O nome desse país, em cujo coração estava outrora o reinado de Ghana, diz
muita coisa a um brasileiro de sua árvore genealógica, de resto
completamente inútil, mas desconfiado de que talvez aqui estaria suas
origens.*

Milton Santos – *Marianne em preto e branco* – 1960.

Nós geógrafos/as negros/as, docentes e discentes, em reunião com 60 (sessenta) participantes no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação

(ENANPEGE) em Geografia, provenientes de 20 (vinte) Instituições de Ensino Superior, abrangendo as 5 (cinco) regiões brasileiras, concentrados nos Grupos de Trabalho “Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e dos conflitos Socioespaciais”; “Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades” e “Geografias, Giro Decolonial e Epistemologias do Sul” e na mesa redonda “Geografia, gêneros e questões étnico-raciais”, dirigimo-nos à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e ao conjunto dos/as estudantes e profissionais de Geografia para apresentar nossas demandas e proposições por uma geo-grafia negra.

Nos anos 1990, Milton Santos trazia a lume seus escritos sobre o racismo na sociedade brasileira por meio das noções de “corporeidade” e “cidadanias mutiladas”. Outros/as geógrafos/as negros/as também realizavam estudos e pesquisas acerca de comunidades negras, quilombos e favelas, abordando as categorias espaço, território, fronteira, etnia e raça, em consonância com as formulações da intelectualidade negra ativista. Iniciava-se então a geografia negra, correlata das geografias feministas e *Black Geographies* nos Estados Unidos da América e no Canadá, e dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Somos um movimento composto por geógrafos/as negros/as, em distintas trajetórias de formação e atuação, que dirigimos nossos estudos e pesquisas para as questões negras, raciais, étnicas e africanas, por vezes correlacionando-as com etnicidade, gênero e sexualidade em suas dimensões espaciais. Nas linhagens de autores/as que referenciamos, assinalamos os trabalhos do polígrafo Manuel Querino e outros/as intelectuais negros/as estudiosos/as da diáspora africana, das culturas e espacialidades negras, a exemplo do artista e político Abdias Nascimento, da cientista social Lélia Gonzalez, da historiadora Beatriz Nascimento e do comunicólogo Muniz Sodré.

Trazemos em nossas preocupações o horizonte espaço-temporal da África e das sociedades africanas na antiguidade, no medievo e, sobretudo, no período moderno-colonial em que a ampliação e aprofundamento do capitalismo se processa com o controle territorial, o imperialismo e a globalização. Interessam-nos os estudos da formação socioespacial brasileira e africana e seu caráter étnico, racial, cultural, diaspórico e territorial, articulando-o no sistema-mundo na perspectiva atlântica.

Em nosso entendimento, a racialidade, a etnicidade e a africanidade constituem o espaço em sua ontologia, seja na conformação das relações e das práticas sociais, raciais, étnicas, de gênero e sexuais, seja no território em suas várias configurações e escalas de poder e os lugares

qualificados pela diferença. As questões para uma geo-grafia negra podem ser observadas e acionadas no espaço urbano (na segregação, nos territórios e lugares, na espacialidade dos movimentos sociais; no rural (na terra, nos quilombos); nos estudos de população (nos percentuais populacionais, nos projetos de genocídio negro), no ensino, na educação e na escola (como conteúdo: a temática étnico-racial e africana; como metodologia: as pedagogias negras e africanas; como corpos: docente, discente e técnico e na relação escola: bairro ou comunidade); no ambiente (nas situações de vulnerabilização das terras indígenas e quilombolas, dos riscos socioespaciais e socioambientais e de racismo ambiental); nas trajetórias e corporeidades de sujeitos individuais e coletivos em suas diferentes espacialidades e territorialidades.

Não há um projeto único de geo-grafias negras. Trazemos algumas questões: ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas – étnica e racialmente – ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e pela militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior.

No passado recente e na contemporaneidade, temos interagido com geógrafos/as vinculados/as a diversas vertentes teóricas, o que indica o lastro e o alcance da geo-grafia negra que referenciamos, fazemos e propomos.

São Paulo, 06 de setembro de 2019

***Instituições e núcleos representados:** Universidade Federal do Tocantins/UFT, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Universidade Federal do Pará/UFPA, Universidade Estadual do Pará/UEPA, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Universidade Estadual da Bahia/UNEB, Universidade Federal de Goiás/UFG, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Universidade Federal Fluminense/UFF, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Instituto Federal do Maranhão/IFMA, Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia na Universidade de São Paulo (NEPEN-USP), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Niterói, Casa das Pretas – RJ.

*Hay voces en el silencio
Voces polifónicas y de métricas diversas
que se van encontrando en los caudales
de los ríos Amazonas, Congo y Mississipi
vertidos en nuestra genealogía
que nos guía desde las rutas impensadas
del poderoso Atlántico.*

*Voces multiformes y una
reconocidas Yoruba, Igbo y Lingala,
Zulú, Swahili, Luba y Kiñaruanda,
voces Shona, Xhosa, Makua y Kikongo,
vueltas ayer silencio en la cruenta
noche histórica subvertida en conquista.*

*Hay una voz que grita en el silencio
voz de arrullo de nuestras niñas y niños de africanía,
son voces de cantos melódicos en faenas que no terminan,
voces que surgen en cada noche dormida.*

Son nuestras voces no acalladas en el olvido.

*Hay voces que nunca más tributarán al silencio
son nuestras voces diaspóricas y trashumantes
venidas de la filosofía bantú
y de la africanía que somos*

*renacida para siempre en la Mama Pacha
que es hoy Abya Yala originaria y nuestra.*

Lilia Ferrer-Morillo

Poeta afro-venezuelana

[Buenos Aires, 18 de agosto de 2020]

CAPÍTULO 1 - UM CONTINENTE DE RELAÇÕES RACIAIS

Neste capítulo convidamos o leitor e a leitora a refletir sobre a construção da América Latina, que perpassa nossas vivências e relações cotidianas porque representa uma ideia de pertencimento que constitui parte da nossa identidade. Todavia, é importante destacar que sua origem está no processo de colonização e simboliza as diversas formas de inferiorização e as violências sofridas pela população que já habitava essas terras, e pelos povos de Áfricas que foram sequestrados e escravizados.

Diante disso, para compreendermos em que medida se deu a formação das sociedades latino-americanas, é necessário discutir os conceitos de raça e racismo, pois é a partir dessa ideologia colonizadora que se instituiu a hierarquização racial que justificou as atrocidades praticadas pelos europeus e possibilitou o desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano.

No cerne de nossa discussão, propomos a construção de caminhos e possibilidades para ressignificar a concepção de América Latina, que não deve ser posta como uma ideia dada e sim, repensada de maneira crítica. Igualmente, evidenciamos o papel fundamental das populações indígenas e africanas no processo de estruturação social, econômica, cultural e espacial dessas sociedades, enquanto protagonistas.

Desse modo, destacamos que nossa análise está pautada nas categorias *espaço e tempo*, pois os estudos geográficos compreendem a periodização histórica e estão presentes em todas as sociedades, uma vez que desvelam e interpretam a relação dos seres humanos com o meio geográfico e as geografias (materiais e imateriais) produzidas pelos distintos grupos sociais, nos diferentes momentos históricos e geográficos.

A compreensão das relações raciais na América Latina desenvolvida neste capítulo dará suporte para as discussões posteriores sobre o processo de invisibilização histórica das territorialidades negras na cidade de Buenos Aires.

1.1 Por que (não) América Latina? Reflexões e (re)significações

Em 1492, os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que estavam nus, descobriram que existia o pecado, descobriram que deviam obediência a um rei e a uma rainha de outro mundo e a um deus de outro céu, e que esse deus havia inventado a culpa e o vestido e havia mandado que fosse queimado vivo quem adorava ao sol e a lua e a terra e a chuva que a molha.

(GALEANO, Eduardo. Outubro, 12. El Descubrimiento, 2012, tradução nossa).

Existe uma discussão que antecede a concepção de “América Latina”: a ideia de descobrimento. Segundo a historiografia ocidental, que se propõe a contar a nossa própria história de maneira hierárquica e inferiorizada, a *América* foi descoberta por Cristóvão Colombo, no dia 12 de outubro de 1492³. Entretanto, é necessário desvelar o que está intrínseco nessa noção de “descobrimento”, uma vez que nossos conhecimentos e saberes estão pautados em ideologias de origem europeia devendo ser questionados, e não entendidos como verdades absolutas⁴.

Nesse sentido, a proferida “descoberta” não se trata de um fato em si, senão de uma interpretação histórica que deve ser reconstruída, ao passo que desconsidera os povos que já habitavam essas terras, assim como suas histórias e memórias. Quem de fato formou o que hoje conhecemos como América Latina?

O conceito de América Latina é uma construção ideológica repleta de violências simbólicas, de genocídio, epistemicídio e da valorização do colonizador europeu. Esse processo se fez por meio da invasão territorial europeia, que trouxe consigo pré-idealizações que representavam uma visão universal de mundo.

Assim, a palavra “América” é “carregada de colonialismo desde sua proposição, no século XVI, a partir do explorador, mercador e ‘geógrafo’ Américo Vespúcio [de origem italiana, termo hoje ‘confiscado’ pelo seu Estado hegemônico, os Estados Unidos]” (HAESBAERT, 2021, p. 63). A adjetivação “latina”, por sua vez, corresponde à porção

³ Segundo Edmundo O’Gordman (1995), a ideia posta é a de que Cristóvão Colombo acreditou ter chegado em uma das ilhas do arquipélago japonês.

⁴ Conforme O’Gordman (1995): “o texto mais antigo onde aparece Colombo como descobridor da América é o Sumário da natural história das Índias, de Gonzalo Fernández de Oviedo, livro publicado mais ou menos trinta anos depois da época em que deve ter surgido a ‘lenda do piloto anônimo”. Este pequeno livro não é senão uma espécie de breve antecipação da História Geral que já escrevia por então o autor, e nele se limita a consignar as notícias acerca da natureza da América que, ao seu parecer, podiam interessar mais vivamente ao Imperador Don Carlos, a quem vai dedicado” (s/p).

continental invadida por portugueses, espanhóis e franceses – países de tronco linguístico latino –, e foi empregada para diferenciar a região norte, colonizada pelos anglo-saxões.

A origem colonial da ideia de América Latina “está presente no projeto geopolítico ‘pan-latinista’ da França de Napoleão III, que defendia, quando não a unificação ‘racial’ através de uma pretensa ‘raça latina’, pelo menos o caráter católico do continente” (HAESBAERT, 2021, p. 64)⁵. Pensamento unitarista que persiste até os dias atuais e reafirma a falsa ideia de homogeneidade dos países latino-americanos através de uma perspectiva que inferioriza a população multirracial latino-americana devido às suas origens indígena e africana.

(...) tanto os adjetivos Latino quanto Ibero ou Hispano América estão carregados de conotação colonial, externa ao próprio espaço considerado, pois referem-se ao tipo de colonização europeia, capitaneada pelos “latino-ibéricos”, espanhóis e portugueses – fruto, por sua vez, primeiro da colonização grega (que designaram a península de “Iberia”) e, depois da romana (que a denominaram “Hispania”) –. Mesmo dentro dessa caracterização colonial de amplo espectro, ignora-se a imensa diversidade cultural que agregou àquela já previamente existente dos povos originários os africanos escravizados e os orientais de diversas origens (indianos no Caribe e Guiana, japoneses e chineses no Peru e Brasil etc.), sem falar de outros grupos europeus colonizadores, latinos ou não, como franceses, ingleses, holandeses e dinamarqueses (HAESBAERT, 2021, p. 63-64).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a ideia subsistente de América Latina é uma criação do projeto expansionista europeu, uma perspectiva da modernidade que perpassa a colonialidade – poder e a hierarquização colonial das relações sociais – e cria a história do mundo segundo uma visão eurocêntrica, na qual “as sociedades sem escrita alfabética ou as que se expressavam em línguas que não fossem as seis línguas imperiais da Europa moderna não tinham história” (MIGNOLO, 2007, p. 17, tradução nossa)⁶, passíveis de serem inferiorizadas.

A modernidade ocidental pode ser definida como a emancipação e um “esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p. 28) e, portanto, cria/desenvolve uma “visão eurocêntrica” do mundo, porque indica, como ponto de partida, a Modernidade intraeuropeia para explicar o “outro”, isto é, o não europeu. Nesse aspecto, a história universal reiterada pelo homem branco

⁵ Segundo o autor: “‘L’Amérique Latine’, termo utilizado em 1862, emergia dentro do jogo de afirmação político-econômica e cultural da França frente à crescente influência dos Estados Unidos (especialmente sobre o México, onde os franceses realizaram uma ocupação frustrada) e da Rússia através do pan-eslavismo. Explicitamente visava-se, com essa influência, além de garantir o domínio colonial direto nas Antilhas (Guadalupe, Martinica) e Guiana, a assegurar o fornecimento de matérias-primas e acesso privilegiado ao mercado consumidor da imensa região (HAESBAERT, 2021, p. 64).

⁶ As seis línguas imperiais citadas por Mignolo são: italiana, alemã, portuguesa, espanhola, inglesa e francesa (MIGNOLO, 2007).

europeu, é um privilégio da modernidade europeia do *ego conquiro* (eu conquisto), prático dos colonizadores luso-hispanos (DUSSEL, 2005):

Se se entende que a “Modernidade” da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a “universalidade-mundialidade”. O “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como “centro” (DUSSEL, 2005, p. 30).

Partindo dessa perspectiva moderna-colonial eurocêntrica, a América Latina – enquanto construção europeia – passou a existir somente no momento em que foi incorporada à economia mundial (em 1492) desenvolvida pelo Ocidente, destituindo dos povos originários desses territórios e dos povos diaspóricos, os saberes, conhecimentos, culturas, línguas, hábitos, religiões, enfim: suas Histórias; pois acreditava-se que a Europa era civilizada e a não Europa era primitiva, numa abordagem que difere o “nós” dos “outros” (o “restante” do mundo), sendo os últimos, símbolo da selvageria não civilizatória.

Nessa concepção de Europa que se constitui enquanto região do mundo produtora de conhecimento e, principalmente, civilizada, o sujeito racional é europeu e os outros, não-europeus, são objeto de estudo. Portanto, a ideia de América Latina está associada também ao surgimento do “Ocidente” (SAID, 2007), conformação da ordem mundial moderna com a invenção do modelo exploratório metrópole/colônia.

Com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificaram como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder até hoje (QUIJANO, 2010, p. 73-74).

Dadas essas condições, é importante ressaltar que nessa perspectiva moderna/colonialista a América Latina foi um grande laboratório europeu, pois a hierarquização social, racial e a universalização do capitalismo teve seu início marcado nessa região geográfica sendo mundialmente imposta, à medida que “a população de todo o mundo foi classificada, antes de mais nada, em identidades raciais e dividida entre os dominantes/superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus’” (QUIJANO, 2010, p. 107). É a partir dessa relação assimétrica, exploratória e racista, que constituiu-se a América Latina.

Assim, a colonização tratou “de gerar um levantamento exaustivo dos lugares do mundo extra europeu, identificando riquezas potenciais (recursos naturais), caminhos e obstáculos à penetração capitalista” (MORAES, 2005, p. 29) capazes de produzir geografias europeias que, neste sistema de poder, desconsiderou as próprias geografias locais, grafadas e determinadas pelos povos indígenas por meio de suas histórias, memórias e modo de vida que correspondem a processos históricos particulares:

A colonização – por ser um processo envolvendo diretamente a relação sociedade-espaco – põe vários temas tratados pela geografia no centro de interesse da explicação da dinâmica das formações sociais criadas pela expansão ultramarina europeia, e esse berço colonial atua como forte determinação nas formas ulteriores de desenvolvimento desses lugares. (MORAES, 2005, p. 31).

Dada essas circunstâncias, é importante ressaltar que as sociedades latino-americanas configuram uma “unidade histórica específica” que as aproxima e as correlaciona (GONZALEZ, 1988). Entretanto, a existência dessa unidade não representa a homogeneidade dessa região, pois cada formação socioespacial está vinculada às dinâmicas internas e, também, à integração dessa sociedade ao mercado mundial durante e pós-período colonial. Essa inserção, por conseguinte, refere-se à particular estruturação dos países latino-americanos. Tendo em vista que a construção da ideia de América Latina representa algo imposto de fora para dentro, consideramos a possibilidade de criar diálogos e reflexões para repensar e (re)significar essa concepção, já materializada em nossa formação e em nossos estudos.

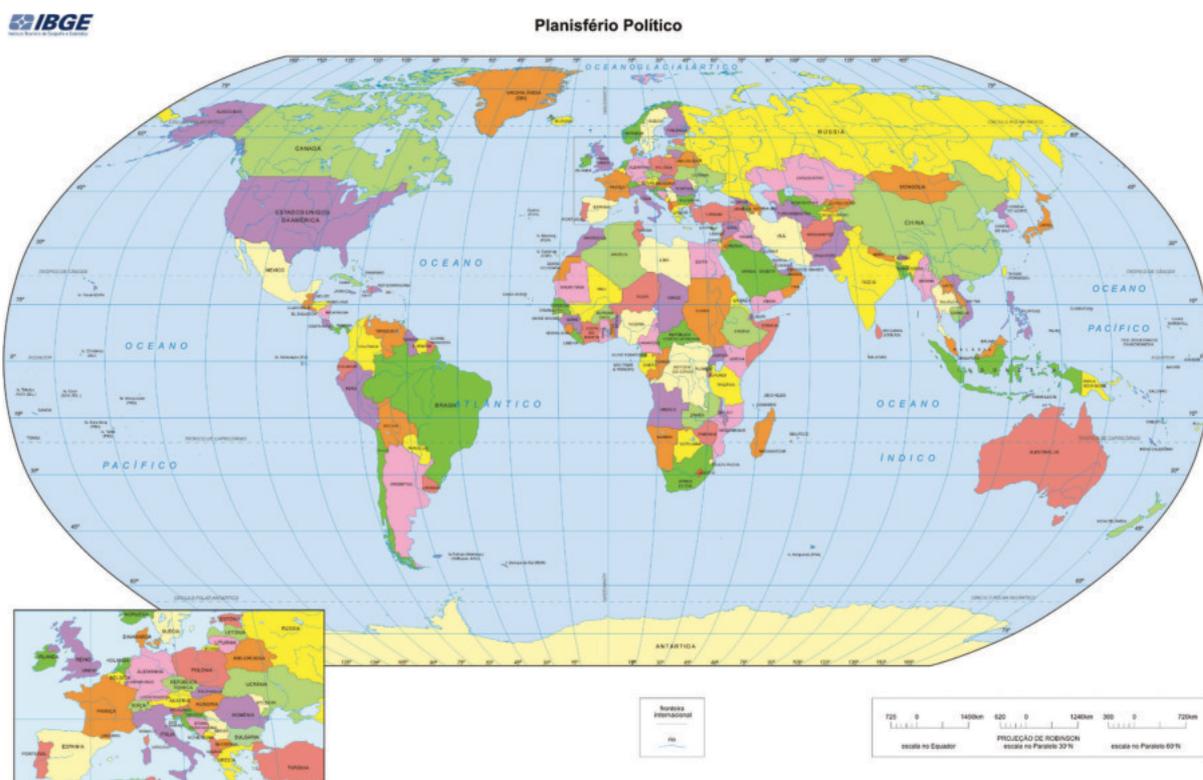
Dito isso, é importante destacar que o nosso intuito não é o de depreciar o conceito de América Latina, mas de contribuir de forma crítica para essa discussão, pois ao compreendermos que não somente europeus construíram e estruturaram as sociedades latino-americanas, possibilitamos a ampliação desse conceito expressamente vinculado à latinidade dos países europeus. Portanto, por que não pensamos caminhos diversos para a definição dessa região geográfica do continente americano? Resignificar é possível e também necessário.

1.2 Caminhos para nossa *amefricanidade*

O mapa, enquanto uma expressão da linguagem cartográfica, representa também as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade e, no caso específico da América Latina, privilegia a visão de mundo de determinados grupos sociais. Se observarmos a projeção de Mercator (**Imagem 1**), presente em nosso cotidiano, é possível perceber que o norte ocupa dois terços da cartografia mundial, enquanto o sul, apenas um. Essa representação nos diminui e

evidencia diversas violências: as geografias roubadas, a economia saqueada, as veias abertas de tanto assalto histórico, história(s) invisibilizada(s) e outra(s) fraudulenta(s) e a destituição de nossas próprias memórias e epistemes.

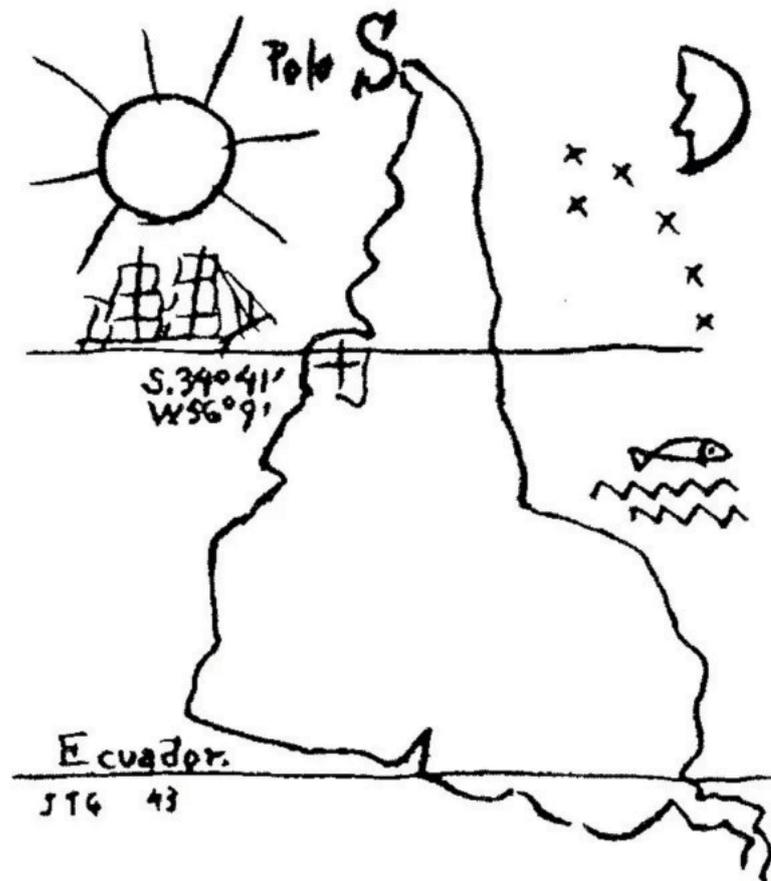
Imagem 1: Mapa-Mundi



Fonte: Mapa-mundi, IBGE. Projeção de Mercator. Disponível em:
<https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_planisferio_politico_a3.pdf>

Assim, ao realizarmos uma breve análise dessa cartografia hegemônica – produzida pelo dominador – que nos é apresentada, chegaremos às seguintes indagações: quem definiu o mapa de Mercator como representação da realidade? O que ele significa? Por que nos surpreendemos ao ver o “mapa invertido”? (**Imagem 2**) O que há de errado nessa concepção de mundo?

Imagem 2: Mapa Invertido da América do Sul



Fonte: Joaquín Torres-García (1943)

O mapa invertido da América do Sul, elaborado pelo uruguaio Joaquín Torres-García, é uma das diversas maneiras de representar a realidade e nos convida a repensar nossas ideologias e orientações políticas, econômicas e sociais, sobretudo, “aprender que existe o sul, aprender a ir para o sul, aprender a partir do sul e com o sul” (MENESES, 2008, p. 5). Assim, essa representação cartográfica nos convoca a refletir sobre “o Norte” que, nessa perspectiva, é o “nosso Sul”; refuta os ideais impostos pela colonização e, também, pelos países hegemônicos globais, como os Estados Unidos, e valoriza a força, a luta constante, a cultura, os saberes, as histórias e as identidades latinoamericanas.

Imagem 3: O mundo ao contrário, Mafalda



Fonte: QUINO. Mafalda: todas as tiras. São Paulo (SP): Martins Fontes; Martins, 2018: p. 625.

É preciso romper com ideias, pensamentos e relações colonialistas e praticarmos a descolonização do nosso pensamento e do “imaginário latino-americano”, para que possamos construir um mundo simbólico e significativo a nós, como bem retrata a tirinha de Quino (Imagem 3). Não existe “em cima” nem “embaixo”, há sim uma concepção ideológica, vinculada também à semiótica, que nos leva a crer que os países do sul estão sempre inferiorizados se vistos pela ótica colonial que hierarquiza de acordo com o ideal civilizatório ocidental.

Sobre o imaginário latino-americano, Gonçalves (2016) destaca que o tensionamento da relação de poder entre colonizado e colonizador implica na reprodução social, na constituição de um universo simbólico e no imaginário inferiorizado e excludente de nossa população, além de influenciar e reproduzir valores políticos, sociais e espirituais, o que compreendemos como “dupla consciência latino-americana”, pois ao mesmo tempo que nos sentimos pertencentes à América Latina, também reproduzimos as relações de poder coloniais, por meio da alienação ideológica.

O trio porto-riquenho *Calle 13*, produz uma série de canções que nos provoca a refletir sobre a América Latina. Em uma delas, denominada “Latinoamérica” os *rappers* falam sobre as violências históricas da colonização em nossas terras e sobrevalorizam nossa cultura, nosso povo, saberes e conhecimentos:

*Soy, soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron (...)
El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva (...)*

*Aquí se respira lucha
(Vamos caminando) Yo canto porque se escucha
(Vamos dibujando el camino) Oh, sí, sí, eso
(Vamos caminando) Aquí estamos de pie
¡Qué viva la América!*

Desse modo, acreditamos que existem diversas maneiras de nos reinventar e (re)significar a América Latina. Afinal, quem somos e o que de fato representamos? Há possibilidades de escolhas para ressignificar nossa(s) história(s)?

Alguns movimentos do continente tem adotado a expressão *Abya Yala*, de origem Kuna, povo originário da Serra Nevada, na Colômbia, que significa *Terra madura, Terra Viva* ou *Terra em florescimento* (PORTO-GONÇALVES, 2009) e vem sendo utilizada “como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26), constituindo-se como um posicionamento político-social anticolonial uma vez que (re)constrói a ideia e identidade dos povos que já pertenciam à esta região antes da invasão europeia.

Cida Bento (2003) nos convida a olhar para nossa “mãe preta e indígena” ao invés de dedicarmos tanto tempo (e pesquisas) mirando apenas “nosso pai branco europeu” (BENTO, 2003). Isso significa dizer que é preciso nos conectarmos com a nossa ancestralidade e, sobretudo, com nossa *amefricanidade* (GONZALEZ, 1988), através de um processo de introspecção e reconhecimento de nossas raízes.

Nessa perspectiva, a concepção “desde dentro” nos possibilita compreender “nós mesmos” latinoamericanos, uma vez que proporciona uma ruptura com o conhecimento externo, muitas vezes estereotipado, que nos é criado. É preciso conhecer nossas origens afrodiaspóricas, as inter-relações culturais e históricas das distintas comunidades das diásporas negro-africanas nas Américas (GARCÍA, 2012; GUIMARÃES, 2020).

Devemos começar a repensar, a reconstruir e o que é mais perigoso, a desconhecer esse conhecimento que os “outros” construíram sobre nós e que estamos repetindo como robôs durante meio milênio (GARCÍA, 2012, p. 79, tradução nossa).

Nesse contexto, para nossa reflexão, propomos dialogar com a perspectiva elaborada por Lélia Gonzalez, intelectual brasileira, filósofa, historiadora, psicanalista e ativista do movimento negro, que desenvolveu inúmeros trabalhos acadêmicos acerca da situação de exclusão e discriminação racial e de gênero da população afro-diaspórica e afrodescendente no contexto brasileiro e latino-americano. No Brasil, Gonzalez foi pioneira na articulação entre as categorias raça, classe, sexo e poder de maneira a denunciar as estruturas de dominação da

sociedade colonial presente nas distintas dimensões sociais, dentre elas, na própria universidade.

Ademais de suas ações e estudos realizados em âmbito acadêmico, é importante destacar também o papel fundamental empenhado por essa ativista nos movimentos negros. Nos anos de 1970, foi cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), movimento de caráter político, e respeitável articuladora do movimento feminista negro-diaspórico no Brasil e nas Américas (feminismo afro-latino-americano), no chamado Atlântico Negro⁷, com intelectuais, amigos e ativistas da América do Norte, Caribe e África Atlântica.

O papel de Lélia Gonzalez nesse trânsito nacional não se resumiu à formação dos ativistas e jovens estudantes negros de diferentes regiões do país. Ela própria passou a compreender as experiências distintas de viver a negritude na vasta extensão territorial e cultural do Brasil. O papel mediador dessa intelectual negra organicamente envolvida com os movimentos sociais permitiu a troca de informações, a circulação de ideias e o encontro de pessoas (RATTS; RIOS, 2010, p. 132).

Sobre a importância do MNU, inicialmente denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, Malachias (2006) destaca que surge “primeiramente em São Paulo, em 18 de junho de 1978, realizando sua primeira atividade pública em 7 de julho do mesmo ano. A manifestação foi um ato público contra o racismo, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo” (p. 84)⁸:

(...) estávamos todos lá, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo. Muita atividade (distribuição da carta aberta à população, colocação de cartazes, faixas, etc.), muita alegria, muita emoção (...) Graças às mensagens de solidariedade de grupos, organizações, entidades negras e brancas, de São Paulo e do Brasil; graças às falas que iam fundo em suas denúncias; graças àquela multidão ali presente (cerca de duas mil pessoas), negra na maioria (mas muitos brancos também; graças a todo um espírito de luta pluri-secular de um povo, a emoção tomava conta da gente, causando uma espécie de vertigem (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 48).

Assim, evidenciamos a importância qualitativa do MNU no que diz respeito a luta pela emancipação racial, pela denúncia do racismo e pela crítica voraz às políticas de representação racial na sociedade brasileira, através das atividades organizadas, conscientes e conscientizadoras em torno das entidades sociais nacionais (MALACHIAS, 2006).

⁷ Espaço (histórico-geográfico) triangular entre Américas, Caribe, Europa e Áfricas.

⁸ Neste ato, foi lida em voz alta (das 200 mil vezes presentes) a Carta Aberta à População, redigida pelos/as integrantes do MNU e que, em um de seus trechos ressalta: “O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros (...)” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 49).

Dada sua significativa atuação enquanto ativista e intelectual nos estudos raciais na América Latina, destacamos a importância em abordar o debate levantado por Gonzalez sobre a categoria político-cultural de *amefricanidade* (GONZALEZ, 1988), que representa, sobretudo, uma proposta para se pensar nossos territórios, fundamentando-se em outros alicerces socioculturais e políticos:

(...) a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja, o racismo (...) (GONZALEZ, 1988, p. 77, **grifo nosso**).

Nesse contexto, identificamos a amefricanidade não apenas como uma categoria político-cultural, mas também geográfica, porque localiza e identifica as experiências territoriais indígenas e negro-diaspóricas nas Américas, isto é, na *América*, como Gonzalez bem nos aponta. Ao enfatizar as relações raciais, a referida autora “tensionou e questionou o eurocentrismo que impôs uma ontologia moderna/colonial de superioridade racial” (SANTOS, 2020, p. 59) com enfoque na formação histórico-geográfica e político-cultural das sociedades amefricanas como um todo, atrelada aos povos originários e africanos em diásporas:

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas ...) (GONZALEZ, 2020, p. 134-135).

Dessa forma, a categoria de amefricanidade surge como possibilidade para ressignificar as Américas ao compreender as relações raciais do continente e as ações desses corpos negros transatlânticos e indígenas na estruturação dessas sociedades. Sobre esse ponto, é importante ressaltar que, diferente da concepção que vincula esses povos à ideia de “contribuição” à cultura e a composição social, tanto o povo africano quanto indígena, mesmo que em condições inferiorizadas, foram protagonistas do processo de formação social e territorial latinoamericano.

Assim, a categoria de amefricanidade nos convida a pensar e refletir, de forma crítica e audaz, sobre a concepção de América Latina, além de constituir-se como importante método de estudo geográfico para uma análise contra-hegemônica que centraliza as diásporas negro-

africanas e os povos indígenas na conformação territorial multirracial do nosso continente. A confluência de histórias, vivências, técnicas e valores dos povos originários e também transatlânticos na América foi negada e invisibilizada pelos discursos colonialistas. Entretanto, vale ressaltar que seus saberes representam o sucesso da colonização e da acumulação de conhecimento do próprio capital econômico europeu. Parafraseando Galeano (2019), nossas “veias abertas” são resultado desse intenso e longo processo histórico de saqueamento.

Nesse contexto, a população negro-diaspórica desempenhou “um papel central e crucial na transformação da vida política, social e cultural da região” (ANDREWS, 2007, p. 35), o que revela a história das diásporas africanas na América Latina, inseparável das formações socioespaciais dessas sociedades e dos processos de des-territorialização (em Áfricas) e re-territorialização (em Américas) dos povos africanos. Portanto, pensar em América exige revisitar nossa(s) história(s) e memória(s) e nos conectar com nossa mãe negra e indígena.

1.3 Tempo e espaço: raça e racismo como uma rugosidade espacial

A ideia de *raça* pode ser definida como uma construção social que classifica, hierarquiza, diferencia os sujeitos e cria desigualdades socioespaciais; na medida que estrutura as “experiências de dominação e exploração que organizam as trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo” (SANTOS, 2012b, p. 42). Sobre essa terminologia, Almeida (2019) ressalta que:

Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo *raça*. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI (p. 24).

Nesse sentido, é possível afirmar que este termo *raça* não é fixo e está intrinsecamente relacionado ao contexto histórico em que é utilizado, carregado, portanto, de conflito, poder e dominação, de modo que, “a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, pp. 24-25). Assim, o conceito de *raça* se constitui como o mais eficaz instrumento de dominação social, produzido com a formação das Américas e do capitalismo na passagem do século XV para o XVI e nos séculos seguintes foi imposto sobre a população mundial como parte da dominação europeia.

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de *raça*. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidade* e a *multiplicidade da existência humana*. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade

política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Dessa forma, o contexto histórico-social de criação da ideia de *raça* representa também, a emergência e a consolidação do Estado-nação moderno, no que os europeus foram classificados como *brancos*, racialmente superiores e, do ponto de vista étnico, segundo suas nacionalidades políticas (italianos, espanhóis, alemães, ingleses, franceses etc.) ideia que vai sustentar e fundamentar a denominada supremacia branca⁹. Enquanto as diferentes e diversas etnias africanas foram agrupadas e essencialmente homogeneizadas e racializadas em uma única categoria, *negros*¹⁰ e as indígenas, classificadas e simplificadas ao termo *índios*, como técnica de dominação (MALACHIAS, 2006).

Desse modo, é importante destacarmos que a ideia de *raça* resulta da dominação colonial moderna que permeou todos os âmbitos do poder mundial capitalista e está associada a uma “régua civilizatória” que determina quais grupos/povos são superiores e quais são inferiores. Igualmente, justifica a submissão e destruição de populações não europeias das Américas, de Áfricas, da Ásia e da Oceania, isto porque, nessa lógica moderna, a supremacia branca-europeia é considerada sublime e modelo econômico, político e social a ser seguido.

Se a *raça* hierarquiza os seres humanos e as sociedades como um todo – no caso específico, os países da América Latina – ela também organiza os espaços, portanto, é possível compreender seus desdobramentos a nível social, afinal as relações sociais se (re)produzem, necessariamente, no espaço geográfico:

Chamamos aqui a atenção para a dimensão espacial das relações raciais, em toda a sua complexidade. Sendo a “*raça*”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço (SANTOS, 2012b, p. 38).

Diante disso, compreendemos a ideia de *raça* como uma perspectiva que possui relação com o tempo e espaço e, nesse aspecto, tomamos a Geografia como ponto de partida para pensá-la. Ao analisarmos a escravização como um dos desdobramentos da expansão marítima europeia-moderna-capitalista nas sociedades latino-americanas, é possível afirmar que ela

⁹Destacamos que cada nação europeia representa em si parte cultural de um todo civilizado e, no caso argentino, particularmente, na cidade de Buenos Aires, observamos a supervalorização da nacionalidade italiana.

¹⁰Importante ressaltarmos que, ainda hoje, imigrantes de países africanos são comumente denominados/as africanos/as e não por suas nacionalidades políticas ou étnicas (MALACHIAS, 2006).

antecedeu a invenção da nação e atendeu interesses econômicos mercantis e interesses geopolíticos de uso e ocupação territorial. Desse modo, podemos caracterizar a escravização e a racialização dos corpos como uma etapa produtiva do capitalismo mercantil que:

Implicou na alteração da paisagem e organização espacial de três continentes, dado pelo fluxo populacional e mercantil transatlântico, pela ocupação e uso do território, pelo uso e exploração do homem escravo negro, como mercadoria, moeda, força produtiva, meio de produção e de transformação do meio natural em meio técnico. E por último, como fato estrutural de organização social da vida (...) (MALACHIAS, 2006, p. 36).

É importante considerarmos que esse é um dos pressupostos para compreender a origem do sistema escravocrata, à luz de uma perspectiva que está centralizada numa análise econômico-produtivista. Todavia, ressaltamos que a escravização iniciada no século XVI, de cunho comercial, exploratório e de desumanização do homem e da mulher, representou um dos processos mais violentos e mutiladores da história da humanidade, e deixou marcas em nossas sociedades: “o processo social está sempre deixando heranças que acabam construindo uma condição para novas etapas” (SANTOS, 2012a, p. 140), o que inclui também novas práticas sociais.

Essas heranças sociais criaram formas espaciais que são reproduzidas por meio da Divisão Social do Trabalho (DST) e Divisão Territorial do Trabalho (DTT), distribuídas espacialmente, e localizam elementos geográficos e recriam repartições complementares representadas no mundo ou no lugar. Estas formas pretéritas socialmente produzidas e acumuladas no espaço são denominadas de *rugosidades do espaço* (SANTOS, 2012a):

Chamemos de *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (p. 140).

Desse modo, a rugosidade espacial representa a coexistência de diferentes formas temporais, produzidas em determinado tempo e espaço pela sociedade por meio das relações sociais de trabalho, em um mesmo espaço geográfico. Assim, um edifício datado do século passado, por exemplo, pode conviver com outra obra arquitetônica contemporânea. Dito isso, ao considerarmos o conceito de raça uma prática social, isto é, produto das relações sociais e étnico-raciais datadas, podemos compreendê-lo enquanto uma forma pretérita produzida num determinado momento histórico, que subsiste até os dias atuais e grafa o espaço através da estratificação social:

Há rugosidades, grafagens das relações raciais do passado que se perenizam, afinal, processos sociais engendram formas espaciais que podem durar mais do que eles próprios, transformando-se em “rugosidades” no espaço (SANTOS, 2012b, p. 60).

Dessa forma, raça constitui-se como uma *herança* histórico-social do período colonial, dado que o processo de classificação e a hierarquização dos sujeitos iniciou-se com o projeto moderno-expansionista europeu (especificamente, com a colonização da América Latina) através da racialização dos corpos: “o racismo é uma herança histórica do passado colonial e escravista e um componente estrutural das sociedades latino-americanas até os dias atuais” (CEPAL, 2020, p. 26, tradução nossa).

Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica. (...) As sociedades que vieram construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (GONZALEZ, 2020, p. 131).

Desse modo, podemos afirmar que as relações de poder estabelecidas nas sociedades latinoamericanas se configuram também como herança das estruturas hierárquicas ibéricas. Portanto, “o conceito de rugosidade surge como chave operacional, bastante apropriada ao enfoque das relações étnico-raciais, pois permite articular passado e presente simultaneamente, tanto na paisagem como nas configurações territoriais” (MALACHIAS, 2006, p. 36) através de duas perspectivas, uma físico-territorial, que expressa uma condição material (forma geográfica) e outra sócio-territorial, que representa uma condição social presente, herança pretérita que se manifesta objetiva e subjetivamente no espaço geográfico, pois implica em relações ideológicas de poder hierarquizadas pelo racismo estrutural, que permeia as relações sociais cotidianas.

Assim, o que nos compete é compreender como raça e racismo estruturou as sociedades latinoamericanas em sua formação. Igualmente, nos faz compreender como a construção de um Projeto de Nação centrado numa visão de mundo eurocêntrica invisibiliza as diversas narrativas e memórias dos distintos povos.

1.4 Formação socioespacial e o *Atlântico Negro*

O modelo do Atlântico Negro conduz o olhar para uma abordagem cosmopolita — a vida marítima que se movimenta e cruza o Oceano Atlântico, criando fluxos e refluxos de signos, de saberes e de culturas planetárias.

(GOMES, 2009, p. 31).

Para analisar a presença negro-diaspórica na Améfrica é fundamental compreendermos em que circunstância se deu essa migração forçada. Desse modo, a ideia do “Atlântico Negro” apresentada por Paul Gilroy (2012), contempla nossa análise, pois representa um espaço histórico-simbólico que conecta as Américas às Áfricas, a partir de experiências cruzadas, memórias, conhecimentos, saberes, histórias descontínuas e processos articulados pela estrutura colonialista¹¹:

O espaço metaforicamente denominado de Atlântico Negro seria o espaço histórico que contribuiu para o desenvolvimento da economia capitalista mundial, além de resignificar culturalmente territórios e nações na chamada diáspora africana. Nesses espaços são estabelecidas as conexões e as fronteiras da escravidão, do colonialismo, do racismo e da liberdade nos mundos do atlântico, a partir de experiências cruzadas e de processos articulados, os quais denominam de Atlântico Negro (GOMES, 2009, p. 31).

Partindo dessa perspectiva colonizadora, a Europa gerou um sistema produtivo que interligou as distintas partes do mundo através de uma relação desigual e exploratória que, em seus primórdios, adentrou os territórios das Américas e das Áfricas. Essa invasão, que tinha por objetivo a busca por matérias-primas, proporcionou a acumulação primitiva capitalista europeia e o fluxo de mercadorias e de pessoas¹², sem esquecer da apropriação das culturas, técnicas e saberes dos povos, pois é na relação com o outro que se constitui o conhecimento e, nesse sentido, vale ressaltar que os europeus apoderaram-se dessa situação para depois declararem a autoria (e autonomia) de seus conhecimentos e fazeres, desconsiderando todo intercâmbio cultural, epistêmico e social.

Esse modo de ser e existir europeu impôs, não sem resistência, normas e formas organizacionais nos espaços ultramarinos, além de uma lógica produtivista global, onde cada parte do mundo possuía uma função específica, compreendida como Divisão Internacional do Trabalho (DIT)¹³. No caso específico da América Latina, essa região passou a ter a função de fornecedora de matéria-prima e o uso colonial do espaço geográfico exigiu sua reorganização política, social, econômica e cultural, para atender às demandas da produção de mercadorias da metrópole.

¹¹ Segundo Paul Gilroy (2012, p. 59): “(...) a história do Atlântico negro, constantemente ziguezagueado pelos movimentos dos povos negros - não só como mercadorias, mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania - propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento [location], identidade e memória histórica”.

¹² Conforme Walker (2012, p. 28): “É importante para os afrodescendentes saber que o valor comercial e o trabalho sem remuneração dos nossos ancestrais, ainda que em uma situação opressiva, foi a base da riqueza do mundo ocidental durante mais de 300 anos de regime colonial escravista (...)”.

¹³ A Divisão Internacional do Trabalho representa a divisão produtiva do espaço mundial segundo a qual cada fragmento/país está designado a determinada função e/ou produção.

O mundo em que vivemos, o sistema-mundo moderno, teve suas origens no século XVI. Esse sistema-mundo estava, então, localizado somente em uma parte do globo, principalmente em partes da Europa e da América. Com o tempo, expandiu-se até abarcar todo o mundo. É e tem sido sempre uma economia-mundo. É e tem sido sempre uma economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2005, p. 40, tradução nossa).

Na perspectiva do autor, a DIT impulsionou o surgimento do sistema-mundo que pode ser definido como uma zona geográfica de intercâmbio de matérias-primas e fluxos de capital¹⁴ e trabalho que revela a empírica mundialização da modernidade europeia, com sua origem efetiva em 1492. Dentro desse sistema, existem unidades políticas vinculadas entre si por meio de uma estrutura produtiva que, inclusive, classifica e cria demandas externas para cada fragmento.

Em contrapartida, a ideia de “totalidade” corresponde a um paradigma histórico-social eurocêntrico (QUIJANO, 2010), ao passo que nos induz a crer que a história das sociedades e povos que habitavam a América Latina e Áfricas teve início apenas com a consolidação do sistema-mundo, evidenciando uma relação de poder entre colonizador e colonizado, atrelada a “colonialidade do poder”¹⁵ (QUIJANO, 2010, p. 73), elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista, que marginaliza e classifica racial e etnicamente a população do mundo desde a Europa e cria um sistema quase orgânico de interações econômicas.

Essa colonialidade tem sua origem na criação das Américas com a expansão europeia e representa o controle da economia, da autonomia, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e, também, da subjetividade e do conhecimento da humanidade (BALLESTRIN, 2013).

O eurocentrismo levou virtualmente todo mundo a admitir que numa totalidade o todo tem absoluta primazia determinante sobre todas e cada uma das partes e que, portanto, há uma e só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e de cada uma das partes. As possíveis variantes do movimento de cada parte são secundárias, sem efeito sobre o todo e reconhecidas como particularidades de uma regra ou lógica geral do todo a que pertencem (QUIJANO, 2010, p. 83).

¹⁴Isso inclui o fluxo humano de pessoas escravizadas que se constituiu na base da economia colonial nas Américas.

¹⁵Segundo Quijano (2010, p. 75): “Desde o início do século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos”.

Nessa releitura da totalidade histórico-social do pensamento europeu, Quijano (2016) destaca que existem rupturas e descontinuidades dessa razão brancocentrada que distorcem a experiência real latino-americana, mas não desconsidera integralmente a ideia. Admite que há uma interação das partes com o todo e que, portanto, podemos pensar num sistema. No entanto, essas partes também se constituem como totalidades se tomadas separadamente, uma vez que possuem formas, conteúdos e uma organização influenciada por ordens e conflitos internos e externos. Nessa perspectiva, o autor define como “totalidade heterogênea” as diversidades e particularidades históricas de cada fragmento (país) contrapondo-se à ideia totalizante de um sistema-mundo universal.

Uma totalidade histórico-social é num campo de relações sociais estruturada pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São em relação ao conjunto do campo, da totalidade que constitui. Consequentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. **Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição histórica heterogênea** (QUIJANO, 2010, p. 85-86, grifo nosso).

A totalidade heterogênea pode ser associada à categoria Formação Socioespacial (FSE), proposta por Milton Santos (1977), que é definida pela sua dimensão econômica, social e espacial. Posto de outra maneira, o autor compreende que o espaço geográfico é essencial para a existência e reprodução social, porque:

(...) diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1977, pp. 81-82).

Desse modo, a categoria de FSE expressa a organização espacial, portanto geográfica, das formas, das estruturas produtiva e técnica criadas a partir de um modo de produção capitalista¹⁶ do qual o espaço geográfico é também instância social. Assim, a totalidade é o mundo que está concebido dentro de um sistema em que os fragmentos são interdependentes em maior ou menor grau. Cada FSE representa uma parte desse todo e é particular a cada sociedade, principalmente nas sociedades latinoamericanas, antigas colônias, pois possuem

¹⁶ Segundo Milton Santos (2009): “[os] princípios de organização [do espaço] devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Pelo fato de serem derivados, esses espaços se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomando de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes” (p. 123). Dessa forma, podemos refletir sobre o conceito de espaço derivado, ao discutir a FSE.

organização espacial das formas produzidas e atuação de políticas internas e externas que são peculiares à sua constituição.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação (SANTOS, 1977, p. 81).

Santos e Wallerstein, em suas análises sobre a FSE e o sistema-mundo, priorizam a perspectiva histórica econômico-estrutural iniciada no século XVI e, nessa concepção, o sequestro transatlântico da população negra-africana expressa a estratificação espacial promovida pela DIT em escala mundial e também as desigualdades nas relações raciais na América Latina, dando início a lógica das trocas (mercadorias), onde negras e indígenas eram *modus operandi*, isto é, força de trabalho escravizada, incorporada a esse momento produtivo-mercantilista. Para a população africana, esse período histórico representou a maior migração forçada de pessoas e o maior processo de desumanização de toda história.

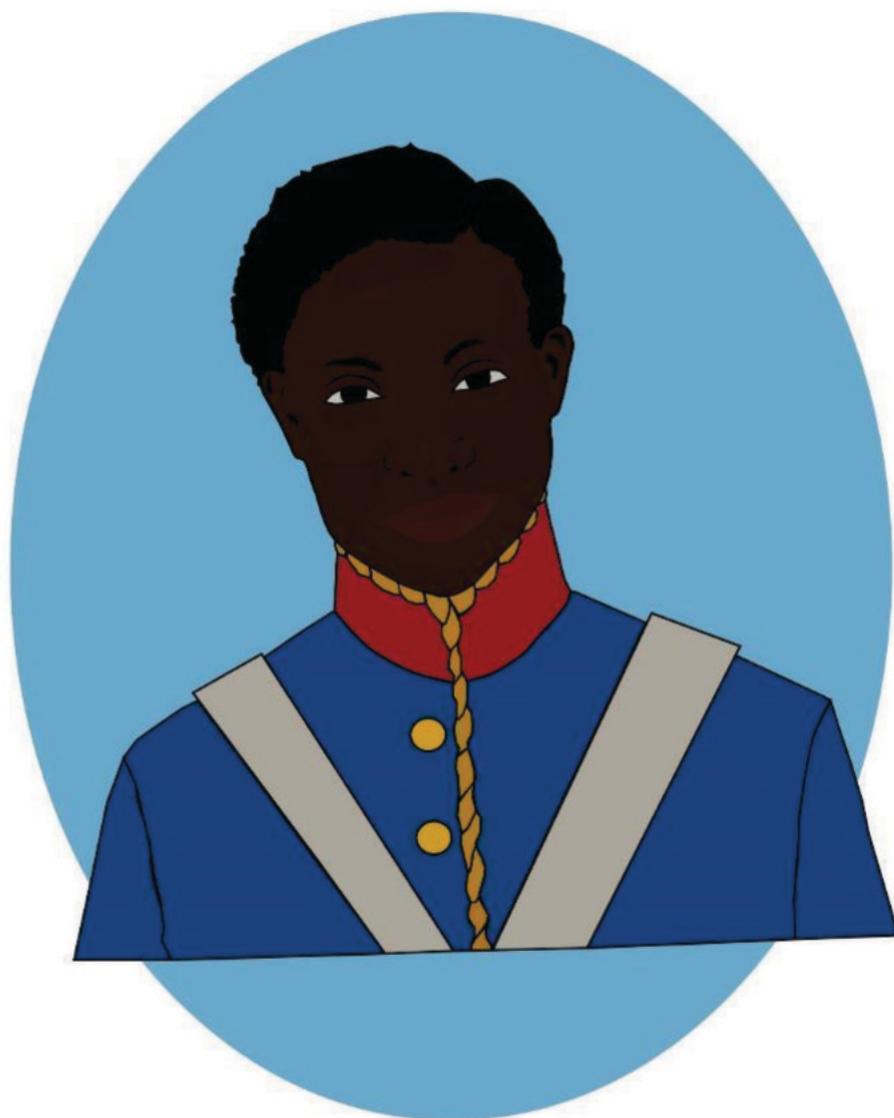
Nesse processo moderno-capitalista-colonial, o continente africano tornou-se receptor de invasores europeus que converteram os territórios africanos em “fornecedores” de mão de obra e de saberes. Assim, do outro lado do Atlântico iniciaram-se as diásporas africanas, com a dispersão demográfica de povos em condições desumanas e desiguais de retorno (GOMES, 2009):

(...) sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas nos despojou o nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África, e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo (GONZALEZ, 2020, p. 136).

Ao longo deste capítulo refletimos sobre a formação socioespacial latinoamericana, o que nos proporcionou um aporte teórico-metodológico para compreender como se deu a entrada de africanas e africanos na cidade de Buenos Aires. Nessa perspectiva, é imprescindível que consideremos, para além das geografias vinculadas à produção capitalista, as heranças materiais e imateriais territorializadas nos espaços urbanos coloniais e pós-coloniais, protagonizadas pela população negro-africana e afrodescendente. Entretanto, o racismo presente em nossas sociedades perpetua as violências históricas e o modo de pensar do colonizador.

Por muitos anos, a existência da população negra e afrodescendente na Argentina foi negada e privilegiou-se a cultura europeia, evidenciando com isso, a racialização e inferiorização dos corpos africanos e afroargentinos e o apagamento histórico-geográfico desses

sujeitos. Isso acarretou a expropriação do uso do espaço da cidade de Buenos Aires e na invisibilização das territorialidades da população negra no século XIX, a partir da reestruturação urbana de aspiração eugenista, análise que será feita nos próximos capítulos deste trabalho, ao tratarmos sobre a formação desta cidade.



María Remedios del Valle

"A mãe da pátria"

Ilustração: Isadora Simões

Remedios de la Matria

“María Remedios del Valle Rosas es La Madre de la Patria.

Capitana ascendida a Sargento Mayor

La Parda, Valentía con Alas.

Combatió en los ejércitos del General Manuel Belgrano

Soportó torturas, baleada, atada a un poste recibiendo de lleno el sol y las heladas en sus
heridas que se pudrían.

Aún así escapó y libertó a Coroneles y soldadesca.

Fue espía para nuestro bando, fue fusil, abrazo y llanto.

Fue olvido. Esto fue lo peor que fue.

Fue olvido por cada uno de los ciudadanos y por cada una de las ciudadanas que hoy gozan de
suelo argentino y una bandera

celestes y blanca que alberga un sol de la esperanza

Que dice ser un Crisol de razas cuando no es nada.

Nada más que olvido para su Madre, la Libertaria

Heroína Nuestra, de nuestra Matria.

De qué te perdiste Historia que no la relatas?

Que no está en los Actos reivindicada!

Tixa Style Poesía Dulce¹⁷

¹⁷In: SOUZA; ALVES; DORNELES (Orgs). Vozes Mulheres da América Latina. Movimentos de Aquilombamento. São Paulo: Editora Dandara, 2022. (p. 23).

CAPÍTULO 2 - ARGENTINA TAMBÉM É AFRO: UMA HISTÓRIA DESDE DENTRO

Porque a história das américas contada desde fora não conta nossa história. E sem nossa história, a história das américas não é a história das américas.

(WALKER, 2012, p. 1, tradução nossa)

A construção de um imaginário branco-centrado na Argentina e, em particular na cidade de Buenos Aires, corroborou para o processo de apagamento histórico-geográfico da população negra. Ainda hoje é comum nos depararmos com o seguinte questionamento “há pessoas negras na Argentina”? Isso porque, a ideia de “desaparecimento” ou até mesmo de “estrangeirismo” desta população segue enraizada nesta sociedade cuja origem nasceu com a constituição de um Projeto de Nação que não só valorizou, mas também centralizou os aspectos culturais, políticos e econômicos europeus. Não sem motivo, a cidade de Buenos Aires é conhecida como a “*Paris da América do Sul*” por apresentar características arquitetônicas, urbanísticas e, inclusive, um *modus operandi*¹⁸ eurocentrado.

Portanto, é necessário refletir sobre o que está estabelecido como nação: as representações desejosas desse povo, as narrativas expressas (com qual realidade dialogam), quais grupos sociais são representados e quais são invisibilizados, entre outros. Essa concepção de nação também está fortemente ligada às “ideologias geográficas” que constituem formas de pensar historicamente determinadas, “epistemes próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão, mas a própria sensibilidade humana” (MORAES, 2005, p. 23), e representam determinada forma de ler o mundo e de apropriar-se do espaço que variam de acordo com o lugar, a sociedade e período histórico.

Tendo em vista que os países latino-americanos possuem um passado histórico-geográfico colonialista, as relações de poder também perpassam a construção nacional e racial desses países, não de forma amena, mas conflituosa. Nesse sentido, é importante que possamos contar nossa própria história, para então compreendermos as Américas em suas múltiplas facetas, olhares e dimensões valorizando, sobretudo, o papel fundamental das diásporas negro-

¹⁸ Um grande exemplo de reprodução do ideário europeu cidadão é a difusão dos cafés pela cidade de Buenos Aires no século XIX que representa, para além do espaço de “alimentação”, a ideia civilizatória do lugar de encontro da burguesia, isto é, de socialização do *status quo*.

africanas no enraizamento cultural, político e econômico ancestral dos nossos países, como nos convida Walker no excerto que abre este capítulo.

Portanto, no presente capítulo propomos (re)significar o ideário europeu argentino no processo de formação do país, com enfoque na cidade de Buenos Aires, que teve papel crucial na construção do Projeto Nacional no período independentista. Assim, será abordada uma perspectiva enegrecida que viabiliza uma leitura espacial através das geografias negras e das sociabilidades negras da cidade portenha.

2.1. Há afrodescendentes na Argentina?

“A América Latina e Argentina pontualmente são por todas as coisas américo- latinistas. Cremos na América Latina e em nosso continente e na unidade do nosso continente, mas particularmente também sou um europeísta, sou alguém que quer a Europa, porque da Europa, escreveu uma vez Octavio Paz, que os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da floresta, mas nós os argentinos chegamos dos barcos e eram os barcos que vinham da Europa e assim construímos nossa sociedade”.

(Alberto Fernández, 9 de junho de 2021, tradução nossa)

Esse foi o pronunciamento do presidente argentino em exercício, Alberto Fernández, no dia nove de junho de 2021, em um evento com o primeiro-ministro da Espanha que, certamente, define qual a ideia racial de nação foi e é valorizada no país. O que está por trás desse discurso? A invisibilização e inferiorização de povos não brancos, como indígenas e afrodescendentes.

Por muito tempo a ideia da não existência de afrodescendentes na Argentina fez parte desta sociedade como uma verdade epistêmica, cívica e moral, pois era legítima e válida somente a história e memória da migração europeia (e ainda hoje isso acontece), representada, principalmente, por italianos que chegaram nas Américas em busca de novas oportunidades de emprego e vida, como parte de uma “narrativa dominante” que “se caracteriza por apresentar a sociedade argentina como branca, europeia, moderna, racional e católica” (FRIGERIO, 2008, p. 119, tradução nossa).

É importante destacar que esses fluxos migratórios assistidos na segunda metade do século XIX de fato aconteceram em grande parte da América do Sul. Todavia, esses sujeitos não devem responder exclusivamente ao povoamento dos nossos países, pois havia povos indígenas de distintas etnias que já habitavam essas terras e, num momento posterior, houve a

chegada massiva de povos sequestrados das Áfricas – especialmente das regiões da África Ocidental e Norte da África – que em um processo de re-territorialização, conformaram esses territórios. Isso implica dizer que não podemos marcar nossas histórias e memórias partindo apenas da chegada do homem branco europeu.

Candiotti (2021) destaca que o apagamento histórico da população africana e afrodescendente na Argentina constituiu-se como resultado “sintomático de uma memória social na qual prevalecem grandes silêncios em torno da chegada forçada de milhões de africanos e africanas na região e, sobretudo, suas lutas por emancipação” (p. 15-16, tradução nossa) e, além disso, conformou-se enquanto uma estratégia de Estado na construção da identidade nacional.

Na Argentina se incentivou desde o Estado uma identidade nacional fundada nas ideias de excepcionalidade em relação ao restante da América Latina e de domínio europeu branco da sua população e sua cultura. Essa narrativa supõe a realização de dispositivos culturais, sociais e políticos entre os quais o discurso historiográfico cumpriu um papel crucial (CANDIOTTI, 2021, p. 16, tradução nossa).

Isso significa dizer que o processo de construção da identidade nacional argentina repugnou e excluiu as populações “indesejadas” – na perspectiva da elite local, os *criollos*¹⁹ – composta, principalmente, por indígenas e negros, e utilizou como marco inicial de sua história a chegada de migrantes europeus que carregavam consigo uma identidade e uma ideia de nação a ser reproduzida nas Américas, com códigos, normas e modos de vida específicos que, de acordo com essa elite, eram considerados civilizatórios e representavam o progresso no nascente país²⁰.

Esse pensamento influenciou no apagamento e na subnotificação da presença negra nos registros históricos nacionais, dado importante que devemos considerar, já que estamos lidando com uma realidade conduzida pelo “racismo historiográfico” (MOLINA; LÓPEZ, 2012). Portanto, trabalhamos com informações muitas vezes descontinuadas e incompletas, mas que nos possibilitam tecer hipóteses sobre a vivência e existência dessa população por meio da análise de documentos dispersos e da revisão bibliográfica de intelectuais que têm estudado sobre a temática (ANDREWS, 1989; SCHÁVELZON, 2003; GELER, 2010; MOLINA; LÓPEZ, 2012; CANDIOTTI, 2021).

¹⁹Criollos eram descendentes de espanhóis nascidos nas Américas. Em geral, pertenciam à classe dirigente da América hispânica, isto é, compunham a elite local.

²⁰Importante destacar que esse movimento de valorização da cultura eurocentrada não é exclusivo da Argentina, mas ocorre também em outros países da América Latina na segunda metade do século XIX e parte, principalmente, das elites brancas locais de cada sociedade, que passam a discutir a ideia de nação fundamentada em concepções brancocentradas e higienistas. Para ver mais, busque alguns trabalhos sobre a construção da ideia de Nação e nacionalismo no Brasil.

Reconstruir essas lutas e experiências não é uma tarefa fácil. Os registros frios (contáveis, paroquiais, notariais, policiais, proto estatísticos) onde a vida dos escravos aparece a conta gotas, em seu caráter de bens ou de guarismo populacional, não permitem um acesso direto a dimensão subjetiva de suas vivências. Por isso, a aposta é ler com outro olhar essas fontes e transcender as descrições coisificadoras, para não esquecer a dimensão humana e singular da diáspora e a escravização (CANDIOTI, 2021, p. 18, tradução nossa).

Existe uma evidente dificuldade em contabilizar com exatidão a população negra na cidade de Buenos Aires nos séculos XVIII e XIX. Uma das formas que inviabilizam essa contagem é o entendimento do escravizado enquanto “peça (um produto), sendo uma peça equivalente a “um negro jovem, são e forte”. Assim, havia casos de uma peça corresponder a “três velhos ou várias crianças, um aleijado e outro adulto, ou estranhas combinações que tornam complexo estabelecer quantidades exatas” (SCHÁVELZON, 2003, p. 69, tradução nossa).

Como analisado no capítulo anterior, a colonização ibérica estabeleceu a hierarquização da sociedade americana de modo a ser impossível falar sobre América Latina sem, todavia, discutir a racialização das relações de poder que legitimaram (e ainda legitimam) a execução de violências físicas e subjetivas contra a população originária e de Áfricas. Diante do descrito, é necessário compreendermos a classificação social enquanto um *modus operandi* da estrutura colonial e seu impacto na formação da sociedade argentina e na invisibilização da população afro.

Desse modo, os censos nacionais tiveram um importante papel no processo de classificação social através das distintas categorizações ao longo dos anos que incluíam também a “divisão por cores de pele” (SCHÁVELZON, 2003, p. 69) – o colorismo – estabelecida pela mentalidade colonial que complexifica a quantificação dessa população sem, todavia, nos deixar evidente, em alguns períodos, quais pessoas eram consideradas negras e/ou não negras. Na realidade, o que prevalecia na estrutura hierárquica social eram brancos (no topo) e depois o restante da população.

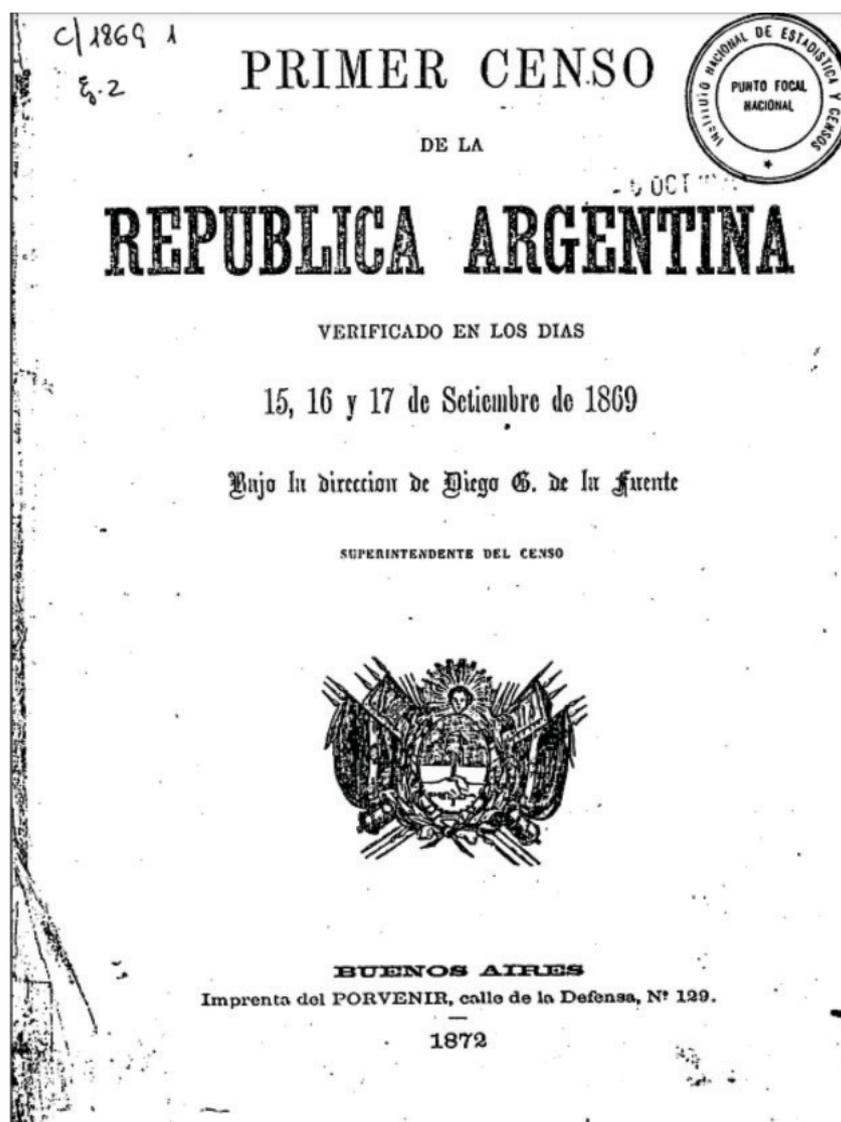
Um escravo de ascendência árabe tinha possivelmente a pele mais clara que um mulato branqueado, após haver passado algumas gerações desde sua origem africana. Também havia interesses pessoais para estar em uma ou outra categoria, em especial porque o mote de mulato ou de qualquer possível mestiçagem, seja africano ou indígena, era terrivelmente depreciado e estava proibido pela lei. O casamento interracial estava proibido, e a desaprovação da comunidade era fidedigna e evidente, mas a realidade superava tudo e por certo, sim houve casamentos, e ainda mais uniões não formais entre diferentes grupos (SCHÁVELZON, 2003, p. 69).

Ao realizarmos uma breve análise dos registros censitários argentinos, é possível destacar a existência das categorias: “africano”, “gente de cor”, “negro”, “escravo”, “moreno”,

“mulato”, “mestiço”, “pardo” e, posteriormente, “trigueño”²¹, utilizada até os dias atuais (ARGENTINA, 1872; DOMINGUÉZ, 2004), para classificar a população de origem africana afrodescendente e mestiça²².

O Primeiro Censo Nacional da República Argentina (**Imagem 4**) foi realizado em todo o país em setembro de 1869, sob o comando do então presidente da nação Domingo Faustino Sarmiento. Para o censo, o país foi dividido em cinco áreas: norte, sul, leste, oeste, e os territórios nacionais.

Imagem 4: Primeiro Censo Nacional da República Argentina - 1969



Fonte: Primeiro Censo da República Argentina. 1872. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/dpe/Estadistica/censos/C1869-TU.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

²¹O termo “trigueño” passou a ser “utilizado nos censos da cidade de Buenos Aires a partir de 1810 para categorizar os indivíduos não-brancos, não há uma associação direta com a ascendência africana, como acontece com os termos ‘moreno’, ‘mulato’ ou ‘pardo’” (DOMINGUÉZ, 2004, p. 23).

²²Nesse trabalho consideramos mestiços pessoas de ascendência afro e indígena.

No tocante à demografia, os censos possibilitam a identificação étnico-racial do país, algo importante para o reconhecimento da formação dos povos de uma nação e, conseqüentemente, para a identificação de processos geradores de apagamentos históricos. Nesse aspecto, o censo demográfico também contribuiu para o genocídio de determinada população e, no caso argentino, da população negra, visto que: “a ‘cultura argentina’ é apresentada, via de regra, na fórmula sintética do *crizol de razas*, afirmando-se resultar da mistura do vernáculo *criollo* com os costumes dos imigrantes europeus” (DOMINGUÉZ, 2004, p. 1).

Nosso desafio, então, é o de remontar esse passado histórico-geográfico por meio das escassas e descontínuas informações encontradas ao longo do processo investigativo, de maneira a evidenciar a presença negra na cidade de Buenos Aires e desconstruir a ideia que nega a existência dessa população em toda a Argentina, que convergem com a história e constituição da nação.

2.2.Remontando fragmentos histórico-geográficos enegrecidos

“E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.
(GONZALEZ, 1984, p. 225).

Enegrecer a história é trazer para si as perspectivas invisibilizadas em nossa sociedade, é também o ato de fundamentar nossa análise pautada no “conhecimento desde dentro” (WALKER, 2012, GUIMARÃES, 2020), refletir de maneira crítica sobre uma “verdade” epistemológica por séculos incontestada e deslocar a discussão das narrativas para os sujeitos historicamente silenciados em nossa sociedade. Como enfatiza Gonzalez (1984), aqueles e aquelas considerados a escória social são os que devem contar, “e numa boa” (p. 225).

Portanto, para enegrecermos nosso diálogo tomaremos como ponto de partida o processo de formação da cidade de Buenos Aires e a junção dos fragmentados registros históricos sobre a existência e presença negra na cidade, encontrados nas bibliografias utilizadas que versam sobre essa população. No intento de facilitar nossa discussão dividimos nossa análise em três períodos, sendo esses: 1) Buenos Aires colonial, 2) Buenos Aires: a Rainha do Prata e 3) Buenos Aires e a independência argentina.

Atentamos também ao fato de que a invasão espanhola teve como principal característica a organização hierárquica das sociedades americanas “onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica)” (GONZALEZ, 2020, p. 131)²³.

Igualmente, consideramos importante situar-nos sobre o sítio geográfico da cidade de Buenos Aires, limitada a leste pelo Oceano Atlântico e ao Norte pela grande Baía de água doce do Rio da Prata. A característica física predominante é a planície sedimentar, também conhecida como “pampa”, nome de origem indígena que significa “terra sem árvores” (LE MOS, 1996). A região apresenta uma vegetação rasteira, com forte presença de húmus e possui um dos solos mais férteis do país, inicialmente habitada pelos *querandíes*, povo indígena que vivia nas proximidades da atual Província de Buenos Aires, na pampa rioplatense²⁴ (ANDREWS, 1989; LEMOS, 1996). Esse foi um dos territórios encontrados pelos espanhóis na invasão Sul Americana.

2.3. Buenos Aires colonial

Sobre a criação de Buenos Aires no período colonial, houve a promulgação de duas fundações da cidade, sendo a primeira no ano de 1536 e a segunda, em 1580. A primeira foi proclamada por Pedro de Mendoza e sua expedição de aproximadamente 1500 homens (SCOBIE, 1974; DIFRIERI, 1981; LEMOS, 1996) enviados pelo rei da Espanha, que se estabeleceu na região na busca por metais preciosos para exploração, concretizando assim, a invasão das Américas ao modo europeu, caracterizada pela lógica mercantilista de ordem geopolítica.

Entretanto, ao chegar no porto de Buenos Aires, Mendoza e sua tropa não encontrou ouro nem prata²⁵ e sim um território considerado “vazio, desértico e inóspito” (SARMIENTO,

²³Sobre isso, Presta (2000) assinala que “de todas as maneiras os conquistadores imprimiram na colônia as marcadas diferenças e padrões culturais que refletiam o estrato superior ao que sempre quiseram pertencer, mas apenas no Novo Mundo, como elite conquistadora, puderam acessar. Esses padrões socioculturais refletiam dois paradigmas antagônicos que se expressavam através dos velhos valores peninsulares atados al *status*: a honra, a fama, a glória, os títulos e a propriedade da terra combinados as novas práticas mercantis que reconheciam o valor do comércio e o dinheiro para ascender na escala social (p. 58, tradução nossa).

²⁴Segundo Palomeque (2000): “nas terras do governo do Rio da Prata as populações estavam conformadas por pequenos grupos, dos quais podemos identificar os chaná-timbúes, agricultores habitantes da costa do Paraná que se relacionaram com os grupos serranos através de povos nômades que circulavam nos territórios intermediários, a parcela dos guaranis recentemente expandidas nas ilhas e aos nômades querandíes nas proximidades de Buenos Aires” (p. 10, tradução nossa).

²⁵Conforme Guérin (2000) “a quase absoluta carência de ouro e prata impediu que a província se integrasse à metrópole. Os tributos correspondentes a coroa eram pagos com produtos da terra: 'porcos, milho, feijão, mandioca e aves', que só serviam para o consumo diário dos oficiais reais” (p. 37, tradução nossa).

2007)²⁶. Prontamente, o comandante estabeleceu uma área murada para, em teoria, “controlar a já advertida hostilidade dos índios querandíes” (GUÉRIN, 2000, p. 33). Todavia, foi derrotado pelos indígenas locais que resistiram a sua presença e, cinco anos mais tarde, abortou a missão que lhe foi concedida e navegou pelos rios Paraná e Paraguai para fundar a atual cidade de Assunção, no Paraguai, regressando à Espanha na sequência. Conforme Lemos (1996):

O interesse de criar uma presença espanhola mais ao sul da dos portugueses foi, antes de tudo, um ato político, um projeto do conquistador Don Pedro de Mendoza, cuja intenção era mostrar sua inquestionável autoridade formal, porém, foi repellido pela população autóctone, levando-o a renunciar a seu projeto e regressar à Espanha (p. 249-250).

Quarenta e quatro anos após a primeira fundação da cidade, em 11 de junho de 1580, sucedeu a segunda promulgação da cidade da “Santísima Trinidad” e do porto de “Santa María de los Buenos Ayres” (posteriormente, cidade de Buenos Aires), por Juan de Garay e seus 60 homens (SCOBIE, 1974; DIFRIERI, 1981) (**Imagem 5**). Associada às exigências de ordem político-econômica, a intenção da nova fundação era otimizar o escoamento de matérias-primas pelo porto da região rioplatense para a Espanha e proteger o território contra a invasão portuguesa e o ataque de outras potências europeias em ascensão à época²⁷.

²⁶Sarmiento em seu livro “Facundo” apresenta a ideia de deserto que, segundo ele, deve ser transformado, pois, o progresso somente existiria com a efetivação de um projeto civilizatório, isto é, a partir da construção de cidades, do cotidiano citadino, costumes, vestimentas, dentre outros ao modo europeu e/ou estadunidense. Desse modo, Sarmiento o *pampa* significa a barbárie a ser transformada: “lisa e aveludada frente infinita, sem limite conhecido, sem acidente notável; é a imagem do céu na terra; a terra como no mapa; a terra aguardando todavia, que a mandem produzir as plantas e toda classe de sementes” (SARMIENTO, 2007, p. 20, tradução nossa).

²⁷É preciso considerar o contexto histórico mercantilista desse período, no qual prevalece a expansão capitalista e a exploração violenta dos povos originários das Américas e dos recursos naturais pelos europeus, como abordado no primeiro capítulo. Nesse momento, as coroas ibéricas se destacaram como pioneiras da expansão marítima e, conseqüentemente, da imposição colonialista em território americano.

Imagem 5: Fundação de Buenos Aires por Garay, de José Moreno Carbonero



Fonte: ARECES, 2000, p. 169.

No tocante à segunda fundação da cidade de Buenos Aires, é importante destacar as transformações ocorridas no espaço geográfico exercidas pela coroa espanhola como forma de demonstrar o domínio e a soberania europeia em solo americano – que representa sobretudo, o “ego conquiro (eu conquisto)” (DUSSEL, 2005) – com a implementação da “Leis das Índias” que, como assinala Lemos (1996), configurou-se como a primeira lei urbanística instaurada nas Américas (LEMOS, 1996). Esse documento, escrito em nove volumes, era como um “manual da colonização espanhola” criado pelo governo metropolitano que, em um dos assuntos, tratava da fundação das cidades nas Américas e da adequação do espaço urbano.

Esse conjunto de normas instituiu características uniformes do planejamento urbano das cidades construídas pela coroa espanhola nas Américas, definidas por um código de Felipe II em 1563 (LEMOS, 1996), baseado no modelo “tabuleiro de xadrez”, como é possível visualizar na **Imagem 6**, da planta da cidade de Buenos Aires do século XVI.

O modelo uniforme de tabuleiro com ruas retilíneas que definem os quarteirões (las manzanas, palavra que vem de uma medida catalã maçã) iguais, em geral quadrados com 100m de lado. Partindo todos da praça principal que em geral abrange 4 quarteirões unidos e onde se localizam a igreja, o cabildo (paço municipal) as casas dos mercadores e a dos colonos mais ligados hierarquia do conquistador primeiro, aos mais ricos, ao longo tempo (LEMOS, 1996, p. 129).

Imagem 6: “Plano de Fundação, ano 1583”



Fonte: DIFRIERI, 1981b, p. 31.

Nesse plano, é possível visualizar o traçado urbano “tabuleiro de xadrez” com as quadras bem definidas que seguem um ordenamento territorial uniforme. Ainda hoje é possível encontrar esses traços no tecido urbano de importantes cidades da América Latina, ex-colônias espanholas, como Lima, Uruguai, Bogotá, Cusco, dentre outras.

O capítulo “O semeador e o ladrilhador” do livro “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (1995), numa perspectiva de sujeição e valorização do *modus operandi* do colonizador espanhol, destaca que, diferente dos portugueses, a colonização hispânica caracterizou-se pela aplicação insistente do domínio militar, econômico e político da metrópole no território conquistado, com a criação de núcleos e povoados estáveis e “bem ordenados” (HOLANDA, 1995), como se houvera uma colonização “boa” em detrimento de uma “ruim”. O autor afirma que:

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma ideia religiosa (...) foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado” (HOLANDA, 1995, p. 96).

O excerto acima sintetiza a ideia expressa pelo autor de uma colonização considerada ideal e soberana em relação àquela que houve no atual território brasileiro. Nessa perspectiva, o traçado urbano espanhol representou não só a dominação dos povos, mas também do espaço geográfico: “vencer e retificar” as morfologias da paisagem, numa concepção egocêntrica e eurocentrada que simbolizava a superioridade e o controle do homem sobre a natureza. Assim, Holanda (1995) compreende os espanhóis como ‘ladrilhadores’, isto é, aqueles que constroem, dominam e transformam o espaço, são “edificadores” e representam a civilização.

Os primeiros séculos da cidade colonial foram marcados por extrema pobreza e miséria, já que a província não possuía metais preciosos como outras regiões. Além disso, nesse período, Buenos Aires estava subordinada ao Vice-reinado do Alto Peru, que possuía a capital em Lima, como pode ser observado na **Imagens 7**²⁸. Assim, as principais atividades econômicas estavam concentradas nessa região e também em Potosí, atual Bolívia, onde estavam localizadas as minas de prata.

²⁸ O mapa de Juan de la Cruz Cano é o primeiro grande mapa espanhol da América Meridional que incorpora os limites da Espanha e Portugal e um dos mais importantes mapas impressos na Europa no século XVIII. Inclui dois planos detalhados do sítio da Angostura e do Porto de Callao de Lima e umas “Advertências para a inteligência desse mapa” com dados sobre meridianos de referência, procedimentos para a elaboração do mapa e cálculos para o traçado das possíveis linhas de demarcação entre os domínios portugueses e espanhóis segundo o Tratado de Tordesilhas (Cruz Cano y Olmedilla, Juan de la. Mapa geográfico de América Meridional. Biblioteca Nacional de Espanha. 1775. Disponível em: <https://www.bne.es/es/colecciones/hispanoamerica/mapa-geografico-america-meridional>. Acesso em: janeiro de 2023).

Imagem 7: Mapa Geográfico de América Meridional



Fonte: Biblioteca Nacional de España. Cruz Cano y Olmedilla, Juan de la (1734 - 1790)^{29,30}.

²⁹ Fecha 1775. Material cartográfico impreso. [Madrid] : [s.n.]. 1 mapa en 8 h. : grab.; 260 x 185 cm en h. de 67 x 93 cm. Escala [ca. 1:4.000.000]. 100 leguas comunes de España de 20 en Grado, iguales a las marinas de Francia e Inglaterra [= 13 cm]. América del Sur - Mapas Puerto del Callao (Perú) - Mapas Orinoco (Río) - Cartas náuticas Mapas generales Cartas náuticas. Disponível em: <https://www.bne.es/es/coleccion/hispanoamerica/mapa-geografico-america-meridional>. Acesso em: janeiro de 2023.

³⁰ O mapa de Juan de la Cruz Cano é o primeiro grande mapa espanhol da América Meridional que incorpora os limites da Espanha e Portugal e um dos mais importantes mapas impressos na Europa no século XVIII. Inclui dois planos detalhados do sítio da Angostura e do Porto de Callao de Lima e umas “Advertências para a inteligência desse mapa” com dados sobre meridianos de referência, procedimentos para a elaboração do mapa e cálculos para o traçado das possíveis linhas de demarcação entre os domínios portugueses e espanhóis segundo o Tratado de Tordesilhas (Cruz Cano y Olmedilla, Juan de la. Mapa geográfico de América Meridional). Biblioteca Nacional

Dada sua proximidade geográfica com a região das minas, as províncias de Córdoba e Jujuy, da atual Argentina, foram responsáveis por fornecer alimento à Potosí, o que lhes garantiu um intercâmbio comercial intrarregional. E, em consequência disso e como forma de lucro, os governos locais criaram as “alfândegas secas” (GARCIA, 1990) continentais que taxavam qualquer mercadoria advinda de outras partes da colônia espanhola e, inclusive, realizavam o embargo dos produtos portenhos (principalmente carne e couro), como forma de boicote à comercialização e circulação desses insumos. Essa prática corroborou para o empobrecimento e isolamento da cidade colonial e da Província de Buenos Aires.

Outro mecanismo que proporcionou a exclusão portenha da organização econômica da metrópole foi o fechamento do porto. A coroa espanhola, temendo a perda de produtos explorados em território americano no traslado até a Espanha, ordenou o fechamento como forma de impedir o contrabando de mercadorias e matérias-primas – principalmente o escoamento de metais preciosos –, sendo, portanto, oficializada a rota que ligava os portos de Sevilha e Lima (Porto de Callao) (FUENTES, 2011), o que agravou a situação de miséria em Buenos Aires. Supostamente, de 1580 a 1585, não houve tráfico algum na região já que a população carecia de mercadorias que sustentassem as trocas para o giro mercantil (GARCIA, 1990).

O mercantilismo espanhol se desenvolveu no sentido de canalizar todas as riquezas metálicas para os seus cofres, daí as restrições comerciais que se faziam a determinadas áreas coloniais. Esse sistema criado pelos Reis Católicos e desenvolvido pelos Áustrias, visava sobretudo ao estabelecimento de uma só via de comunicação para o tráfico colonial (GARCIA, 1990, p. 11-12).

Perante esse rígido controle metropolitano e do cenário de escassez em que viviam, a população local teve que buscar estratégias de sobrevivência por meio de intercâmbios ilegais de produtos primários e manufaturados, como o couro e a carne³¹. Em resposta às restrições estabelecidas pela Espanha, as atividades de contrabando foram incentivadas por padres, bispos e comerciantes da região rioplatense, além de terem sido fundamentais para realocar o dinamismo econômico da cidade colonial durante os séculos XVI e XVII.

Os negociantes internacionais converteram a cidade [de Buenos Aires] numa verdadeira fábrica, no centro, escritórios e estabelecimentos onde desenvolviam suas atividades administrativas e financeiras, cujos serviços brindavam grandes benefícios

de Espanha. 1775. Disponível em: <https://www.bne.es/es/colecciones/hispanoamerica/mapa-geografico-america-meridional>. Acesso em: janeiro de 2023).

³¹ “Não logrando introducir seus produtos nos mercados existentes, os portenhos ficaram sem qualquer possibilidade de acumular recursos necessários à sobrevivência. Diante desta amarga realidade, sem outra alternativa, Buenos Aires se valeu do contrabando. Esse foi sem dúvida, o traço característico da economia portenha. A fundação da colônia do Sacramento, em 1680, veio fortalecer o contrabando na região do rio da Prata, de vez que a referida colônia, sob o domínio português, serviu de apoio para a introdução das mercadorias de procedência inglesa (lãs, casemiras, etc.)” (GARCIA, 1990, p. 8-9).

econômicos. Os governadores e oficiais reais, responsáveis pelo tráfico desenvolvido no porto, se enriqueceram, não precisamente pelo seu salário, senão por sua participação na atividade dos mercadores, que tinham controle. (...) Estas atividades tomaram tal envergadura, que alcançou a ordem eclesiástica - especialmente os jesuítas, que desenvolveram uma intensa atividade comercial (...) (ARGENTINA, 2002-2003, s/n, tradução nossa).

Cabe observar que das atividades contrabandistas da época, a venda de escravizados e escravizadas por comerciantes portugueses era frequente, principalmente entre os portos da Colônia do Sacramento (à época pertencente aos portugueses) e de Buenos Aires. Igualmente, vale destacar que, em alguns períodos, o controle hispânico sedia as demandas internas de abastecimento das colônias, inclusive no que se refere a venda de escravizados africanos e africanas, o que favoreceu as negociações com mercadores lusitanos.

A primeira permissão real para importar escravizados na região do Prata foi em 1534 e, posteriormente, a coroa espanhola outorgou a comercialização de particulares³² que, em sua maioria, eram portugueses (GARCIA, 1990) e estavam sob seu controle, e foram também favorecidos pelo contexto político-econômico da Península Ibérica, com a junção das coroas por Felipe II, em sua ascensão ao trono de Portugal (1548-1551).

Nesse contexto, é possível observar um maior protagonismo dos escravagistas portugueses nas Américas, pois conforme destaca Fuentes (2011), “foram os portugueses que exerceram o controle das licenças por serem os possuidores do mercado africano” (p. 25, tradução nossa). Garcia (1990) nos apresenta o relato de um dos comerciantes vinculado à igreja da Província de Buenos Aires, que viajou ao Rio de Janeiro para comprar escravizados:

Foi de sua iniciativa a viagem de D. Francisco de Salcedo, tesoureiro do bispado, que a 20 de outubro de 1585 partia de Buenos Aires em demanda ao litoral do Brasil. Levava em seu barco 30.000 pesos em prata, com os quais pretendia adquirir escravos, ornamentos e demais mercadorias de origem europeia armazenadas no porto do Rio de Janeiro (GARCIA, 1990, p. 16).

Inicialmente, a coroa passou a conceder licença de forma direta aos particulares e, posteriormente, mediante a redução de gastos, a pagar para traficantes intermediários dos navios transatlânticos que vendiam a comerciantes coloniais (FUENTES, 2011). Os responsáveis pela compra tinham autorização para revender escravizados e escravizadas para

³²Segundo Garcia (1990): “A importação de escravos, através do contrabando, chegou aos ouvidos do rei. Este, em 1595, tenta regularizar a importação de negros, através de uma concessão especial a D. Pedro Gomes Reynel, que dessa forma se via contemplado com o privilégio exclusivo do *Asiento*. Foi autorizada a entrada por Buenos Aires de 600 peças anuais; entretanto, tão logo tomara conhecimento da medida em pauta, o vice-rei do Peru informou ao rei da inoportunidade e perigo dessa permissão. Alegava aquele mandatário peruano o desenvolvimento do contrabando da prata de Potosí, agasalhado que fora com a instituição do *Asiento*. Evidentemente essa atitude do vice-rei do Peru atendia aos legítimos interesses da burguesia limenha, que a todo custo desejava preservar o seu monopólio comercial na América do Sul espanhola” (GARCIA, 1990, p. 18-19).

outros traficantes ou proprietários, o que demonstra todo processo de desumanização e deterioração da figura humana por parte dos europeus.

Quando as restrições espanholas eram asseveradas novamente, o contrabando retornava com maior intensidade naquela região e algumas autoridades locais faziam denúncias para os metropolitanos, como aconteceu com D. Sanches de Figueroa, que foi acusado por motivar a venda ilegal de escravizados em Buenos Aires, importados da costa brasileira (GARCIA, 1990).

Em meio a esse contexto, no ano de 1713, passado um século de negociação³³, foi assinado o *Tratado de Utrecht* entre Espanha e Inglaterra que, dentre as especificações, concedeu aos ingleses o direito exclusivo de comercializar escravizados e escravizadas por trinta anos³⁴, o chamado “Asiento de los negros”, em troca, principalmente, de carne e couro no porto de Buenos Aires (LE MOS, 1996; FUENTES, 2011; SILVA, 2020). O tratado foi encerrado em 1750, e segundo Fuentes (2011):

Numerosas foram as vantagens obtidas pela Inglaterra no tratado de Utrecht: em primeiro lugar, pôde eliminar a França do acordo, uma vez que ela possuía o monopólio escravista; conseguiu a autorização legal para suas práticas comerciais até esse momento ilegais; puderam, através do amparo de 500 toneladas concebidas pela licença, cometer todo tipo de contrabando e tráfico ilegal; e depois, conseguiram a autorização para a venda de todo tipo de tráfico pelas frotas e galeões (p. 43, tradução nossa).

Nosso objetivo não é o de contribuir com análises quantitativas que compreendem a pessoa negra como mercadoria, mas problematizar o impacto demográfico da comercialização de pessoas realizada pelos europeus entre os séculos XVI e XIX e, sobretudo, refletir sobre a entrada dessa população pelo porto de Buenos Aires.

Nesse sentido, a base de dados “Comércio Transatlântico de Escravos” é uma plataforma online alimentada por pesquisadoras e pesquisadores de todo o mundo que estudam detalhadamente as diásporas africanas e as rotas escravagistas das companhias europeias. O site possibilita buscar dados como: a quantidade de homens, mulheres e crianças sequestradas em Áfricas; os portos africanos de saída e chegada nas Américas, dentre outros.

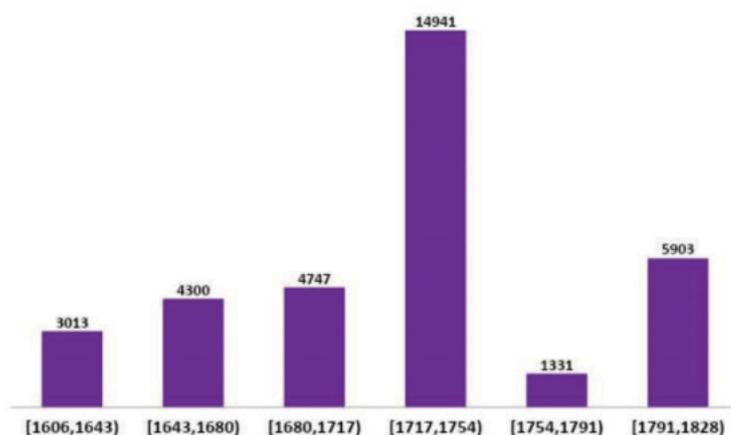
Segundo o site, há registros de aproximadamente 35.000 viagens de “navios negreiros” considerados “oficiais”, pois são raros os documentos históricos dos navios de contrabando que sequestraram entre 12 e 15 milhões de africanos e africanas; estatísticas que também

³³Segundo Fuentes (2011): “No começo do século XVII (1608) os ingleses tentaram intervir no comércio das Índias e pretendiam fazer de forma legal ou ilegal. Esperavam que a Coroa espanhola os autorizasse a levar escravos negros nos navios; a resposta do Conselho foi igual a de anos mais tarde: negativa. Outras vezes, o Conselho demorava a responder e dava o silêncio como resposta (...)” (p. 42, tradução nossa).

³⁴O tráfico de escravizados não estava restrito apenas ao porto de Buenos Aires, também incluía os portos de *Portobelo, La Habana e Caracas*.

apresentam uma margem de erro, pois muitos desses sujeitos foram contrabandeados ou morreram na travessia transatlântica inóspita e outros não foram contabilizados nos censos. Após pesquisa realizada sobre o ingresso de africanos e africanas no porto de Buenos Aires, pudemos obter o seguinte resultado:

Gráfico 1: Desembarque compulsório de africanos e africanas escravizadas no porto de Buenos Aires (1606- 1828)



Fonte: “Comércio Transatlântico de Escravos”. Base de dados. Disponível em: <https://slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em: dezembro de 2020 (SILVA, 2020).

A partir do **gráfico 1**, que está dividido em intervalos de trinta e sete anos, chamamos a atenção para o maior fluxo de africanos e africanas que desembarcaram na cidade de Buenos Aires entre 1717 e 1754, logo após a assinatura do tratado de Utrecht, em 1713. Inevitavelmente, podemos inferir que esse acordo impactou no crescimento demográfico local, com o ingresso da população negra pelo porto de Buenos Aires, ainda que parte dela tenha seguido para outras regiões da América do Sul. De acordo com Schávelzon (2003) “as cifras manejadas pela bibliografia são extremamente variáveis: desde um mínimo de 50 mil até quase 2 milhões” (p. 71).

E de onde vinham? A maioria da África Ocidental; as nações mais representadas em Buenos Aires eram a de Guiné e do Congo, que fundaram seus reinos em 1785 e 1791; provinham alguns de Maurîtânia, ou das ilhas Canárias, Senegal e Cabo Verde, ainda que estivessem proibidos por serem muçulmanos; de Guiné era a maioria, compreendendo os territórios que vão desde Senegal ao rio Geba e incluía os mandingas e os gelofes entre outros; a Costa do Ouro e os rios de Serra Leoa, onde chegavam os minas; a grande fábrica de Santo Tomé, que vendia pessoas bantu, congos e Daomé, toda Angola e o sul do rio Congo, de onde vinham os benguelas, além disso chegavam pessoas inclusive da Ásia Ocidental e Oceania, o arquipélago Malaio e as Filipinas, onde provinham os cafres, moçambiques e os que eram aqui denominados como “chinos” (SCHÁVELZON, 2003, p. 71, tradução nossa).

Mais adiante aprofundaremos nossa análise na discussão sobre o processo de re-territorialização desses povos em Buenos Aires e seu papel fundamental na formação da cidade.

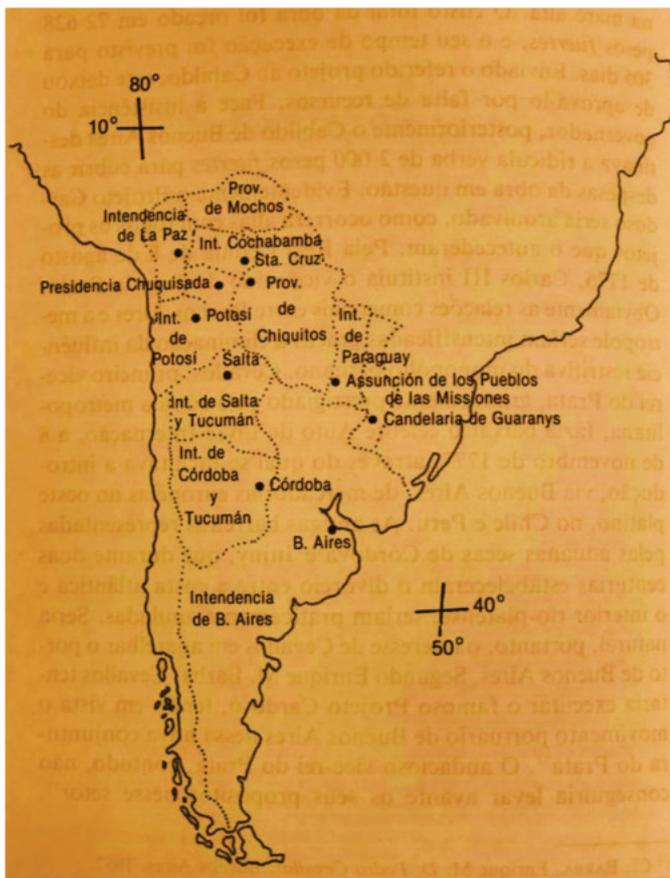
2.4. Buenos Aires: a rainha do Prata

Em 1776, devido aos conflitos internos na metrópole, às pressões dos criollos que pleiteavam maior liberdade comercial na colônia e o crescente descontrole do contrabando da região, o então rei da Espanha, Carlos III, instituiu a criação do Vice-reinado do Rio da Prata (**Imagem 8**), território que atualmente abrange os países Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, sendo Cevallos o primeiro vice-rei. É necessário destacar que esse grupo social de descendentes de espanhóis nascidos nas Américas, exerciam importante papel nas decisões políticas, econômicas e sociais nas colônias.

A Espanha passava, neste período, por um processo de reorganização administrativa, militar e econômica das colônias americanas, com o objetivo de acumular mais capital evitando, com isso, a marginalização do país ibérico no sistema europeu em ascensão.

A Superintendência de 1782/83 dividiu o Vice-reino do Rio da Prata em diversas unidades políticas sobre as que esperava exercer uma maior supervisão real, graças a funcionários com novos poderes cuidadosamente definidos (GOLDMAN, 2000, p. 26).

Imagem 8: As províncias do Prata depois do vice-reinado



Fonte: GARCIA, 1990, p. 66.

Nesse contexto, Buenos Aires foi eleita capital do Vice-reinado³⁵ como estratégia da metrópole de proteção territorial, o que corroborou para o seu desenvolvimento urbano e comercial, e a transformou em um importante centro econômico e administrativo colonial, ao ponto de ser considerada “a Rainha do Prata” (LEMONS, 1996; GARCIA, 1990) em referência a sua localização na Baía do rio Rio da Prata (**Imagem 9**). Contudo, ainda que tenha ocorrido a abertura do porto, as atividades contrabandistas continuaram acontecendo.

A Ordenança dividiu o Vice-reinado em oito intendenções. Na província do Rio da Prata se criou a Intendência de Buenos Aires, chamada Intendência Geral do Exército e da Província. As demais intelectuais têm a hierarquia de intendenções provinciais (GOLDMAN, 2000, p. 27).

³⁵Segundo Goldman (2000): “Com a criação do Vice-reinado em 1776, a cidade de Buenos Aires se tornou capital de um vasto território que abarcava as províncias de Buenos Aires, Paraguai, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de la Sierra, Charcas e os territórios da jurisdição das cidades de Mendoza e San Juan del Pico, estas últimas dependentes da Capitania Geral do Chile até então” (p. 26, tradução nossa).

Imagem 9: “Plano da Cidade de Buenos Aires, ano 1750”



Fonte: Barriada. Disponível em: <https://www.barriada.com.ar/cronologia-en-mapas/> . Acesso em dezembro de 2022.

A abertura do porto foi fundamental para o estabelecimento das trocas comerciais e constituiu-se enquanto elemento revitalizador da economia regional, responsável pelo processo de (re)produção de um espaço urbano particularizado, vinculado às atividades portuárias, com modo de vida próprio dentro da colonização espanhola: “Buenos Aires chegou a ter uma certa importância econômica e também a ser um centro de negócios” (LEMOS, 1996, p. 252), ao assegurar o predomínio dos mercados do interior, incluindo o Alto Peru, impulsionado pela elite local, por representantes da Igreja e agentes externos, principalmente portugueses, ingleses e franceses.

O comércio foi a mola revitalizadora e a força que faria sair do estancamento os pequenos núcleos denominados cidades. As que mais se beneficiaram desta circunstância foram aquelas localizadas junto a um porto: exemplo típico, Buenos Aires. Embora fosse o comércio, a abertura dos portos trouxe como consequência o elemento revitalizador da economia e, portanto, quem daria ênfase ao espaço urbano, não foi muito aceito pelas classes que comandavam o progresso. A verdade é que foram os “criollos” que formaram uma nova burguesia; a partir desse momento tornou-se claro quem imprimirá traços diferenciados e um choque naquela sociedade tradicional” (LEMOS, 1996, p. 258).

A ascensão de Buenos Aires a capital exigiu um novo estilo de vida, que começou a

atender, exclusivamente, as demandas urbanísticas espanholas: “desde a primeira metade do século a cidade já possui 60 fornos de telhas e tijolos e o primeiro de cal e juntamente veio uma ordenação oficial obrigando a construção com tetos de telhas” (LEMOS, 1996, p. 255). Igualmente, a agricultura do interior da província deu lugar às reformas exigidas pelo mercado externo e se instalou na cidade respondendo às necessidades da nova indústria europeia, principalmente com a intuição do comércio livre.

Houve um adensamento demográfico na cidade devido às atividades econômicas estabelecidas e o conseqüente aumento do número de africanos e africanas que viviam na condição de escravizados, chamados de “escravos urbanos”. Ainda que em condição desumana, possuíam certa liberdade no tocante a circulação no espaço urbano dada as devidas proporções e restrições, o que não observamos, por exemplo, nas pessoas escravizadas que trabalhavam nas *Plantation*³⁶, como no caso brasileiro³⁷. Além disso, tinham permissão para prestar serviços remunerados às famílias portenhas abastadas o que, em alguns casos, lhes permitia juntar dinheiro para comprar sua liberdade.

Conforme Andrews (1989), as mulheres eram as que compravam sua liberdade com maior frequência, pois muitas delas (escravizadas e livres) ganhavam dinheiro lavando roupa e constituíam a paisagem urbana portenha, juntamente com os homens negros que trabalhavam na rua. As pessoas que não possuíam a condição de libertas eram obrigadas a pagar maior parte do que recebiam para “seu” proprietário³⁸.

A legislação real e municipal limitava as somas que os escravos deviam entregar aos seus amos; o restante desse montante eles guardavam ou gastavam como queriam. A lei espanhola também estipulava que os escravos tinham direito a reter todo dinheiro que ganhavam em seu tempo livre, que incluía os domingos, as festas religiosas, e as horas que tinham depois de haver satisfeito as demandas laborais de seus amos. Muitos escravos usavam esse tempo livre para fazer e vender artigos na rua (ANDREWS, 1989, p. 42, tradução nossa).

Autores como Andrews (1989), Schávelzon (2003) e Geler (2010) apontam que na primeira metade do século XIX, um valor estimado de 30% a 35% da população da cidade de Buenos Aires era composta por pessoas de origem africana e afrodescendentes (**Tabela 1**), o que representa uma parte significativa dos habitantes daquela época, isso porque “o comércio e a população cresceram cerca de 50 por cento entre 1778 e 1810” (ANDREWS, 1989, p. 19, tradução nossa). É importante destacar que, à medida que as populações branca e africana

³⁶ *Plantation* era um modelo mercantilista de produção agrícola utilizado nas Américas no período colonial, baseado na monocultura cultivada em latifúndios.

³⁷ É importante destacar que no caso brasileiro a estruturação do sistema escravocrata era diferente e mais complexa em relação ao mercado escravagista argentino, ainda que também houvesse escravizados urbanos, porém, se fez necessário explicitar os tipos de “vínculo” que havia entre proprietário e escravizado nos dois países.

³⁸ Segundo Andrews (1989): “no período colonial, os escravos compravam sua liberdade com dinheiro, em moeda ou serviços, ou recebiam a liberdade como dote direto de seu proprietário” (p. 53, tradução nossa).

registravam uma crescente demográfica, a indígena diminuía potencialmente, como é possível verificar na **Tabela 1**.

Tabela 1: Resultado de oito Censos da Cidade de Buenos Aires (1778 - 1887)

Ano	Branços	Índios ou Mestiços	Afroargentinos	Não especificados	Total	Porcentagem de Afroargentinos
1778	16.023	1.104	7.235	-	24.363	29,7
1806	15.078	347	6.650	3.329	25.404	30,1
1810	22.793	150	9.615	-	32.558	29,5
1822	40.616	1.115	13.685	-	55.416	24,7
1827	34.067	152	8.321	-	42.540	19,5
1836	42.445	-	14.906	6.684	63.035	26
1838	42.312	-	14.928	5.717	62.957	26,1
1887	425.370	-	8.005	-	433.375	1,8

*Denominação original

Fonte: Adaptado de Andrews (1989, p. 81).

A população africana, na condição de escravizada, prestava serviços diversos à burguesia portenha como os de lavadeira, quituteira, transporte de cargas, barbearia, comerciante de alimentos e outros produtos, além de haver casos nos quais os escravizados tomavam conta de pequenos comércios. Schávelzon (2003) assinala que grande parte dela era formada por artesãos, construtores, esculpido de imagens religiosas e de altares, compositores de música, dentre outros. Sobre o cotidiano das lavadeiras, o autor relata: “quando as lavadeiras no rio se juntavam em rodas e dançavam ao som de suas próprias vozes, resistiam e se enfrentavam da única forma que podiam fazer: construía sua nova identidade na América ainda que em plena escravização” (SCHÁVELZON, 2003, p. 79, tradução nossa). O autor também destaca que:

Basicamente havia dois tipos de espaços reservados à escala urbana: a zona da costa do rio onde trabalham as lavanderias e os bairros onde residia a maior parte da população negra, chamados bairros do Tambor (SCHÁVELZON, 2003, p. 87, tradução nossa).

Também é possível observar como a dança e a música estavam presentes na vida dessa população, embora fosse reprimida pela elite branca. Conforme Schávelzon (2003), o Vice-rei Vertiz tentou proibir as festas e comemorações no ano de 1770, mas não conseguiu. Desse modo, o racismo na sociedade colonial apresentava-se de diferentes formas, por meio dos incômodos por parte da elite branca em relação à cultura afro e as recorrentes represálias aos bailes que simbolizavam o profano.

2.5. Buenos Aires e a independência argentina

O que por agora interessa conhecer é que os progressos de civilização se acumulam só em Buenos Aires
(SARMIENTO, 2007, p. 23, tradução nossa).

A Argentina vivenciou um extenso processo de independência que perdurou de 1810 a 1826, permeado de guerras com a metrópole espanhola e, posteriormente, civis. Nesse tópico, realizaremos uma breve e sucinta contextualização desse período da história argentina para alcançarmos nosso objetivo principal que é o de introduzir a temática da existência e presença da população afro nesse contexto.

No dia 25 de maio de 1810, os “revolucionários”, representados pela elite do município de Buenos Aires, iniciaram a revolução, derrubando o governo do vice-rei e, seis anos depois, criaram o Congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata, declarando a independência da região (ANDREWS, 1989).

O estopim para revolução foram as invasões inglesas nos anos de 1806 e 1807, motivadas pelo interesse militar e comercial, que revelou a fragilidade da ordem colonial metropolitana e obrigou a população rioplatense a organizar grupos militares voluntários para defender-se dos ataques: “A Grã-Bretanha buscou assegurar uma base militar para a expansão de seu comércio e golpear a Espanha em um ponto considerado débil de suas possessões ultramarinas” (GOLDMAN, 2000, p. 32, tradução nossa).

Nesse momento, a Espanha estava envolvida em conflitos geopolíticos europeus e havia sido invadida por Napoleão, no ano de 1808, cenário que favoreceu os movimentos de independência das colônias americanas, inclusive, da Argentina. Buenos Aires teve papel central no processo de independência:

O declínio das minas de prata, a interrupção do comércio com o Alto Peru controlado pela Espanha devido à revolução, a remoção dos controles coloniais sobre as importações e uma crescente disposição por parte dos comerciantes europeus para aceitar couros e carnes salgadas em troca de manufaturados, resultou na comercialização, por parte de Buenos Aires, de seus próprios bens de exportação no lugar da prata potosina (ANDREWS, 1989, p. 20, tradução nossa).

O comércio direto de Buenos Aires com as potências europeias gerou insatisfação entre as demais províncias que não participavam dessa relação econômica com o mercado externo, ocasionando uma rivalidade entre a Província rioplatense e o restante do território, marco

central da História argentina de efetiva divisão política que Garcia (1990) irá denominar “as duas Argentinas”³⁹.

Por outro lado, havia a presença de um grupo que defendia um forte governo central e o livre comércio, os *unitários*, representados pela burguesia portenha que promovia “hegemonia de Buenos Aires sobre o resto do país” (ANDREWS, 1989, p. 20, tradução nossa); e por outro, os *federalistas*, apoiados pelos *caudillos*⁴⁰ que defendia a autonomia das províncias e um governo nacional para lidar com as relações exteriores (ANDREWS, 1989), portanto, eram oposição à soberania portenha.

A luta entre Buenos Aires e o interior se iniciou durante os primeiros anos da independência. Em 1816, delegados de várias províncias se reuniram em Tucumán para declarar a independência argentina. Pouco depois, o Congresso e o Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata se trasladaram para Buenos Aires. Sob o controle unitário, o Congresso promulgou a Constituição centralista de 1819, que foi oferecida a aprovação das Províncias Unidas. Os federais rejeitaram o documento e invadiram Buenos Aires no ano seguinte. Facilmente derrotaram os desmoralizados portenhos, iniciando um ano de aguda instabilidade política na capital (ANDREWS, 1989, p. 21, tradução nossa).

Houve um período de disputa e conflitos incessantes entre os dois grupos. Somente no ano de 1826 foi instaurada a ordem no nascente país, quando o Congresso propôs outra constituição centralizadora e elegeu o unitário Bernardino Rivadavia como representante da República Argentina. Nesse contexto, os federalistas ameaçaram uma nova invasão a Buenos Aires e o então presidente renunciou ao cargo (ANDREWS, 1989). Naquele ínterim, o comércio internacional entre o porto rioplatense e a Europa seguiu intenso e fortaleceu não só a economia da região, mas também a soberania política de Buenos Aires.

Dentro do unitarismo portenho, o centralismo se constituiu na modalidade dominante durante a primeira década revolucionária, acentuada por sua vez pelas exigências da guerra que atribuíram a Buenos Aires um lugar preeminente derivado da sua antiga posição de capital do vice-reinado (...) (GOLDMAN, 2000, p. 43, tradução nossa).

Posteriormente, já no ano de 1829, Juan Manuel de Rosas foi eleito à presidência da República Argentina, enquanto federalista, porém, seu governo apresentava características defendidas pelos unitários, principalmente no tocante à taxaço de impostos aduaneiros,

³⁹Garcia (1990) explica que a ideia das “Duas Argentinas” está relacionada ao isolamento de Buenos Aires nos anos iniciais do período colonial em relação às outras províncias e, posteriormente, com a divisão política interna do país no processo de independência. Segundo o autor, “as duas Argentinas coloniais persistem depois da emancipação política. A liderança de Buenos Aires se manifesta em todos os setores, a saber: econômico, político, social, cultural, etc. As discrepâncias entre ambas estão muito longe de ser superadas” (p. 77).

⁴⁰Conforme Andrews (1989): “o federalismo como movimento era apoiado pelos caudillos, fortes homens de armas, personalistas, que governavam as províncias do interior na segunda metade do século (p. 21).

dinheiro que ficava retido na Província de Buenos Aires, contrariando os ideais federalistas que propunham a divisão do dinheiro ingresso (ANDREWS, 1989).

Rosas era um grande defensor do nacionalismo argentino e, ainda que haja controvérsias, ficou conhecido como o “Pai da Pátria”, pois Caudillo apresentava uma boa relação com os povos indígenas, africanos e afroargentinos, como pode ser observado na pintura em óleo de Martín Boneo “Candombe Federal en época de Rosas”, exposta no Museu Histórico Nacional na cidade de Buenos Aires (**Imagem 10**). Contudo, sua figura era rechaçada pelos unitários que defendiam a ideia de uma nação “civilizada” e sua queda em 1853 “influiu grandemente no espaço social que os afroargentinos ocupariam na cidade” (p. 18), isso porque, durante 20 anos, a população negada e indesejada (negra e indígena) foi importante aliada dos federais (graças a Rosas) e perdeu essa posição quando os unitários retomaram o governo nas décadas seguintes (DOMINGUÉZ, 2004).

Imagem 10: “Candombe Federal en época de Rosas” de Martín Boneo



Fonte: Ministério de Cultura Argentina. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/candombeando-en-el-museo_5380/. Acesso em janeiro de 2023.

A pintura em óleo de Boneo revela como se dava o processo de apropriação do espaço urbano pela população africana e afroargentina e nos possibilita refletir sobre a ideia de extensão das relações sociais de negros e negras, para além do privado, a vivência coletiva e a

sociabilidade. Nesse quadro é possível observar que o festejo está acontecendo em um lugar aberto que pode ser um terreiro ou a própria rua, e representa o momento do encontro.

Segundo as versões do quadro, o governador Rosas e o rei da nação Congo Auganga estão sentados; nas outras, Manuelita menina e sua mãe estão sentadas ou em pé segundo o caso, e sua comitiva está atrás, de pé e composta por brancos. Os bailarinos levam tambores e estandartes de ponta de osso com franjas (SCHÁVELZON, 2003, p. 92, tradução nossa).

Ainda sobre o contexto de guerras, é importante destacar que houve a participação ativa da população negra – tanto nas de independência quanto nas civis – sem, todavia, essas pessoas serem incluídas e/ou reconhecidas enquanto cidadãs na nascente nação. Assim como no Brasil, os escravizados foram convocados para compor os exércitos revolucionários na promessa de ganharem sua liberdade o que, nesse sentido, lhes suscitou o sentimento de pertencimento e de identidade nacional⁴¹:

A “argentinidade” parecia mostrar-se sempre em tom de elegia quando se rememoravam as batalhas de um passado que já era remoto. Essa argentinidade era particular, sofrida, vivida orgulhosamente apesar do desprezo e do esquecimento que o resto da sociedade parecia fazer cair sobre a participação dos africanos e afrodescendentes na construção territorial da república, que proporcionava as raízes da “família” nacional e a História que se começava a escrever (GELER, 2010, p. 59, tradução nossa).

Muitos desses soldados e soldadas negras morreram acreditando que estavam defendendo sua pátria, no entanto, os sobreviventes do pós-guerras, sofreram com o processo de marginalização e exclusão na sociedade argentina, como é o caso da combatente afroargentina *María Remedios del Valle*, que entrou para os livros de história apenas no ano de 1930, o que presume a discriminação racial e de gênero⁴² (**Imagem 11**).

⁴¹ “Sucedia, que nesses tempos em que se construía a *Pátria*, isto é a América, na terra onde se havia nascido, e a que havia que defender e cuidar, se constituía também uma nova “raça” de homens e de mulheres patriotas” (GUZMÁN, 2016, p. 6, tradução nossa).

⁴² Guzmán (2016) assinala que “a presença feminina nos acampamentos militares da época foi uma constante e se deu em todas as situações possíveis” (p. 5, tradução nossa).

Imagem 11: Estátua de María Remedios del Valle



Fonte: ARGENTINA. Ministerio da Cultura. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/un-monumento-para-maria-remedios-del-valle>⁴³

⁴³ No dia 1 de setembro de 2023, a estátua foi queimada. Segundo o governo da cidade de Buenos Aires foi um ato de vandalismo. Mas a pesquisadora se posiciona de maneira crítica ao apontar como uma ação racista.

Segundo estudos de Guzmán (2016), Remedios lutou defendendo Buenos Aires contra as invasões inglesas, e em 6 de julho de 1810, incorporou-se ao Exército do Norte como auxiliar e combatente a convite do general Manuel Belgrano – que posteriormente a nomeou Capitã – e foi a única sobrevivente das campanhas militares independentistas, por isso é também conhecida como a “Mãe da Pátria”. Não se sabe ao certo em qual batalha a soldada perdeu seu esposo e seus dois filhos, mas del Valle deu sua vida à pátria.

María Remedios del Valle, mulher negra, esposa e mãe de vários filhos que deram sua vida pela Pátria, foi uma das tantas mulheres que participaram em um momento paradigmático de mutação e transição política, traduzido na metamorfose da passagem do velho Regime para o novo regime republicano (GUZMÁN, 2016, p. 5, tradução nossa).

Foi solicitada à “Capitã”, como também é mencionada nos movimentos afroargentinos, uma “pensão” no período pós-guerra como retratação aos serviços prestados para o país. O general Fernández de la Cruz assinou um decreto no dia 24 de março de 1827, que foi entregue à Câmara de Representantes da Província de Buenos Aires no ano de 1828 para o reconhecimento da combatente que vivia em condições precárias e que, segundo relatos históricos, vendia alimentos na Praça de Maio para sobreviver, quando foi identificada pelo general Juan José Viamonte (GUZMÁN, 2016).

No dia 21 de novembro de 1829, em votação realizada pelos deputados, lhe foi outorgado o cargo de “Sargento-mor da Cavalaria” a pedido de Rosas e, em abril de 1835, a nomeou “María Remedios del Valle Rosas”, como forma de reconhecimento político-militar e, assim, apareceu seu nome na lista de pensões governamentais até sua morte, em 8 de novembro de 1847. Guzmán (2016) enfatiza que muito do que sabemos sobre a vida de Remedios foi transmitida através de relatos de lideranças dos movimentos afroargentinos o que nos revela o apagamento histórico dessa grande heroína nacional (GUZMÁN, 2016).

Atualmente foi sancionada a Lei 26.852/2013, que oficializa o dia oito de novembro como o “Dia Nacional dos/as afroargentinos/as e da Cultura Afro” (GUZMÁN, 2016). Conhecida como o 8N, a lei é uma referência a data de morte de Remedios, e institucionaliza o ensino da cultura afroargentina no currículo das unidades educacionais e a valorização da cultura Afro no país. Em 8 de novembro de 2022, foi inaugurado o monumento “Escultura María Remedios del Valle” em sua homenagem, na praça Alfonso Castela, no bairro de Monserrat, Buenos Aires.

Retomando o marco da revolução de 1810, os revolucionários influenciados pelo pensamento iluminista, principalmente pela ideia de liberdade, identificaram a contradição que havia entre a instauração de um novo regime político e, concomitantemente, um sistema

escravocrata colonial ainda socialmente legitimado. Cabe ressaltar, entretanto, que a preocupação central da elite local não era a de humanizar e integrar a população escravizada na sociedade argentina, mas sim, a de responder aos interesses econômicos do novo governo e, em particular, ao livre comércio. Também prevalecia uma concepção carregada da falsa moral cristã e libertária, da não discriminação e diferenciação das raças, afinal, presumia-se um Estado de direito a todos e todas.

Logo após a tomada do Cabildo de Buenos Aires, os revolucionários avaliaram que seria impossível instituir a abolição imediata utilizando como justificativas: o direito à propriedade (neste caso o escravizado enquanto um bem) e a “suposta” incapacidade dos negros e negras de serem incorporados na sociedade. De tal forma, foi estabelecido que a libertação de escravizados e escravizadas seria concedida gradualmente (ANDREWS, 1989).

Desse modo, algumas estratégias foram realizadas, de maneira a garantir essa transição. Na esfera militar, houve o chamamento de homens negros em condição de escravizados para compor o exército que naquele momento enfrentava escassez de soldados aptos para combaterem nas guerras. Foram tomadas também, medidas no âmbito legislativo, com a criação da Lei do Ventre Livre, em 1813, que “dispunha que todos os filhos nascidos de mães escravas na Argentina depois de 31 de janeiro de 1813, eram livres, ainda que sua liberdade estivesse limitada a uma série de condições” (ANDREWS, 1989, p. 59, tradução nossa). Essas crianças, também conhecidas como *libertos*, tinham que viver na casa do proprietário da mãe até se casarem ou chegarem à maioridade (16 para as mulheres e 20 para os homens), somente assim, tornavam-se livres, período conhecido como tempo dos libertos (CANDIOTI, 2021)⁴⁴.

Candiotti (2021) destaca que a abolição da escravatura na Argentina foi um processo lento e gradual. Em 1813, foi decretada a abolição total do comércio de humanos no país, e em Buenos Aires, essa legislação foi instituída somente no ano de 1854, na Constituição provincial. Esses foram os passos iniciais desenhados pelo grupo que comandava a revolução para promover o fim da escravização. Entretanto, diferente do restante do país que decretou a abolição da escravatura na Constituição de 1853⁴⁵, Buenos Aires a declarou oito anos mais tarde, em 1861, quando se uniu à Confederação Argentina.

⁴⁴ Segundo Candiotti (2021) “chamamos de ‘tempo dos libertos’ os anos que foram de 1813 – quando foi decretada a lei de ventre livre – a 1853 e 1860, quando a Constituição proibiu a existência de escravos no país. Nesses anos nasceram meninos e meninas que, longe da crença geral, não foram imediatamente livres, senão libertos, vale dizer, deixados sob o patronato dos amos de suas mães (p. 17, tradução nossa).”

⁴⁵ “A Constituição Nacional de 1853 reafirmou o tema, mas somente em 1860 se pode completá-la com a reforma que agregou a liberdade dos escravos de estrangeiros introduzidos com seus amos, ainda que tenha deixado para uma reforma posterior o tema aberto da ‘servidão’, o que produziu por muito tempo o encobrimento de situações de verdadeira escravidão. Inclusive o código civil em sua versão de 1869 aceitava a servidão e a existência no país

(...) a abolição da escravidão não foi um dom nem uma concessão outorgada por governantes bons contra os negreiros e proprietários maus; foi o resultado de uma longa luta de muitos interesses e ideias em jogo, aqui e no exterior do país; e sua aplicação foi complexa e deferida por muitos anos. Devemos levar em consideração que houve diferentes formas de acessar a liberdade e, ainda que seja extenso esse tema, existiu antes da Independência, escravos libertos que conseguiram essa condição pela autocompra, pela decisão de seus donos em testamentos – como agradecimento ao serviço de muitos anos –, por serviços militares e até por “sorteio”, como aconteceu depois das Invasões Inglesas de 1806-07, para agradecer com um gesto – havia que liberar uns poucos, não a todos – o valor das tropas afros; e também estavam os outros meios: os que fugiam ao monte, aos quilombos, ou as aldeias dos índios da fronteira (SCHÁVELZON, 2003, p.168-169, tradução nossa).

O período pós-independentista e abolicionista foi marcado também pelo processo de branqueamento da sociedade argentina, principalmente da população portenha, ação política que foi facilitada pelo novo fluxo migratório advindo da Europa, que reconfigurou a composição étnico-racial da cidade de Buenos Aires, como pode ser observado na **Tabela 1**. De tal maneira, promoveu a marginalização de negros e negras na reestruturação da cidade e na construção de uma nação “civilizada⁴⁶”, como se supunha a elite criolla influenciada pelas teorias raciais europeias do século XIX, como o darwinismo social, o que legitimou a hierarquização das raças e justificou a escravização das sociedades consideradas inferiores (física e intelectualmente)⁴⁷, o chamado racismo científico. Nesse contexto,

Mitre assume a presidência em 1862 e, com o objetivo de povoar o território, de ter “trabalhadores” e de melhorar a mistura local de raças introduzindo “genes” brancos, promove a imigração de europeus, iniciando um processo de mudança social que marcou a história da moderna Argentina. Seu sucessor, Sarmiento, não era mais otimista a respeito da população local e, embora acreditasse na educação como um meio de melhorar as condições de vida do povo, continuou apoiando a imigração a fim de desenvolver os atributos genéticos dos futuros argentinos (DOMINGUÉZ, 2004, p. 17-18).

de escravos que viajavam com estrangeiros, os que eram considerados como ‘móveis que o proprietário levava’” (SCHÁVELZON, 2003, p. 171, tradução nossa).

⁴⁶ “O território argentino, na visão dos pensadores com influência política nesse período, era escassamente povoado por “raças subordinadas” que condenavam o país a uma posição secundária no mundo, o que somente podia ser evitado com a imigração de europeus” (DOMINGUÉZ, 2004, p. 18).

⁴⁷Sobre isso, Dominguéz (2004) assinala que: “as classificações racialistas não se limitaram ao estabelecimento de taxonomias, mas hierarquizaram os grupos classificados, afirmando sempre a supremacia intelectual e moral do branco europeu” (p. 29).

Tabela 1: Resultado de oito Censos da Cidade de Buenos Aires (1778 - 1887)

Ano	Branco	Índios ou Mestiços	Afroargentinos	Não especificados	Total	Porcentagem de Afroargentinos
1778	16.023	1.104	7.235	-	24.363	29,7
1806	15.078	347	6.650	3.329	25.404	30,1
1810	22.793	150	9.615	-	32.558	29,5
1822	40.616	1.115	13.685	-	55.416	24,7
1827	34.067	152	8.321	-	42.540	19,5
1836	42.445	-	14.906	6.684	63.035	26
1838	42.312	-	14.928	5.717	62.957	26,1
1887	425.370	-	8.005	-	433.375	1,8

*Denominação original

Fonte: Adaptado de Andrews (1989, p. 81).

Como assinalado, a chegada de novos migrantes também proporcionou um aumento demográfico e a mudança estrutural da cidade. Isso gerou a conseqüente expansão do tecido urbano, como pode ser observado no “Plano de Buenos Aires de Guia Nacional” de 1895 de Pablo Bosch.

Imagem 12: “Plano de Buenos Aires de Guia Nacional - 1895”



Fonte: Archivo General de la Nación, colección Mapoteca.

É importante nos atentarmos ao fato de que, ao final do século XIX, o país como um todo possuía uma população afroargentina, isto é, nascidos em território nacional. Portanto, é inegável a participação dessa população na formação social e espacial do país e, em particular, na cidade de Buenos Aires:

Nossa linguagem - hoje, no século XIX - está impregnada de termos africanos: a mulher é uma mina (grupo étnico africano), a música popular urbana é o tango (de tangó: dançar, em Congo), os sapatos ainda para alguns são os tamancos, nosso serviço doméstico é a mucama (por outro grupo étnico africano), comemos purê de abóbora (já a Masilla diziam que era comida de escravos), o estômago da vaca é o mondongo (grupo étnico africano Kumbundu, dava de comer aos escravos), comemos melancia (trazida da África para os escravos no século XVII) (...) (SCHÁVELZON, 2003, p. 17, tradução nossa).

Como pôde ser observado, a população africana e seus descendentes constituem parte significativa da história argentina e portenha, e tiveram papel fundamental no enraizamento e na formação do país do ponto de vista cultural, político, militar e, inclusive, econômico. Todavia, a nova onda migratória do século XIX favoreceu as culturas e identidades étnicas europeias, realizando “o sonho da população racialmente branca” (DOMINGUÉZ, 2004, p. 22), e foi responsável por deslocar a população local, incluindo a afroportenha, da cidade e de seus postos de trabalho (ANDREWS, 1989).

A exclusão e invisibilização da população afroargentina como resultado da construção da narrativa dominante e do apagamento histórico, corroboraram para a criação da crença comum de que “não existem negros na Argentina” ou ainda, com a ideia de que se existiram, morreram nas guerras ou na epidemia de febre amarela no ano de 1871, após as elevadas taxas de mortalidade dessa população.

Frigerio (2008) denomina “mito do desaparecimento” a presumida condição de inexistência da população negra na sociedade contemporânea argentina, ideia socialmente criada ao longo do processo de construção da identidade nacional argentina que, conforme o autor, está alicerçada em quatro temas: 1) inviabilização da presença negra na formação étnico-racial do país; 2) a ideia de que essa população fez parte do passado histórico-geográfico longínquo; 3) o entendimento de que o desaparecimento da população negra ocorreu devido aos processos de mestiçagem e hibridação cultural da sociedade argentina e 4) a afirmativa de que o curto prazo de existência de negros e negras na história argentina foi irrelevante na formação cultural do país (FRIGERIO, 2008).

Ainda nessa perspectiva, Andrews (1989) destaca que existem quatro hipóteses acerca do suposto “desaparecimento” da população afroargentina, sendo elas: as guerras de independência e civis; a mestiçagem ou “mescla racial”; as baixas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade⁴⁸ (índices que foram intensificados com a epidemia de febre amarela)⁴⁹ e, por último, a abolição do tráfico negreiro em 1813 (ANDREWS, 1989).

A população afroargentina não deixou de existir no país, entretanto, sofreu um intencionado e exitoso apagamento histórico-geográfico, sobretudo nos registros institucionais, como é o caso dos censos da cidade. Isso evidencia a importância dos registros censitários enquanto um instrumento de poder utilizado pelo Estado que, nesse caso, corroborou com o processo de genocídio estatístico da população negra. Contudo, é possível afirmar, sobretudo nos dias atuais, que a Argentina também é afro.

⁴⁸ “Ocupando os escalões mais baixos da escala social e econômica, os negros e mulatos da cidade não podiam procurar moradia decente, alimento, vestimenta e assistência médica” (ANDREWS, 1989, p.11).

⁴⁹ Andrews (1989) considera um: “acontecimento catastrófico na história da cidade, ao que com frequência é culpado por ter aplicado o golpe de graça à população de cor” (p. 11).



Cómo se festejan las fiestas patrias en los barrios porteños. **Fonte:** San Telmo, 1938. Fotografía publicada en #CarasyCaretas n° 2075, 9 de julio de 1938. AR-AGN-CyC01-Caja 216-Inventario 396848.

CAPÍTULO 3 - BUENOS AIRES NEGRA, NEGRA BUENOS AIRES: OS ANTIGOS BAIROS NEGROS DA CIDADE

*Tango negro, tango negro, te fuiste sin avisar,
los gringos fueron cambiando tu manera de bailar.
Tango negro, tango negro, el amo se fue por mar,
se acabaron los candombes en el barrio 'e Monserrat.
(...)
Mandingas, Congos y Minas repiten el compás,
los toques de sus abuelos
borocotó, borocotó, chas, chas*

(Tango Negro. Juan Carlos Caceres)

Abreu (1998) ressalta que co-existem em uma cidade “em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas” (p. 86), o que também revela a disputa pela memória, sendo esse um campo de poder e, conseqüentemente, de silenciamentos. Tendo em vista que valorizamos as memórias invisibilizadas, no presente capítulo buscamos enegrecer a história e a memória da cidade de Buenos Aires, ao localizarmos os antigos bairros negros, que representam as territorialidades da população afrodescendente no espaço urbano portenho, como nos apresenta Caceres em sua canção *Tango Negro*.

Para isso, realizamos o mapeamento desses bairros formados na primeira metade do século XVIII, a partir do levantamento bibliográfico selecionado (ANDREWS, 1989; SCHAVELZÓN 2003; GELER, 2010), que nos permitiu identificar e localizar esses lugares da cidade. Assim, por meio do trabalho de georreferenciamento e da utilização do programa ArcGIS, elaboramos mapas com a localização dos antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires que nos possibilitou refletir sobre a memória da cidade (ABREU, 1998) e sobre as *memórias enterradas*.

3.1. A(s) geografia(s) dos bairros negros e os antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires

Para iniciarmos nossa discussão, é preciso refletir sobre o conceito de *bairro* que está, invariavelmente, relacionado à ideia de uma unidade geográfica de características morfológicas *física e social* e deve ser considerado como parte de um todo: a cidade. Assim, o bairro possui uma localização, uma extensão, características e delimitações próprias que podem ser

administrativas ou culturais a depender da concepção de bairro, que pode ser política/estatal de ordenamento territorial, ou fenomenológica, que centraliza a relação do sujeito com o lugar.

O bairro também pode ser compreendido e lido como uma unidade da cidade que contém uma *paisagem, conteúdo e função social* específica. Francisco Capuano Scarlato (1988), ao defini-lo, destaca sua dimensão e função social. Para o autor, o bairro é:

o resultado de um conjunto de relações sociais que passam pela consciência histórica de pertencerem a uma localidade, cujos limites podem ser definidos pelo grau de relações entre as pessoas ao viverem um mesmo cotidiano, problemas de rua ou quarteirão, cria um clima de “cumplicidade” para viver ou encontrar saída para os mesmos. O bairro pode ser encarado, portanto, como lugar onde as relações de vizinhança se encontram mais bem configuradas (p. 178).

É possível verificar que o autor compreende e considera as relações fenomenológicas do bairro, isto é, as vivências e as relações cotidianas, como elemento substancial. Barros (2004), por sua vez, analisa o bairro partindo da perspectiva escalar e relacional, definidas pelas dimensões *setorial, urbana e territorial* (BARROS, 2004, p. 65-66):

Dimensão Setorial – a escala da RUA: A menor unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria. Os elementos morfológicos identificáveis são essencialmente os edifícios, o traçado e, também, a árvore ou a estrutura verde, desenho do solo e o mobiliário urbano.

Dimensão Urbana – a escala do BAIRRO: É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade. A esta dimensão, os elementos morfológicos terão de ser identificados com as formas à escala inferior e a análise da forma necessita do movimento e de vários percursos. São os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e áreas verdes, que constituem os elementos morfológicos identificáveis. Diremos também que a forma a esta escala se constitui pela adição de formas à escala inferior.

Dimensão Territorial – a escala da CIDADE: Nesta dimensão, a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o macrossistema de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico.

Desse modo, é possível verificar a relação entre as escalas/dimensões traçadas pela autora e compreender a ideia do bairro enquanto uma totalidade, como ela bem explicita “às partes homogêneas identificáveis, [qu]e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade” (BARROS, 2004, p. 65), mas também um fragmento do todo, isso porque “o bairro não se constitui em uma unidade isolada e autônoma. Um bairro é uma unidade, porém, uma “unidade relativa”, que só pode ser pensada tendo em vista a cidade como totalidade, não sendo a base, ou seja, a estrutura da vida urbana” (MARCELINO, 2013, p. 13-14). Daí a ideia do bairro ser relacional.

Outra característica do bairro é a *paisagem*, que está diretamente associada ao visível e às formas, aos objetos e às relações sociais que os produzem. Milton Santos (2014) define o conceito de paisagem como o resultado cumulativo de tempos e técnicas, que “decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções” (p. 68).

Sendo assim, a paisagem incorpora as relações sociais, políticas, econômicas e culturais de um determinado grupo, nos distintos períodos históricos. Constitui-se como um *sistema material visível* que: “se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (SANTOS, 2012, p. 103) e, em nosso entendimento, é compreendida como uma dimensão desse recorte urbano, o bairro.

Assim, o bairro, enquanto um objeto de estudo da Geografia, possui uma paisagem socialmente construída, que envolve uma relação “psíquica e geográfica” (SCOBIE, 1977) à medida que se constitui enquanto um sistema de objetos localizado no espaço, com determinada característica visível e que gera em seus ocupantes o sentimento de pertencimento, identidade e de comunidade (ideia advinda do “comum”). Nesse sentido, Barela (2004) compreende que a construção da ideia de bairro se dá a partir da memória e, sobretudo, da relação entre território e sentimento “que permitem visualizar modalidades barriais e limites definidos” (p. 12, tradução nossa), que podem ser determinados a partir de uma perspectiva teórico-metodológica.

Sabugo (2001), em sua análise, compreende o bairro como uma forma histórica⁵⁰ que representa uma organização comunitária e um território que possui características físicas, naturais e artificiais particulares de um determinado sítio geográfico (SABUGO, 2001).

Desde o ponto de vista de sua gênese, parece possível afirmar que os bairros são produzidos por dois tipos de impulsos claramente distintos, que atuam por oposição ou combinação: impulso autônomo ou comunal orientado pela reunião e associação de seus habitantes que expressam, de acordo com cada caso, motivações étnicas, religiosas, laborais, ou todas de uma só vez; e o impulso administrativo ou municipal, devido a necessidades censitárias, impositivas ou judiciais (SABUGO, 2001, p. 3, tradução nossa).

Para o autor, o *barrio*⁵¹ na concepção urbana hispânica, “pode ser considerado um termo de validade generalizada” (SABUGO, 2001, p. 4, tradução nossa), que representa desde uma

⁵⁰ Conforme Sabugo (2001): “momento histórico de grande pertinência se registra na experiência medieval hispânica, com suas facetas cristãs e muçulmanas. As urbes islâmicas desenvolveram em alto nível as instituições municipais. Muito do nosso vocabulário urbano surge delas: **alcalde**, **arrabal**, **barrio**. As cidades de *Al Andalus* compreendiam uma *medina* – cidadela governativa com alcazar e mesquita – e os *rabad*, bairros com muralhas e portas próprias, equipados, por sua vez, com mesquitas, mercados, banheiros, oficinas e comércios” (p. 8, tradução nossa).

⁵¹ Traduzido literalmente para o português “bairro”.

zona da cidade, até um território específico e delimitado do espaço urbano, e, no caso das ex-colônias espanholas, possui relação direta com as Leis das Índias que “estabelecem pautas para a eleição do sítio, a orientação, a planta urbana, a praça maior, etc” (SABUGO, 2001, p. 9, tradução nossa). As primeiras menções aos bairros da cidade de Buenos Aires nos registros oficiais aparecem no início do século XVIII, como consequência do ordenamento territorial, de interesse administrativo, para fins judiciários, censitários e arrecadação de impostos e, também relacionados à organização paroquial (SABUGO, 2001).

Em termos da história local de Buenos Aires, é perceptível que a primeira geração do bairro colonial, ainda que requeira mais estudos orientados tanto ao desenvolvimento típico quanto a suas permanências e continuidades com o bairro moderno, parece derivar-se de um duplo impulso, relativamente equilibrado, expressado nas *Ordenanzas de Población* (SABUGO, 2001, p. 26, tradução nossa).

A concepção de bairro adotada na presente pesquisa vai ao encontro de um estudo que problematiza esse conceito já consolidado, porém pouco explorado na Geografia. Assim, após realizar algumas reflexões das perspectivas apresentadas (SCOBIE, 1977; SCARLATO, 1988; SABUGO 2001, BARROS, 2004; BARELA, 2004; MARCELINO, 2013), entendemos como bairro uma unidade geográfica da cidade que possui características físicas e sociais específicas, inclusive formas e relações que são cotidianamente estabelecidas.

Além disso, acreditamos que a raça é também um dos componentes da organização do espaço nas sociedades amefricanas e, conseqüentemente, na formação dos bairros, enquanto local de identidade, (re)existências, permanências e de características físicas (como as casas, ruas e quintais), convivências e cotidiano.

Assim, utilizamos a ideia de *bairro negro* que se constitui enquanto um componente de análise geográfica como expressão do lugar que abriga a população negra em um espaço urbano específico. Nele são visíveis a circulação de corpos negros, configurando assim uma paisagem particular, por meio das manifestações políticas e culturais dessa população, além das vivências negras e da memória coletiva⁵², constituídas através de referenciais conscientes ou inconscientes⁵³ “como processos sociais (históricos e culturais) particulares, específicos e irreprodutíveis em outras condições” (JUNIOR, 2017, s/p).

⁵² Segundo Junior (2017): “Teríamos no caso das populações vivendo em áreas de maioria negra a formação de uma memória negra, relacionada à cultura negra local e correlacionada à identidade negra. Estas memórias de negras e de negros são resultado das vivências em territórios de maioria negra” (s/p).

⁵³ “Estas referências podem ser conscientes ou inconscientes, podem resultar de fontes diversas, com origens na política, no meio ambiente, na cidade, na cultura ou nas relações sociais e econômicas. As relações com um conjunto de estados da consciência dos indivíduos que explica a relações deste com o mundo circundante pode ser pensada como as identidades destes” (JUNIOR, 2017, s/p).

Dentro dos parâmetros do conhecimento africano **as relações sobre a memória coletiva, identidade e patrimônio cultural, num determinado lugar, são tratadas como parte da ancestralidade**. Elas constituem os repertórios de pessoas e feitos passados de dada localidade, num período ou ciclo histórico, que influenciam no presente e no futuro. Trata-se do legado: o passado como referência para as gerações futuras. A ancestralidade é parte da identidade cultural do grupo social. A ancestralidade é a energia estabelecida no passado e restabelecida no presente e no futuro, entretanto sempre sofrendo modificações (JUNIOR, 2017, s/p).

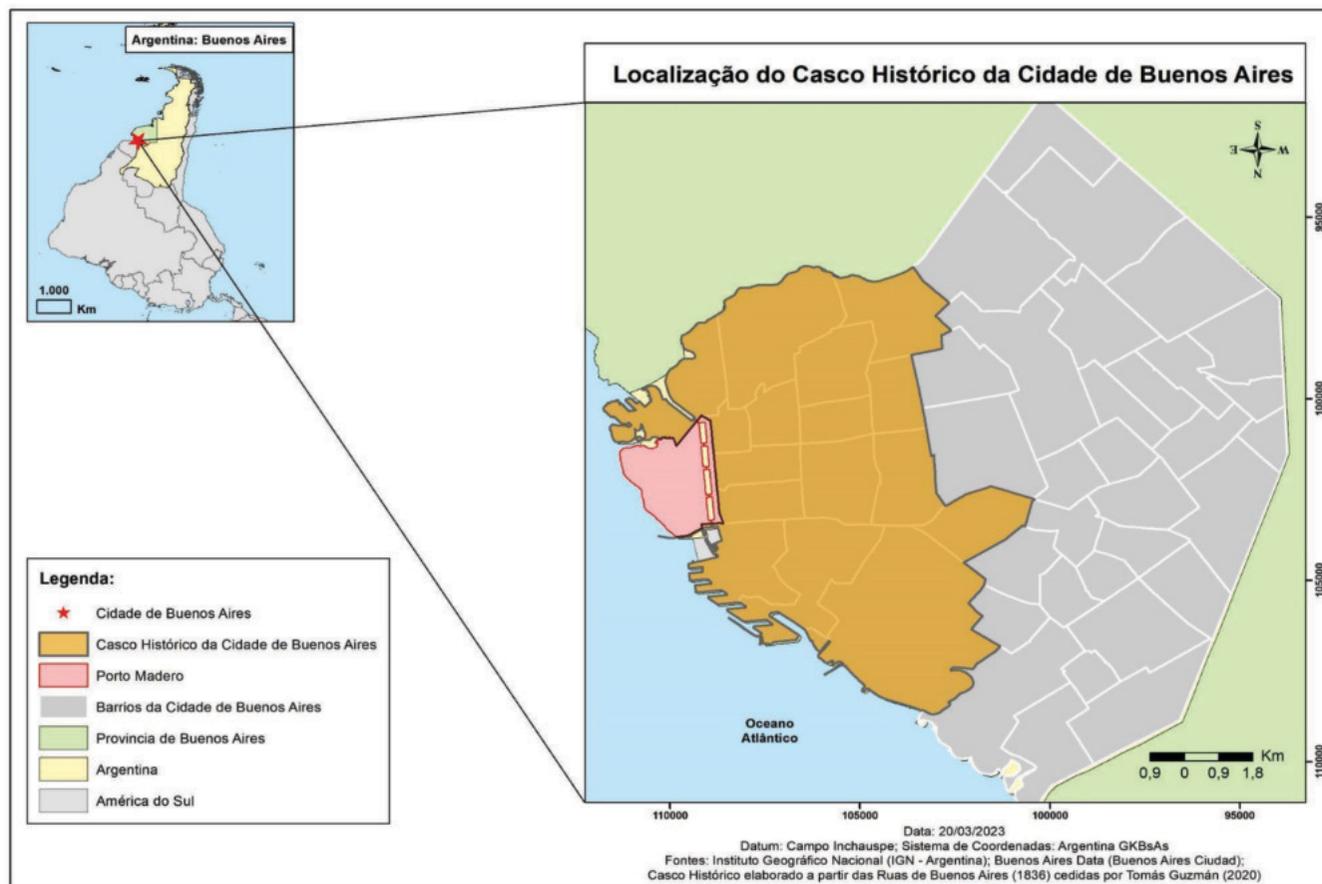
Isso posto, é possível refletir sobre a ideia de bairro negro enquanto o lugar da memória coletiva afro-diaspórica e, sobretudo, como o lugar da re-territorialização dos povos africanos, de suas culturas, vivências, de sua ancestralidade, como nos elucidou o autor. Ainda sobre a memória, é importante destacar que ela é ideológica e que, portanto, ocupa um espaço de disputa de poder, pois não se constitui apenas como imaterial, é também a materialização da cultura de um povo.

No caso portenho, é possível averiguar que os antigos bairros negros (**Mapa 2**), também conhecidos como *bairros do tambor*, em referência aos rituais e danças praticados por africanos, africanas e afrodescendentes, estavam localizados nas áreas próximas ao Porto Madero, região que hoje é denominada Casco Histórico da cidade de Buenos Aires, como é possível identificar no **Mapa 1** “Localização do Casco Histórico da Cidade de Buenos Aires”.

Essa área está associada à formação inicial da cidade de Buenos Aires, ainda no período colonial, e aos limites urbanos que datam até a primeira metade do século XIX e, conforme assinalado por Schávelzon (2003), as casas possuíam algumas características relacionadas ao modo de vida dos povos afro-diaspóricos, à exemplo dos quintais e terreiros, onde aconteciam os rituais religiosos e os festejos da comunidade:

Para nós um dado valioso é o único testemunho gráfico contemporâneo que aponta para o sítio físico de onde se realizava o *candombe*, que ocorre em um lugar aberto de tipo urbano ou suburbano onde há um terreno grande no qual se dança – e o cruzamento de duas ruas? – e logo, uma fileira de fachadas de casas que terminam ao fundo com uma igreja de uma só torre (SCHÁVELZON, 2003, p. 92, tradução nossa).

Mapa 1: Localização do Casco Histórico da Cidade de Buenos Aires⁵⁴



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

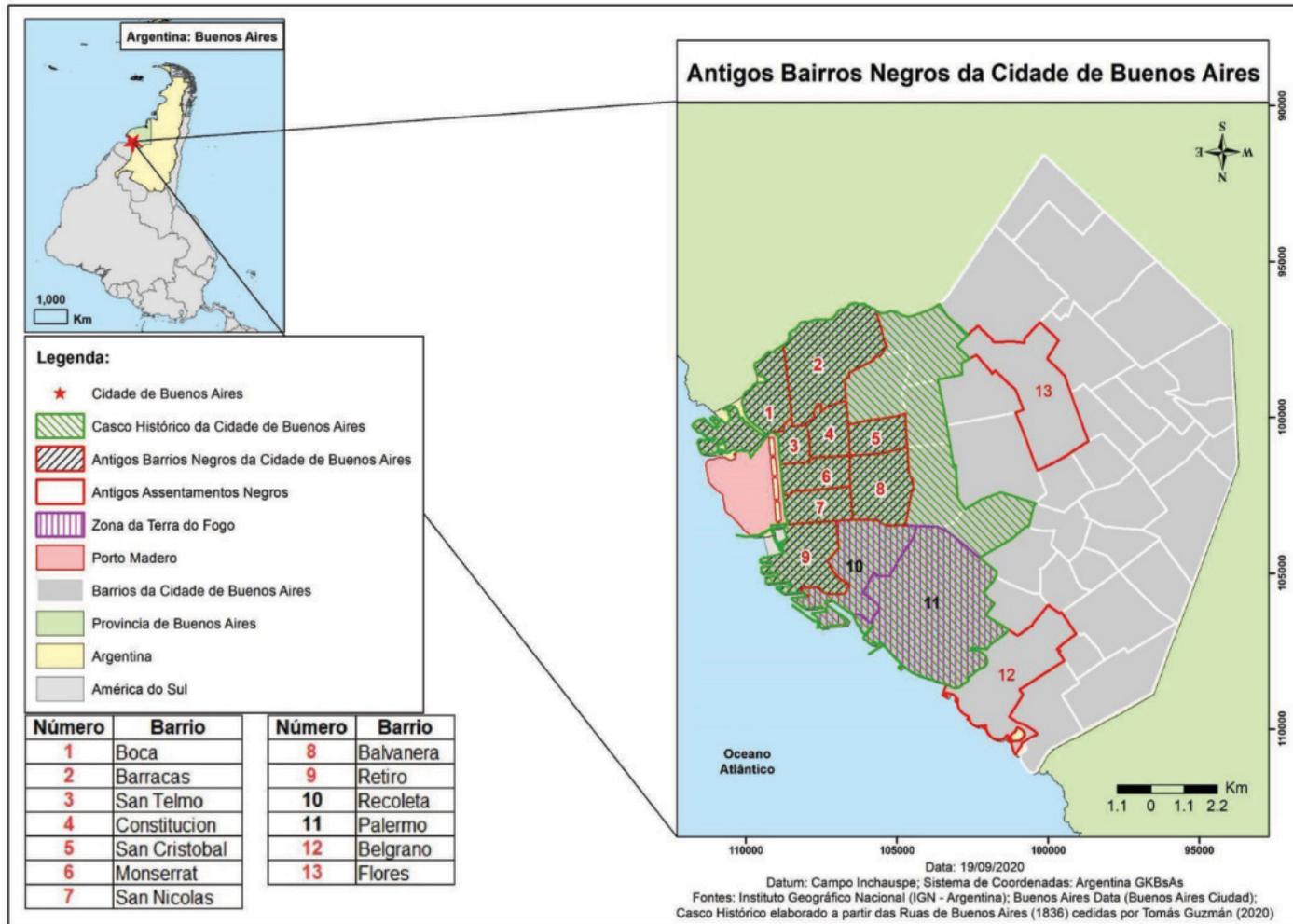
⁵⁴ O mapa da Argentina está invertido propositalmente, pois, dada a geopolítica do conhecimento, acreditamos nos pensamentos produzidos desde o “Sul” global e na perspectiva que valoriza os saberes e conhecimentos “desde dentro” (WALKER, 2012). Casco Histórico cedido e georreferenciado por Tomás Guzmán (2012).

Os antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires (**Mapa 2**) possuíam características particulares em relação ao restante da cidade, pois abrigavam grande parte da população negra, desde escravizados, a escravos libertos e afrodescendentes. Nesses espaços se concretizou a materialização cultural de africanos e africanas através das vivências cotidianas, bailes, rituais, dentre outros. Eram eles: Boca, Barracas, San Telmo, Constitución, San Cristobal, Monserrat, San Nicolás, Balvanera, Retiro, Belgrano e Flores.

Posteriormente, com o processo de expansão da cidade e com a chegada massiva de novos migrantes europeus no início do século XIX, advinda de políticas migratórias higienistas de branqueamento da população, negros e negras foram sendo progressiva e sistematicamente expulsos da região central (o Casco Histórico) e alguns grupos passaram a ocupar uma área fora dos limites da cidade àquela época, que hoje compreende os bairros da Recoleta e Palermo (**Mapa 2**), conhecidos, naquele momento, como *Terra do Fogo*, em referência à sua distância em relação ao centro e a precariedade na qual as pessoas viviam (SHÁVELZON, 2003).

Existia uma zona que era denominada como A Terra do Fogo em alusão à distância, por certo tão longe culturalmente falando como a verdadeira Terra do Fogo. Se tratava de uma enorme extensão que agora ficaria delimitada pelas ruas Pueyrredón, Coronel Díaz y Figueroa Alcorta sobre o rio; parte agora de Palermo, Barrio Norte e Palermo Chico. Ao final do século XIX era uma área marginal, onde nasceu o tango tal como o conhecemos hoje. Zona pobre onde os meninos bem se animavam só para ir de carroças para dançar no Hansen e manter esse trato difícil com as classes baixas e suas diversões que tanto lhes agradavam. Já não eram os tempos de arte, do bairro do Tambor, mas era a última zona de refúgio da cultura afroargentina, já profundamente destruída e simbiotizada com os pobres sem cor ou, melhor, de todas as cores. Mas, novamente, era a ideia do gueto, de área liberada, de zona de acesso restringido e, mais que nada, de tango, do subúrbio (SCHÁVELZON, 2003, p. 100 tradução nossa).

Mapa 2: Antigos Bairros Negros da Cidade de Buenos Aires



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por ser uma população de identidade negada no território colonial e, posteriormente, nacional, esses bairros nos quais viviam não aparecem nos censos nem nos planos da cidade. De tal maneira, os bairros negros não foram reconhecidos pelo Vice-reinado nem pelo Estado Nacional, ainda que algumas pessoas de origem africana possuíssem documentos e escrituras das casas e dos terrenos, como foi o caso de muitos escravos libertos que recebiam doação e/ou herança de seus donos⁵⁵.

Semelhante e conhecida história é a da Casa Mínima, localizada no bairro de San Telmo **(Imagem 13)**.

⁵⁵ Sobre isso, Schávelzon (2003) assinala: “hoje sabemos que essa reduzida população que podia ter casa própria – alugada ou comprada – estava dispersa por toda a cidade e formava zonas de alta densidade que as autoridades nunca reconheceram a autonomia barrial ou parroquial. Obviamente isso coincidia com as partes mais pobres da cidade, a exemplo da zona [que compete às ruas] Chile e Defensa (...) Porém, a grande massa seguia vivendo na casa dos seus amos ou nas fazendas de ordens religiosas (p. 99, tradução nossa)”.

Imagem 13: Casa Mínima no bairro de San Telmo, Buenos Aires



Fonte: Foto da autora, setembro de 2022.

Imagem 14: Identificação da Casa Mínima



Fonte: Foto da autora, setembro de 2022.

Sobre essa construção, pairam diversas versões e, uma delas, é que uma escravizada havia ganhado o edifício de seu ex-proprietário que deixou o bairro após a crise epidêmica de febre amarela que assolou Buenos Aires na década de 1880. O jornal Clarín nos relata um pouco da história da “Casa Mínima”, que possui esse nome por medir 2,30 metros de largura e representa uma parte do antigo casarão que possivelmente foi dividido (CLARÍN, 2019, tradução nossa):

*Para conhecer a origem, os proprietários dessa casa buscaram nos cadastros mais antigos da Cidade, inclusive acharam documentos nos quais puderam identificar o primeiro dono. "Pertenceu a Antón de Porras e isso ficou registrado na primeira partilha de lotes realizada por **Juan de Garay** no momento da segunda fundação da Cidade, em 1580. Logo pudemos comprovar que, em 1700, estava sob posse de Francisco Serrano; e mais tarde, os proprietários foram os Peña. Mas quando chega a última grande epidemia de **febre amarela**, em 1871, sucede neste lugar o que aconteceu em todo o bairro. As famílias começaram a mudar-se para o norte e deixaram estes **casarões vazios** ou alugando, como **cortiços**", comenta Uberti⁵⁶.*

⁵⁶ Disponível em: https://www.clarin.com/ciudades/casa-minima_0_-UvbulZPq.html. Acesso em março de 2023.

Segundo estudo realizado pelo Centro de Arqueologia Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires (UBA) coordenado por Daniel Schávelzon foi encontrado um testamento escrito pelo proprietário à época, Andrés de la Peña, que dizia: “*É de minha vontade deixar como deixo, livre de toda servidão para depois dos meus dias, para a morena Josefa, minha escrava, em remuneração do bem e fiel trabalho que me à prestado*”. (CLARÍN, 2019, tradução nossa).

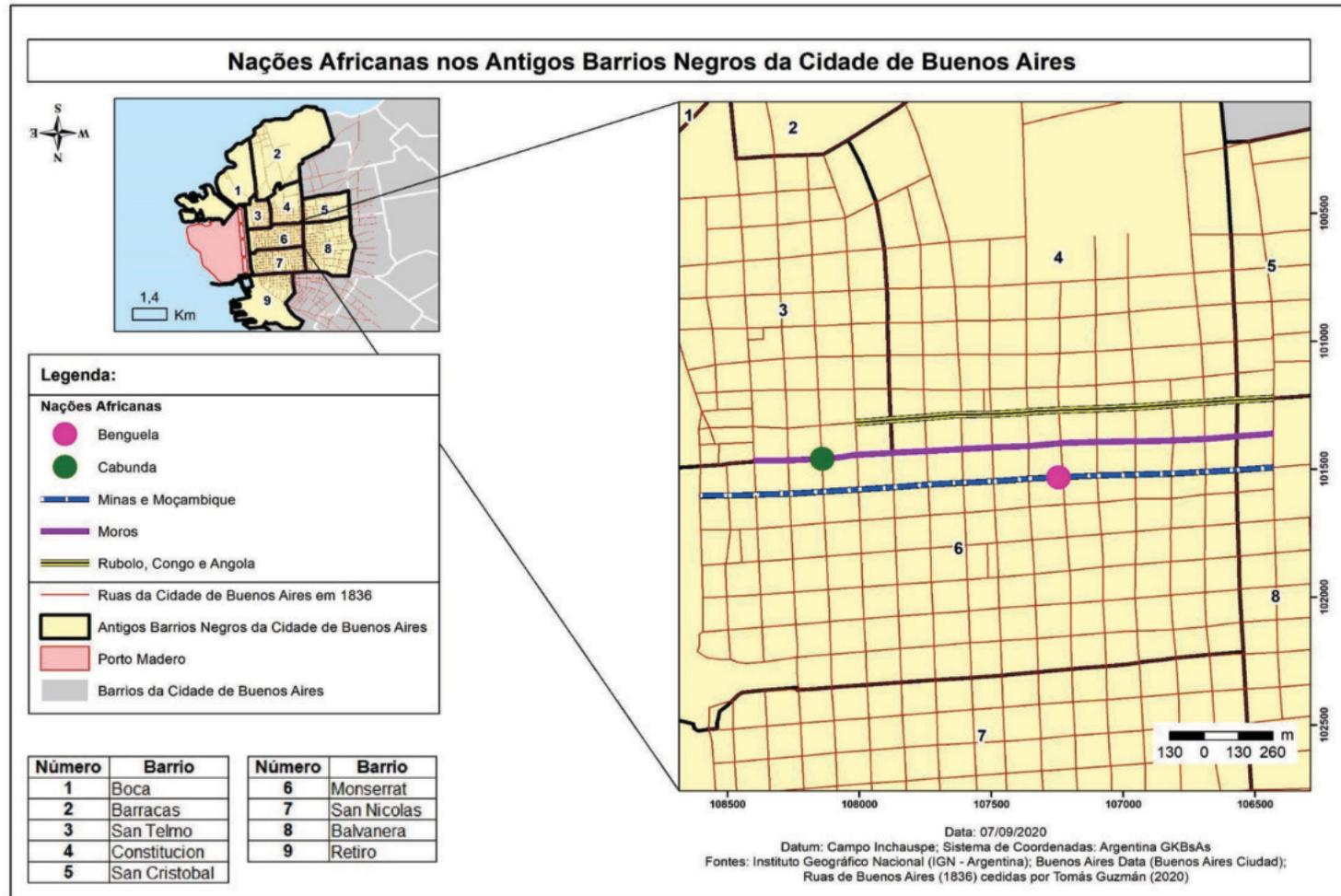
Essas e tantas outras histórias nos evidenciam não só a presença negra na cidade de Buenos Aires, mas também as territorialidades dessa população no espaço urbano portenho. Os antigos bairros negros, ainda que não possuíssem uma entidade administrativa, por não serem oficialmente reconhecidos tanto no período colonial como no pós-independência, estavam organizados, em sua maioria, pelas *Nações* e suas lideranças.

As Nações eram espaços de (re)existência onde as etnias podiam reproduzir parte de suas culturas e modos de vida, através da re-territorialização de suas práticas. Eram organizadas em comunidades que possuíam suas próprias autoridades, geralmente chamadas de Reis, onde era possível recriar ritos relacionados ao nascimento, à morte, à justiça, à cura, dentre outros. Nesse aspecto, consideramos as Nações como sendo a extensão de Áfricas representadas através da memória diaspórica dos lugares de origem dessa população e também de suas identidades.

Segundo Andrews (1989), o surgimento das primeiras nações, Guiné e Congo, se deu no ano de 1770. Em estudo realizado pelo autor foram identificadas cinquenta Nações distribuídas pela cidade de Buenos Aires (ANDREWS, 1989), que também possuíam um papel político, tanto no trato com o Estado, como com seus ascendentes. Entretanto, foi possível localizar apenas algumas delas, como apresentado no **Mapa 3**. Molina e López (2012) sintetiza uma das principais funções das Nações:

Um dos objetivos mais importantes [da Nação] era obter recursos econômicos para tirar seus membros da escravidão, mas estavam controladas pela polícia. As nações recriavam, na medida do possível, o acervo cultural africano, realizando festas, bailes e “candombes”: toque e dança do Rio da Prata. Uma grande quantidade de nações cumpriu com os requisitos oficiais e funcionaram no nosso território (p. 111, tradução nossa).

Mapa 3: Nações Africanas nos Antigos Bairros Negros da Cidade de Buenos Aires



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O **Mapa 3** das Nações Africanas nos Bairros Negros da Cidade de Buenos Aires evidencia a materialização da cultura africana nesses lugares da cidade e demonstram uma maior concentração desses espaços de (re)existência, memória e identidade nos bairros de San Telmo, Constitución e Monserrat, que estão mais próximos ao porto. Esses espaços também possuíam uma relação, ainda que conturbada, com os conventos, onde grande parte da população de escravizados e de escravos libertos trabalhavam.

Dos anos de 1780-90: os grupos mais representados parecem ser os chamados mondongo, com uma dezena de associações, e os congos com outro tanto. A relação entre nações e conventos foi muito complexa e, às vezes, até de enfrentamentos; estes agrupamentos, os conventos primeiro e depois as nações, deram coesão aos grupos, consolidaram a identidade, o pertencimento, a unidade de origem e língua e até consciência de grupo (SCHÁVELZON, 2003, p. 78, tradução nossa).

Embora Andrews tenha citado a existência de cinquenta nações, encontramos em nossas pesquisas, através do levantamento bibliográfico, oito que são as mais recorrentes: Cabunda, Benguela, Moro, Rubolo, Congo, Angola, Minas e Moçambique (ANDREWS, 1989; SHÁVELZON, 2003). O **Quadro 1** apresenta a localização de cada uma dessas nações:

Quadro 1: Localização das nações na cidade de Buenos Aires

Nação	Localização
Cabunda	Cruzamento da rua Chile com a Perú
Benguela	Rua Mexico (altura no número 1272)
Moro	Rua Chile
Rubolo	Av. Independente
Congo	Av. Independente
Angola	Av. Independente
Minas	Rua Mexico
Moçambique	Rua Mexico

Fonte: Adaptado de Schávelzon, 2003.

De acordo com os dados levantados (**Tabela 2**) também foi possível verificar que grande parte das etnias africanas que chegaram em Buenos Aires tem origem na África Oriental, África Ocidental, Congo e Angola (ANDREWS, 1989). Além disso, é importante ressaltarmos a incompletude de algumas informações devido à escassez ou ausência de registros históricos e da própria sistematização distorcida dos censos que contribuiu para o processo de invisibilização desse grupo social.

Tabela 2: Origem de africanos e africanas residentes na cidade de Buenos Aires

Origem	Importação de escravizados/as (1742- 1806)	Africanos/as contabilizados/as no censo municipal
África Ocidental	3979	127
Congo e Angola	2742	-
Congo	-	41
Angola	-	25
África do Sul	114	0
África Oriental	4708	10
Origem de Áfricas não Especificado	13072	254

Fonte: Adaptado de Andrews (1989).

3.2. Subvertendo as narrativas: “desenterrando” memórias

Se os bairros negros existiram em um determinado tempo e espaço da cidade de Buenos Aires, nos questionamos onde estão essas memórias? A história afroargentina foi sendo sistematicamente invisibilizada e enterrada no campo das ideias, mas também no espaço (físico) urbano da cidade.

Pollak (1989), ao trabalhar com a perspectiva da memória, destaca o conceito de “memória subterrânea” que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional” (p. 4), e privilegia a análise dos grupos socialmente excluídos, minoritários e marginalizados (POLLAK, 1989). Diante disso, acreditamos que as memórias "subterrâneas" sofrem, em realidade, um processo no qual são *subterraneizadas*, isto é, submetidas a uma imposição de ordem política, econômica e social que as invalidam, deslegitimam, em suma, as *enterram*. Como ressaltamos, a discussão sobre memórias é um campo de disputa, sobretudo, ideológico.

Após a realização de algumas escavações pela cidade, um grupo de pesquisadores coordenado pelo arqueólogo urbano Daniel Schávelzon, encontrou vestígios de um antigo cemitério popular, localizado na atual *Praça Roberto Arlt*, no bairro de Monserrat que, como apresentado no **Mapa 2**, possuía uma das maiores concentrações da população negra, região central da cidade de Buenos Aires. Em uma das expedições, o autor relata que um dos vestígios encontrados pela sua equipe sinalizava que a pessoa enterrada havia passado por um ritual fúnebre que apresentava aspectos da cultura africana:

O caso a descrever é o de um jovem entre 15 e 18 anos de sexo ainda não determinado enterrado a 2,80 metros abaixo do piso atual da praça. Estava em uma postura não habitual de um enterro católico: colocado de costas e com o torso mais acima que o resto do corpo, isto é, quase sentado com o torso ligeiramente voltado para oeste (a orientação geral era de sul a norte). As pernas estavam flexionadas em posição quase fetal e a cintura se apoiava sobre a pelve direita. As mãos estavam apoiadas sobre o pube com os braços flexionados para permitir essa postura. Não havia restos de caixão de madeira nem véu e só o acompanhava um largo colar de contas de cerâmicas coloridas. Este saía da boca, onde havia várias voltas para cair pela mandíbula até o pescoço da direita para a esquerda, chegando na altura do mamilo esquerdo e terminando no plexo com um adorno de madeira totalmente destruído. Ao redor do corpo foi colocado em forma de um primitivo sarcófago uma série de tijolos e telhas quebradas, além disso, foram colocados outros abaixo da cintura e debaixo dos pés e, inclusive, um pedaço de tijolo foi colocado sobre eles. O crânio tinha uma cama de tijolos quebrados (SCHÁVELZON, 2003, p. 162-163, tradução nossa).

O que nos compete, então, é pensar o quanto essas memórias existem e subsistem no espaço urbano portenho e estão *enterradas* de maneira física, como podemos perceber no excerto acima e simbólica, porém silenciadas. A memória negra em Buenos Aires nunca deixou de existir e cabe a nós desenterrá-la, valorizá-la e entendê-la enquanto parte da memória da cidade e da sociedade argentina como um todo.

Aceitar que era possível encontrar seus restos materiais [população africana e afrodescendente] era aceitar que tiveram sua própria cultura, inclusive, que mantiveram costumes tradicionais, pese os séculos de dominação e servidão a que foram submetidos: era reconhecer que houve resistência, oposição, enfrentamento ao branco; ainda que foi escondido, silenciado, não explícito, o espírito de resistência sempre esteve aí, esperando, mostrando-se (SCHÁVELZON, 2003, p. 130, tradução nossa).

Dito isso, destacamos dois bairros que representam hoje, ao nosso ver, uma das mais simbólicas invisibilizações da memória africana e afroargentina na cidade de Buenos Aires: San Telmo e La Boca. O bairro de San Telmo, localizado nas proximidades do porto (**Mapa 2**), está associado à origem do tango sem, todavia, evidenciar as territorialidades e memórias negras, tampouco as heranças amefricanas do tango, conhecido mundialmente como o ritmo musical argentino. A palavra “tango” originalmente é uma referência aos lugares (terreiros e ranchos), onde aconteciam os bailes africanos das nações, com seus toques e danças particulares (MOLINA; LÓPEZ, 2012).

O “tango”, como vimos era o lugar onde se realizavam festas e bailes de africanas, africanos e afrodescendentes, foi se transformando em uma das músicas e danças mais representativas dos argentinos em geral. Com a chegada dos imigrantes europeus convidados pelo governo para branquear o país, e que chegaram massivamente no final do século XIX e começo do XX, o tango também foi sendo “branqueado” (e como tudo criado pelos afrodescendentes, foi sendo ocultado e negado), transformando-se em um baile de cais e de salão (MOLINA; LÓPEZ, 2012, p. 123, tradução nossa).

Nos parece muito simbólico que o bairro conhecido como o “berço do Tango” em sua “história oficial” não faça nenhuma alusão a população africana e afrodescendente, tampouco à própria origem do tango. O fato é que, como assinala Molina e López (2012), ao longo dos anos houve uma transformação e atualização do Tango, distanciando o ritmo de suas origens africanas e essa é uma memória que deve também ser desenterrada.

Ao caminharmos pelo *Caminito*, região turística do bairro La Boca, somos constantemente induzidas e induzidos a construir uma única memória desse lugar, que se refere a marginalização de europeus, sobretudo, italianos na cidade de Buenos Aires que viviam de forma precária nos *conventillos* (cortiços) coloridos (**Imagem 15**). A história narrada nas paredes nos seduz e leva a crer que aquele lugar é único e exclusivamente pertencente àquele povo (**Imagens 16 e 17**).

Conforme a história oficial, a formação do bairro está relacionada à chegada massiva de europeus na cidade de Buenos Aires no século XIX, que foram ao país em busca de melhor qualidade de vida, muitos fugindo das guerras, da fome e da miséria. Como viviam em situação de precariedade, ainda que fossem trabalhadores assalariados, utilizavam os restos de tintas que encontravam para colorir as casas que, atualmente, se tornaram uma das principais atrações turísticas da cidade. Sobre a arquitetura e estética do bairro, Scobie (1977) destaca que:

A terra baixa e as frequentes inundações fizeram com que os povoadores genoveses, que **havia sido os primeiros a ocupar este distrito no começo do século XIX**, construíram suas modestas moradias sobre palafitas, para elevar o nível das casas e calçadas quase dois metros em relação a rua, recorrendo quase sempre a madeira em contraste com os tijolos, argamassa e reboque utilizados no resto da cidade. Manchas

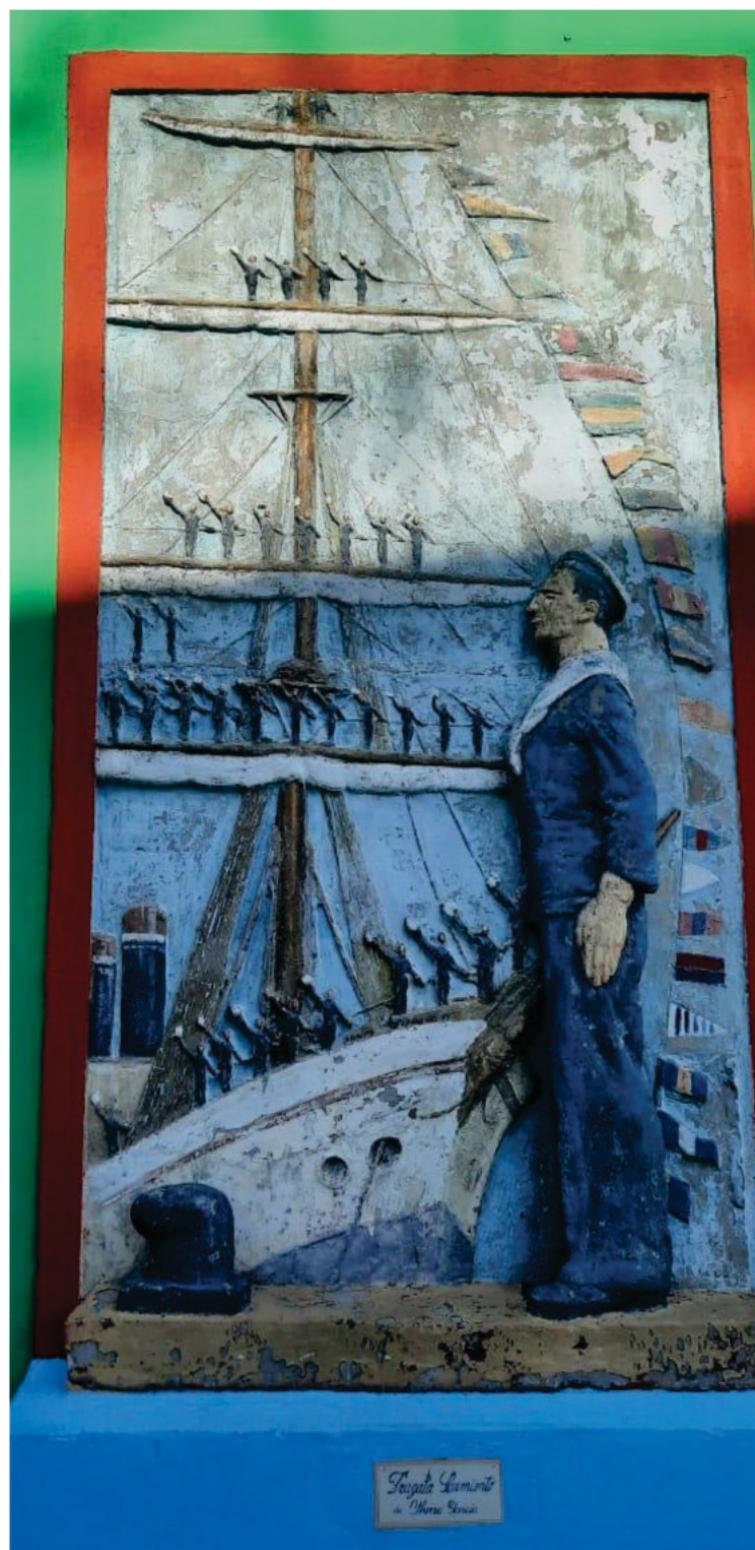
coloridas davam relevo as tábuas deterioradas pelo tempo e a pobreza da zona: de quando em quando o interior de uma casa com a frente pintada de azul, laranja ou verde, com vasos de flores, podia ver-se através das janelas que davam para a rua ou através de uma porta aberta que dava para o quintal (p. 33, tradução nossa, **grifo nosso**).

Imagem 15: Caminito, bairro La Boca



Fonte: Foto da autora, setembro de 2022.

Imagem 16: Narrativas da formação do bairro La Boca nas paredes do Caminito



Fonte: Foto da autora, setembro de 2019.

Imagem 17: Memória da origem do tango nas paredes do Caminito



Fonte: Foto da autora, setembro de 2019.

O que pleiteamos não é a negação dessa história que também é parte da memória da cidade, ao passo que retrata a chegada massiva de europeus no século XIX em Buenos Aires e sua importância na formação da cidade; mas é necessário destacar a coexistência das distintas memórias deste lugar e os diversos grupos que as compõem.

A forma como essas representações tratam a história e memória da cidade, evidencia uma única perspectiva e desqualifica a história, a ocupação, e os sujeitos africanos e

afrodescendentes. O que era a região de La Boca antes do século XIX? Antes da chegada dos italianos? Um vazio demográfico? Como destacamos no mapa dos antigos bairros negros, essa era também uma territorialidade negra. Nesse sentido, a ideia de vazio demográfico está atrelada à invisibilização e ao apagamento da memória de determinados grupos. Daí pensarmos nas memórias enterradas e nas narrativas hegemônicas da memória de um lugar.

3.3. Buenos Aires: a Paris da América do Sul

As memórias de um lugar também estão associadas às ideologias geográficas que, no caso específico da cidade de Buenos Aires, imprimem um olhar hegemônico sobre o espaço. Desse modo, ao refletirmos sobre o processo de reestruturação ocorrido em Buenos Aires no século XIX, é importante enfatizar que este foi parte de um *Projeto de Nação*, e não estamos falando de qualquer nação, mas sim daquela *desejada*. Esse ensejo, por sua vez, está pautado, principalmente, na ideia de eugenia:

Palavra inventada pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 (do grego *eugen-s*, “bem-nascido”) para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma desejada “melhor reprodução”. Outros definiram a eugenia como um movimento pelo “aprimoramento” da raça humana, vale dizer, pela preservação da “pureza” de determinados grupos. (...) (STEPAN, 2005, p. 9).

Assim, essa perspectiva científica converteu-se em um discurso social e político, selecionou e segregou os “grupos raciais” em “adequados” (europeus) e não “adequados” (não-europeus), pois, “a ciência adquire peso político no mundo moderno por apresentar-se conceitualmente como uma forma de conhecimento neutra, empírica, secular e (por ser singularmente objetiva) singularmente confiável” (STEPAN, 2005, p. 75). Nesse movimento é possível perceber que, mais uma vez, a história se repete, partindo do campo “científico”, isto é, do “racismo científico”, para o social, por meio de um Projeto Político Nacional.

Conforme Stepan (2005), a América Latina “foi a única área do ‘Terceiro Mundo’ ainda pós-colonial em que a eugenia foi assumida de forma mais ou menos sistemática” (p. 10), o que significa dizer que essa concepção representa um dos desdobramentos da colonização. Sobre a Argentina, a autora destaca que:

Racialmente, contudo, a Argentina considerava sua identidade como branca, e não mulata ou negra: a população indígena do país havia sido drasticamente reduzida por violentas campanhas de conquista e controle; a imigração européia em grande escala, principalmente de italianos e espanhóis, levou à ideia de que a Argentina seria uma Europa potencial nas Américas. Nas circunstâncias, o debate sobre a eugenia girava

principalmente em torno de qual das “raças” européias e qual das classes sociais melhor representavam a nacionalidade Argentina, e do que poderia ser feito para tornar esta nacionalidade adequada (STEPAN, 2005, p. 21).

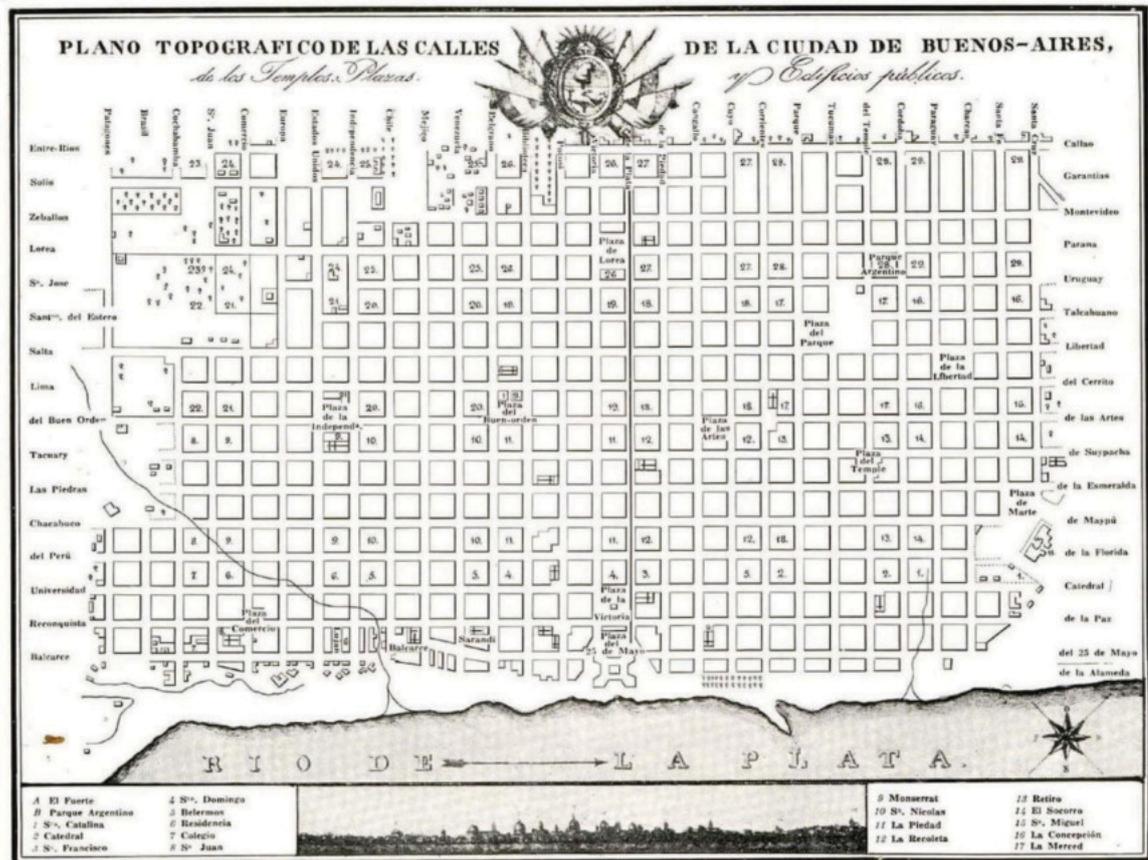
As ideias eugenistas também serviram como argumento no processo de reestruturação dos principais centros urbanos latino-americanos no século XIX, “como parte dos debates sobre evolução, degeneração, progresso e civilização” (STEPAN, 2005, p. 15) e acometeu, sobretudo, a população negra e indígena nesses países, pois era preciso pensar a cidade e seus “cidadãos”. No caso brasileiro estudos como o da pesquisadora Amanda Lima de Moraes (2017), destacam o processo de transformação espacial da cidade de São Paulo na década de 1870 (MORAES, 2017). Conforme a autora:

A ideia de modernização é usada como discurso para legitimar as ações do Estado efetivas no espaço urbano em São Paulo, sendo o referencial os modelos de cidade europeias consideradas exemplos de desenvolvimento pela elite, já que muitas cidades que haviam passado por obras de remodelação urbana onde considerava-se que características, manifestações culturais e formas que remetesse ao passado deveriam ser apagadas e esquecidas, dando espaço ao moderno. A exemplo de Paris, que no ensejo de forjar seu ideal liberal após a Revolução Francesa, retirava os signos de sua aristocracia do espaço urbano, em São Paulo se fazia esse mesmo movimento, mas voltado a seu passado colonial (MORAES, 2017, p. 29).

Processo verificado também na cidade de Buenos Aires, já que a elite portenha e o Estado argentino estavam engajados em modificar a cidade e dar a ela um “ar civilizatório”, além de garantir o distanciamento da cidade colonial e a extinção dos sujeitos indesejados. Assim, uma das principais características desse período está relacionada ao planejamento urbano que tinha como premissa a abertura de grandes avenidas, como a Paris de Haussmann⁵⁷. Bernardino Rivadavia, em 1826, então presidente da Argentina, realizou a primeira intervenção urbana com a abertura das avenidas Corrientes, Córdoba, Santa Fe, Belgrano e Independencia (PRIETO, 2018) (**Imagem 18**).

⁵⁷ Georges-Eugène Haussmann, foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870 e responsável pela reforma urbana da cidade. Conhecido também como Barão de Haussmann, idealizou o Plano Haussmann que reestruturou a cidade de Paris, com a abertura das grandes avenidas (os Boulevards), os anéis viários, as radiais e a construção de grandes edifícios.

Imagem 18: Plano topográfico de Bertres, 1822



Fonte: PRIETO, 2018. (del nombramiento de las principales Calles de la Ciudad de Buenos Aires y de los templos, plazas, Edificios públicos y Cuarteles en el año 1822).

Todavía, é importante destacar que os projetos urbanísticos desse período ocultavam seu caráter racista e eugenista com a justificativa de estabelecer o progresso e de construir uma cidade bela e para todos, onde prevaleceria o ideal brancocentrado, sobretudo porque o modelo urbanístico francês importado à América Latina e em particular, à Buenos Aires, entendia a cidade como uma obra de arte: “as ideias deste urbanismo do século XIX francês se sustentavam nos três pilares do funcionalismo público, o higienismo positivista e as ideias da estética urbana que consolidavam a beleza arquitetônica e paisagística (GUTIÉRREZ, 2007, s/p).

Com a preparação do Plano de Melhoras que o município de Buenos Aires organiza entre 1894 e 1898, se encerra uma etapa onde os técnicos locais, ou estrangeiros com muitos anos de residência no país, impulsionam um planejamento urbanístico. A radicação na Argentina de paisagistas franceses da reputação de Charles Thays (1849-1934), que impulsionaria a rede de parques e praças e o prestígio de Paris como cidade “modelo”, marcariam uma linha persistente. As esporádicas visitas de Joseph Bouvard, outrora Diretor Geral da Exposição de Paris de 1900, convocado para os planos urbanos em Buenos Aires e Rosário teriam de consolidar esta faceta no campo urbanístico (GUTIÉRREZ, 2007, s/p).

Nesse movimento, surge a denominada *Belle Époque Argentina*, que estabeleceu a remodelação da cidade, com a abertura de avenidas e a construção de praças, parques, e “passam a ser construídos também edifícios grandes e imponentes, que irão sediar tanto instituições públicas como privadas, configurando uma mudança de qualidade em relação ao aspecto destas cidades em épocas anteriores” (MEDRANO, 2003, p. 29). Essa “nova” cidade, de arquitetura moderna, também foi regida por um “novo” modo de vida, representado, principalmente, pela criação de clubes, teatros, restaurantes e *cafés* que reproduziam, sobretudo, o estilo de vida parisiense, daí a ideia que se criou no século XX, a de Buenos Aires ser a Paris da América do Sul. Conforme Medrano (2003):

Em Buenos Aires uma das características é a proliferação de clubes, restaurantes e cafés exclusivos, onde se reuniam as pessoas mais importantes. Em um primeiro momento as oligarquias terratenentes, ligadas às atividades do campo, e os imigrantes enriquecidos não se misturam. Mas aos poucos existe um processo de integração que permite aos primeiros manter a hegemonia como elite, enquanto os segundos passam a ser aceitos como parte desse grupo fechado graças às fortunas amealhadas (p. 29).

Desse modo, as transformações urbanas da cidade de Buenos Aires no final do século XIX, fundamentadas em um discurso eugenista, seguiu um modelo europeu que, por sua vez, selecionou a população que deveria usufruir dessa cidade-obra, excluindo e extraindo de sua paisagem os sujeitos indesejados, especialmente as famílias negras, como veremos no próximo capítulo.



Ilustração: Isadora Simões⁵⁸

⁵⁸ Argentina: Miriam Gomes; Brasil: Tula Pilar; Chile: Marta Salgado; Paraguai: Erolina Soares; Bolívia: Reina Angelica; Peru: Victoria Santa Cruz; Uruguai: Brindes de Salas; Honduras: Annaete Tigre; Venezuela: Betsauda Machado; Cuba: Celiz Cruz; Colombiana: Betty Rutr Lozano e México: Tania Duarte.

CAPÍTULO 4 - CARTOGRAFIA(S) AFRO-AFETIVA(S): HISTÓRIAS E MEMÓRIAS ANCESTRAIS

“A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (...)

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.”

(NORA, 2012, p. 9).

Neste capítulo desenvolvemos a metodologia de pesquisa das *cartografias afetivas*. Na presente discussão, elas representam as marcas espaciais que grafam e revelam a relação da população negra no espaço urbano portenho: as vivências, moradias, festas, os costumes e a rua, enquanto o lugar apropriado do encontro e da sociabilidade. Por tratar-se da relação entre corpos negros e o espaço, essas cartografias foram denominadas pela autora de *cartografias afro-afetivas*, pois estão condicionadas pelas vivências de três mulheres negras e apresentam suas conexões ancestrais com as territorialidades da cidade.

Assim, a metodologia participativa das *cartografias afetivas* foi utilizada para a construção de um mapa coletivo do espaço geográfico portenho, destacando as memórias e narrativas das entrevistadas Silvia Balbuena, Silvia Posadas e Carmen Yannonne, do Movimento Afroargentino.

Realizamos uma *Oficina de Mapa Afetivo* onde essas mulheres apresentaram um “mapa falado” (FERNANDES, 2016) de suas vivências e também elaboraram um mapa afetivo com seus referenciais que representam suas relações com os espaços da cidade. Essa ferramenta nos possibilitou analisar as distintas informações e conhecimentos sociais, culturais e históricos, além de ter nos permitido *ver e comparar* a realidade geográfica pretérita e contemporânea da população afroportenha.

Construir mapas de maneira participativa consiste em uma metodologia, a partir da qual foi desenvolvida uma infinidade de técnicas com o objetivo de serem coerentes aos seus pressupostos, ou seja, construir mapas de maneira coletiva e que possam representar seus próprios autores (FERNANDES, 2016, p. 58).

Assim, a cartografia afetiva elaborada a partir do mapeamento participativo, valorizou as histórias, memórias e trajetórias dessas mulheres e representou a percepção do espaço vivido das entrevistadas, do ponto de vista cultural, político e identitário: “trata-se, portanto, de uma atividade de alta intensidade de informação” (JOLIVEAU, 2008, p. 54) que contrapôs-se às representações estatais e de atores econômicos, esses, em sua maioria, rígidos e não condizentes com a realidade vivenciada pelos grupos sociais historicamente excluídos, pois, visam, exclusivamente, o ordenamento territorial e administrativo.

Desse modo, o mapa criado denuncia e apresenta as distintas leituras e perspectivas da cidade, além de produzir laços de solidariedade que induzem a novas tecnologias de conhecimento, apropriação do espaço e a possibilidade de conectar a história dos lugares e das cidades com a(s) história(s) do(s) sujeito(s), de maneira coletiva, enquanto uma *pesquisa participativa* (STRECK; ADAMS, 2014) e, também, uma *pesquisa-ação* (SANTOS, 2014). E, neste trabalho, essa metodologia foi fundamental na compreensão das relações raciais e de memória da cidade de Buenos Aires, análise realizada a partir de uma perspectiva histórico-geográfica. Conforme Abreu (1998): “a geografia tem muito a contribuir para a discussão e recuperação da memória das cidades, da memória dos lugares” (p. 91).

Para o presente capítulo, selecionamos algumas falas da Oficina de Mapa Afetivo que remontam e constituem a memória da cidade de Buenos Aires e que possibilitou realizar uma leitura e análise geohistórica crítica do espaço urbano portenho, dialogar com a literatura selecionada sobre a temática da afrodescendência e com as territorialidades *afroargentinas* do presente, pautadas nas vivências e práticas dessa comunidade, além de vislumbrar e grafar as geografias dessa população, invisibilizadas pelas “ideologias geográficas” hegemônicas (MORAES, 1991).

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 1998, p. 87).

Nessa perspectiva, a cartografia afro-afetiva apresentada nos permitiu localizar e visualizar as geografias negras da cidade de Buenos Aires e também a dialogar com essas mulheres afroargentinas que representam as vozes de nossas ancestrais e revelam a tríade

passado-presente-futuro como elucidado por Conceição Evaristo em seu poema “Vozes-
mulheres”:

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
 ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo. *Poemas de recordação e outros movimentos*, p. 25, 2017.

4.1. Cartografias Afro-afetivas: entre narrativas e memórias

Na memória corporal ou na difícil construção da cidadania, a linha do corpo negro continua desenhando o espaço. Fio da memória. Fio da identidade. Espelho que nos indaga

(NASCIMENTO, 2006, p. 68-69).

No trecho do livro “Eu sou Atlântica”, Beatriz Nascimento (2006) particulariza a experiência transatlântica e geográfica da corporeidade negra, reflexão que nos possibilita pensar sobre as marcas imprimidas por essa população no espaço geográfico (e atlântico) o que, neste trabalho, propomos chamar de *Cartografias Afro-afetivas*.

Assim, compreendemos como Cartografias Afro-afetivas a relação entre o corpo negro e o espaço, as vivências, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, os afetos e as territorialidades produzidas pela população negra. Guimarães (2015), ao analisar as geografias negras na Pequena África, região localizada no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, destaca que:

A formação de alguns elementos das paisagens das cidades e de algumas territorialidades são questões para reflexão e entendimento de como ocorreram as relações sociais e espaciais em épocas diferentes da atual, assim como as tensões em locais que podem criar e recriar os espaços. Qual seria a razão da origem da concentração da população negra em determinados espaços urbanos e por que tal fato é negligenciado nos estudos urbanos? Onde estão as marcas de heranças africanas

geradas desde o período colonial até os tempos atuais e, conseqüentemente, os patrimônios que foram deixados pelos africanos? Onde estão? (pp. 3-4).

Desse modo, ressaltamos a pluralidade na ocupação e apropriação do espaço pelo(s) corpo(s) negro(s) diaspórico(s), pois, “o processo de migração forçada de africanos não se faz meramente com um deslocamento demográfico de pessoas para novos territórios, e, sim, de culturas que compunham etnias diversas” (GOMES, 2009, p. 41) e, conseqüentemente, organizações sociais, políticas, econômicas e culturais plurais. Portanto, ao pensarmos nas diásporas negro-africanas devemos considerar as múltiplas grafias que envolvem a dimensão espaço-corporal, bem como a desterritorialização e re-territorialização desses corpos.

Entendemos ser necessário uma retomada sobre análises espaciais nas quais o negro esteve único e exclusivamente no lugar de subalternizado, escravizado, inferiorizado, marginalizado etc. e repensá-lo por um olhar com destaques de resistências, reconhecimentos, valorizações, identidades, entre outros. Neste caso, torna-se relevante pensar a transposição de uma Geografia do Racismo para uma Geografia do Antirracismo, pensar o lugar da branquitude no espaço geográfico brasileiro como um inibidor do seu enegrecimento, por meio de imposições de branqueamento e branca (conseqüentemente a repercussão disso no processo-projeto patrimonial). Também repensar discussões que envolvem diáspora, identidade, poder e violência na construção das territorialidades e dos lugares (GUIMARÃES, 2015, p.189).

Compreendemos como “Geografia do Antirracismo” (GUIMARÃES, 2015) o movimento social, político e também acadêmico de ruptura do racismo epistemológico presente na Geografia, que é constituída e fundamentada pelo eurocentrismo e, sobretudo, pelo masculino e branco-centrado. Partindo dessa perspectiva, ao participar das *VI Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos*⁵⁹, no ano de 2019, foi possível estabelecer uma rede de trocas entre intelectuais, ativistas e militantes do movimento afro latinoamericano de Cuba, Colômbia, Peru, Argentina e Venezuela, que hoje se converteram em amigos, amigas, companheiros e companheiras de luta contra o racismo dentro e fora da academia. Esse movimento nos permitiu

⁵⁹ Encontro organizado pelo *Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center* (Harvard University) e *Grupo de Estudios Afrolatinoamericanos* (Instituto Ravignani/CONICET/UBA), na cidade de Buenos Aires, Argentina, de 2 a 4 de setembro de 2019.

uma aproximação da ativista Silvia Balbuena que, ao longo do processo investigativo, fortaleceu nosso conhecimento sobre a população afroargentina.

Esse encontro nos possibilitou apre(e)nder sobre a(s) diáspora(s) negro-africana(s) na América Latina e o papel que ela(s) exerceu(eram) em cada sociedade, além de nos proporcionar a compreensão da nossa própria realidade numa perspectiva comparativa maior de autopercepção “positiva, fundamentada nos eixos empíricos, em vez de ficções de outros ou de falsas percepções de si mesmos baseadas em uma educação eurocêntrica” (WALKER, 2012, p. 23, tradução nossa).

Desse modo, no dia três de setembro de 2022, realizamos uma *oficina de mapa afetivo* com as entrevistadas interessadas Silvia Balbuena, Silvia Posadas e Carmen Yonnanne (**Imagem 19**), que são hoje importantes referências do movimento afroargentino, da luta contra o racismo e da valorização da cultura afro na Argentina. Igualmente estavam presentes Nahuel Llido e Malena Tasat, estudantes de Geografia da *Universidad de Buenos Aires*, que nos auxiliaram com a captura de imagens e participaram da conversa.

É importante destacar que a atividade desenvolvida está relacionada à pesquisa participativa, metodologia que potencializa os movimentos emancipatórios de distintos grupos sociais, além de viabilizar o papel histórico-geográfico das envolvidas que, a todo momento, em suas falas, fizeram questão de reforçar a presença afroargentina em distintos lugares da cidade de Buenos Aires.

Outro conceito exercitado foi o de pesquisa-ação que, segundo Santos (2004), representa a “execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares” (p. 55). Nesse aspecto, a oficina realizada foi fundamental para apre(e)nder com os pares, refletir sobre a própria pesquisa, compartilhar o conhecimento desenvolvido ao longo do processo investigativo e, sobretudo, praticar a escuta e aprender com ela.

Imagem 19: Oficina de Mapa Afetivo



Fonte: Nahuel Llido. Setembro de 2022.

No momento anterior à oficina, foram realizadas leituras bibliográficas que tratam sobre a presença negra na cidade de Buenos Aires. Autores como Andrews (1989), Daniel (2003) e Geler (2010), foram fundamentais para vislumbrar nosso imaginário, fundamentação teórica e para o desenho de possíveis mediações no encontro com as mulheres afroargentinas.

Durante o encontro, as falas das entrevistadas elucidaram muitos pontos levantados nesse momento pré-campo, porém, a conversa foi marcada por propriedade, conhecimento e encanto ao ouvir as narrativas dessas *sujeitas*, regadas de memórias afetivas e compartilhamentos de saberes entre elas e conosco, o que nos permitiu compreender mais sobre a cidade de Buenos Aires e ter acesso a informações as quais muitas vezes não temos em outras formas de registro e divulgação que revelam as práticas políticas, sociais e culturais.

Considerando esses pressupostos, a metodologia de mapeamento participativo é muito diversa e aberta a uma grande quantidade de técnicas, que inclusive em muitos casos,

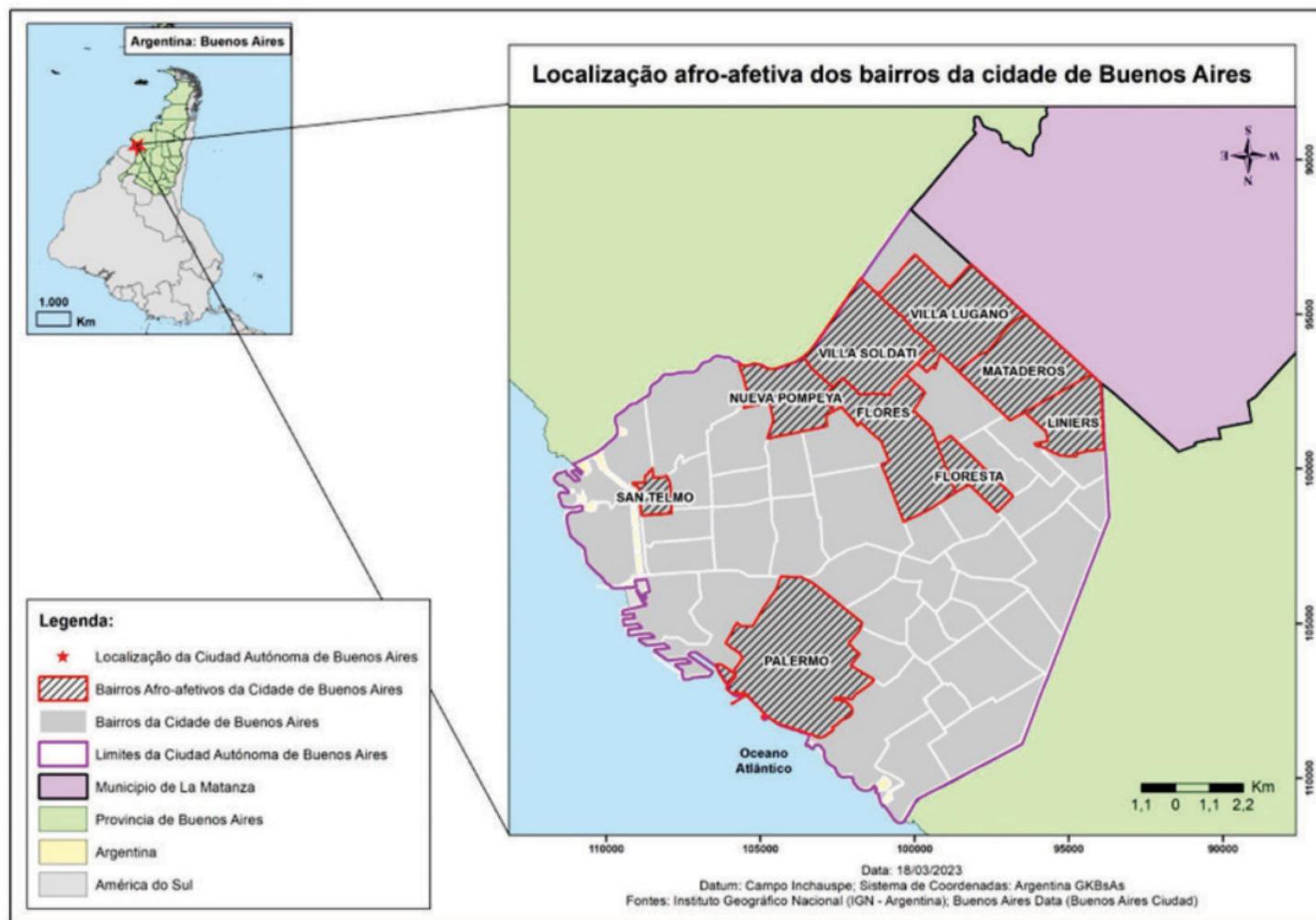
deve considerar técnicas não convencionais para mapear, buscando relatar como determinado grupo pode representar seu espaço, ou seja, realiza a sua cartografia (FERNANDES, 2016, p. 61).

Importante ressaltar que, apesar de apresentarem suas memórias individuais, as entrevistadas partiam de um ponto comum: a cidade de Buenos Aires. Logo, o cenário urbano permitiu com que houvesse a convergência dessas memórias individuais para uma memória da cidade.

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade (ABREU, 1998, p. 86).

Nesse movimento, a fala das mulheres afroargentinas nos possibilitou acessar a memória da cidade por meio das narrativas apresentadas por elas dos lugares onde viveram com seus familiares e foi através desses relatos, que pudemos elaborar um mapa com os bairros referenciados na conversa, como pode ser observado no mapa “Localização afro-afetiva dos bairros da cidade de Buenos Aires”.

Mapa 4: Localização afro-afetiva dos bairros da cidade de Buenos Aires



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Nele é possível identificar San Telmo, antigo bairro negro destacado na literatura consultada, mas também a identificação de novos bairros e territorialidades, como Nueva Pompeya, Villa Soldati, Flores, Floresta, Villa Lugano, Mataderos e Liniers. Igualmente, é possível verificar o processo de expropriação das famílias afroargentinas na região do Casco Histórico, como assinalado e marcado a todo momento na fala de Balbuena, Posadas e Yannone. Essas famílias foram sendo, ao longo do século XIX, sistematicamente expulsas e passaram a residir nos bairros limítrofes da cidade de Buenos Aires, como Nueva Pompeya, Villa Soldati (antiga Villa Cartón), Villa Lugano, Mataderos, Liniers, Flores e Floresta — com pouca infraestrutura, comparados aos bairros mais centrais e, em sua maioria, ocupados pela população de baixa renda — e, em alguns casos, cidades do conurbano, como é o caso de La Matanza, o que GELER; Yannone e Egido (2020) irão denominar “processo de suburbanização”.

Na década de 1880, a cidade passou a ser a capital federal da república, que a incumbiu de ser não só a sede do governo nacional, mas também a representação e imagem do país em seu conjunto (...) Este período inaugurou o processo de intervenção direta de um Estado cada vez mais forte e disciplinador na construção de um espaço público concebido para moldar a sociedade. Como resultado, Buenos Aires foi pensada como imagem e semelhança do projeto político que definia claramente o povo que a habitaria. Em termos econômicos, devia mostrar a modernidade e o progresso do país. Em termos socioculturais e étnico-raciais, esteve marcada pela ideia de homogeneidade populacional e europeidade, tanto de seus habitantes como de seu traçado urbano, e por políticas que faziam com que essa representação fosse realidade (p. 4, tradução nossa).

Ao relatar suas histórias, houve um movimento das próprias mulheres de se perceberem em diálogo e como protagonistas de uma história enegrecida, onde havia pontos de convergência entre suas trajetórias e vivências. Em uma das falas, Carmen ressaltou: “*a história se repete, mesmo sendo de famílias diferentes, somos famílias negras*” (tradução nossa). Essa frase, de grande impacto, não só traduz o que foram as diásporas negro-africanas, mas também nos atavessa enquanto sujeitos e nos diz quem somos enquanto sociedades multirraciais das Américas.

Assim como interpreta Beatriz Nascimento (2006), *somos atlânticos e atlânticas*: “o corpo negro plural [que] constrói e qualifica outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem” (NASCIMENTO, 2006, p. 59) e experenciam um passado histórico comum que, na voz das entrevistadas, significa dizer que

elas vivenciaram as mesmas experiências de invisibilização e marginalização na cidade, mas também compartilham do deleite, ao relatarem, por exemplo, os bailes negros que frequentavam e as danças, o que fortalece a identidade afroargentina.

O corpo é igualmente memória. Da dor – que as imagens da escravidão não nos deixam esquecer, mas também dos fragmentos de alegria – do olhar cuidadoso para a pele escura, no toque suave no cabelo enrolado ou crespo, no movimento corporal que muitos antepassados fizeram no trabalho, na arte, na vida. Um golpe de cabeça, um jeito de corpo para escapar dos estereótipos, dos preconceitos e do racismo explícito.” (NASCIMENTO, 2006, p. 68).

Pensando nessa corporeidade negra, a proposta inicial da oficina com as afroargentinas era a de produzir um *mapa afetivo* utilizando os referenciais delas que representassem as territorialidades negras da cidade de Buenos Aires (**Quadro 2**). No percurso, foi construído inicialmente um “mapa falado” com menções aos lugares da cidade, que contou não somente sobre a história de seus ancestrais, mas também nos revelou as grafias no espaço urbano portenho e conurbano, através das narrativas e memórias apresentadas durante a conversa, ao passo que as entrevistadas foram indicando pontos de referência da cidade (locais de trabalho, moradia e de lazer dos familiares) (**Mapa 5**).

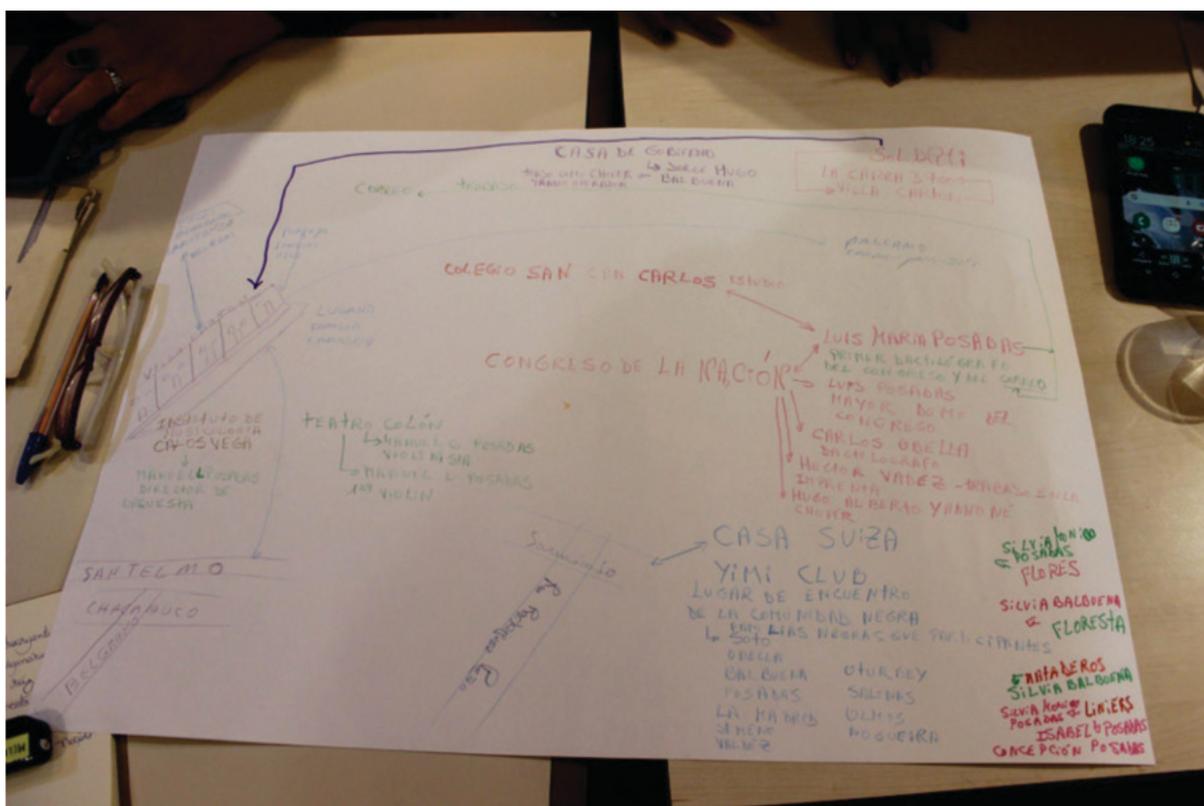
Quadro 2 - Síntese da Oficina de Mapa Afetivo

Pressupostos	Expectativas	Descrição
<p>Técnica: mapa afetivo colaborativo</p> <p>Justificativa: Explorar o método cartográfico participativo</p>	<p>Desenvolver uma base cartográfica participativa e contra-hegemônica</p>	<p>Objetivo: representar o espaço urbano portenho através das vivências das mulheres afroargentinas e identificar as memórias enegrecidas da cidade</p>
	<p>Representar as territorialidades negras e as memórias enegrecidas da cidade de Buenos Aires</p>	<p>Materiais: Cartolina, lápis de cor, caneta, canetinha, mapa da cidade de Buenos Aires, máquina fotográfica</p> <p>Procedimento: Realização de oficina e criação de um espaço de diálogo onde as entrevistadas foram relatando suas histórias e memórias</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O mapa falado se desdobrou em um *mapa mental* (**Imagem 20**), onde foram sinalizados e esquematizados lugares, ideias, memórias e territorialidades, posteriormente georreferenciadas utilizando o programa ARCGis, como pode ser observado no mapa “Lugares da Memória Afro-argentina na Cidade de Buenos Aires” (**Mapa 5**).

Imagem 20: Mapa mental construído pelas mulheres afroargentinas



Fonte: Nahuel Llido. Setembro de 2022.

No decurso da atividade, não nos preocupamos com a exatidão do mapa construído, mas focamos nas representações afetivas elaboradas pelas mulheres, partindo de suas vivências, que revelaram as territorialidades afroargentinas e, igualmente, as rugosidades espaciais e raciais dos antigos bairros negros, isso porque, ao indicar o lugar de moradia de sua família, Carmen citou San Telmo que, como vimos no capítulo anterior, foi um dos antigos bairros negros com uma das maiores densidades demográficas dessa população nos séculos XVIII e XIX. A família da entrevistada vivia em uma residência precária (conventillo), conforme assinalado, na rua Chacabuco com Belgrano (**Imagem 20**):

“Nós contamos na obra de teatro ‘Não é país para negra’, a nossa história, não? Eu conto, como nós chegamos a viver na Villa Soldati, mais [conhecida como] Villa Cartón, porque as casas eram feitas de papelão. Nos tiraram de Chacabuco e Belgrano, em pleno San Telmo para nos levar para lá [Villa Cartón]. Então agora é possível entender com clareza que eles já tinham pensado em fazer de San Telmo o que é agora, um bairro turístico, então como podiam deixar todos os negros ali? E veja, os turistas viam todos negros argentinos [...] a maioria, lamentavelmente, pobres, não haviam famílias ricas na verdade” (Carmen, Tradução nossa).

E Silvia Balbuena complementou: *“a zona, basicamente de San Telmo, era a zona dos negros, mas sabe por que não comente de negros? Porque os casarões foram deixados com a febre amarela”* (Silvia Balbuena, tradução nossa). A entrevistada retoma o contexto histórico da febre amarela que assolou a Província de Buenos Aires entre as décadas de 1850 a 1870 e que, segundo Andrews (1989) e Schavelzon (2003), atingiu grande parte da população africana e afrodescendente que vivia na região do Rio da Prata. Nesse período, a população abastada que residia naquela zona deixou suas casas para fugir da epidemia e essas foram ocupadas por parte da população negra, foram doadas, como abordado no capítulo anterior.

Imagem 21: Construção do mapa mental



Fonte: Nahuel Llido. Setembro de 2022.

Sobre as sociabilidades negras na cidade de Buenos Aires, Silvia Balbuena e Carmen, relataram a constituição do candombe argentino, importante territorialidade imaterial da cultural afroargentina, e situaram um clube de bailes negros chamado “Casa Suíza”, localizado na capital e que hoje não existe mais (**Mapa 5**). Conforme Balbuena, “*era um lugar onde se reunia a comunidade negra para os carnavais nada mais*” (tradução nossa). Na sequência, Yannone mencionou como eram realizadas as festas e ainda, diferenciou o candombe argentino do uruguaio:

“Isso permitia [o encontro no clube] as pessoas, aos negros que viviam aqui na Capital, não apenas na Capital porque também vinham da província, mas a província daqui, perto. As oito noites de carnaval se juntar... poder tocar os tambores... porque estava proibido, cantar e dançar o candombe argentino que não se conhece, que aqui na Argentina não se conhece o candombe argentino, se conhece o candombe uruguaio. Porque foi totalmente proibido sair na rua para dançar e tocar o candombe argentino. Outra coisa também, para tocar o candombe argentino deve estar sentado, por outro lado, no candombe uruguaio, se pendura o tambor e se toca de pé” (Tradução nossa).

Balbuena, por sua vez, assinalou que:

“Ao tê-lo proibido [o candombe argentino, as pessoas] se reuniam nos aniversários, nas casas e faziam uma espécie de círculo. Então, as mulheres dançavam o candombe, mas de outra forma, me entende? Por outro lado, o [candombe] uruguayo sempre (sic), nunca foi abolido e lhes era permitido sempre sair nas ruas e aí foi a parte comercial que começamos com os bailes, com a dança etc etc... Em contrapartida, o nosso é mais tranquilo, porque era para aniversários, nada mais...” (Tradução Nossa).

Nas falas das entrevistadas é possível identificar o processo de contenção dos corpos negros nas ruas de Buenos Aires e, sobretudo, o racismo instaurado naquela sociedade ao proibir as festividades negras que, outrora, ocorriam nos espaços públicos e, posteriormente, de maneira enclausurada, majoritariamente em locais fechados, como é possível observar nas obras de Pedro Figari (1921) (**Figura 22**), e/ou nos terreiros das casas, como mostra a obra “Candombe Federal” de Martín Boneo. Igualmente, é possível observar em ambas as obras os tocadores sentados e a dança em roda, como relatado pelas entrevistadas. Ainda sobre o candombe argentino, Molina e López (2012, p. 191) explicam que:

A palavra “candombe” se refere a dois eventos distintos: um passo de dança particular, e as danças públicas de um acontecimento social. Começa a se usar popularmente a partir da terceira década do século XIX; significa “negro”, “pertencente aos negros”, “próprio dos negros” na língua kimbundu de Angola (tradução nossa).

Desse modo, o candombe, para além de um ritmo musical e da dança, constitui-se também enquanto o encontro das memórias afro-diaspóricas e evidencia a ideia de pertencimento de um povo e, neste caso específico, representava as sociabilidades negras na cidade de Buenos Aires.

Imagem 22: Candombe argentino



Fonte: Pedro Figari, “Candombe”, 1921. Acervo Malba - Fundación Costantini.

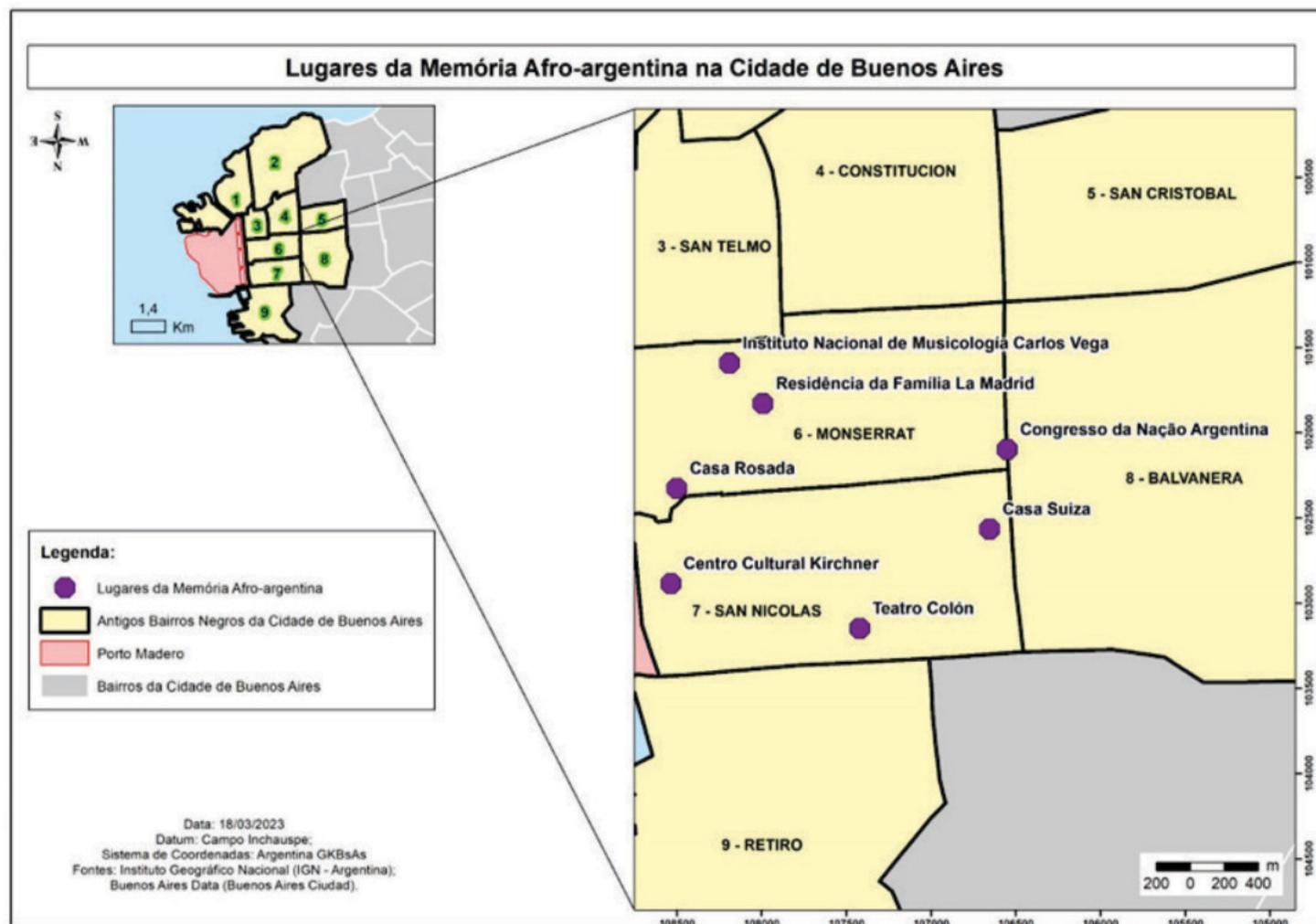
Partindo da conversa com as entrevistadas e da construção do mapa afetivo realizado por elas, foi possível georreferenciar e representar no **mapa 5**, os lugares que evidenciam a memória individual delas, ao tratar de seus familiares, mas também da memória coletiva, uma vez que retrata a história da cidade: “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos (...)” (NORA, 2012, p. 9).

Nesse momento, foi possível notar que a memória dessas mulheres estava vinculada à relação profissional de seus familiares, sempre exaltando, com ufania, os cargos de cada um deles (eram homens, em sua maioria) e ressaltando a importância dessas pessoas em exercer suas funções nas instituições públicas da cidade e do país: o Congresso da Nação, os Correios, a Casa Rosada (Casa do Governo), o Teatro Colón e o Instituto Nacional de Musicologia. Conforme relatado por Silvia Balbuena: “*meu papai, trabalhava como motorista [na Casa do Governo] de um comodo e depois em um curso que fez na Casa do Governo, se apresentou e se formou em rádio operador*” (tradução nossa). E Silvia Posadas acrescentou: “*meu avô foi o primeiro datilógrafo no Congresso da Nação... meu avô era Luis María Posadas (...) e meu tio era o mordomo do Congresso (...)*”.

É importante destacar que os cargos acessados pelos familiares das entrevistadas eram, conforme as falas, os menos privilegiados dessas instituições: motorista, mordomo, datilógrafo e, somente o tio de Silvia Balbuena havia alcançado certo *status* social, ao ser reconhecido como músico no Instituto Nacional de Musicologia Carlos Vega. Essas informações nos revelam a estratificação social argentina que determina qual o papel/lugar do negro e da negra, mesmo após a abolição. Nascimento (2006) nos faz refletir sobre isso, ao destacar que:

O indivíduo negro, com o seu corpo em relações (con)sentidas, percorre em transmigração territórios negros fragmentados pela diáspora. Reconhece-se nesses espaços descontínuos e, por vezes, os correlaciona, se preenche e se eleva num alargamento de horizontes, em face de um sistema cujas forças o reduzem, o encapsulam e o puxam para baixo (p. 69).

Mapa 5: Lugares da Memória Afro-argentina na Cidade de Buenos Aires



Fonte: Elaborado pela autora

Para esse questionamento, Silvia Posadas e Carmen trazem uma importante reflexão acerca da formação da cidade e, também, do país: “*isso é o que estava pensando, as pouquinhos que somos [as três entrevistadas] e tudo que interviram [os familiares] para fazer deste país uma nação, com um pouquinho de elo somente das três. Imagine você se juntássemos mais afroargentinos (...) terminamos sendo os donos desse país*” (Silvia Posadas, tradução nossa). Na sequência, Cármen reitera: “*entretanto, sem reconhecimento algum*” (Cármen, tradução nossa).

O que me parece, humildemente, é que a nossa sociedade, a sociedade negra, tem sido uma sociedade muito pobre, porque estava escravizada, com o mínimo... eh... se libertou, mas nunca fizeram políticas públicas para eles [ex-escravizados] ... mínimo, nada... O colégio não se podia, não pude ir ao colégio desde o início. (...) O que acontece? Você está vendo um grupo de gente oprimida podendo subsistir como podem (sic) (...) (Silvia Balbuena, tradução nossa).

A análise dessas mulheres retoma o contexto de marginalização da população negra no pós-abolição, apontado no segundo capítulo desta pesquisa. Conforme Candiotti (2021), “a proposta de abordar a dimensão racial da cidadania não significa abolir a ideia da existência de raças” (p. 162, tradução nossa). Assim, na ausência de auxílio ou políticas públicas de inserção social, negros e negras passaram a buscar formas de subsistir na cidade, vendendo, sobretudo, sua mão-de-obra a baixo custo.

Os primeiros anos da revolução foram marcados por um debate continental e inclusive atlântico no qual as reflexões locais exaltaram-se ao trazer uma diferenciação formal nas possibilidades de acesso da população afrodescendente à cidadania. Definidos como “outros” pelo corpo soberano da nova república, negros e pardos encontravam-se especialmente impedidos de seu acesso aos direitos políticos e, portanto, de sua integração plena e igualitária. (...) O processo de “abstração” que implicava o projeto de construção de cidadãos modernos não foi linear. Como em outros contextos ao longo do Atlântico, para os homens da revolução era complexo pensar um cidadão cujas “qualidades” sociais e raciais não foram traduzidas no espaço de participação política (CANDIOTTI, 2021, p. 186-187, tradução nossa).

Nesse contexto pós-abolicionista, Candiotti (2021) nos provoca a refletir sobre afrodescendência e cidadania. Segundo a autora, “com a revolução e gravitação da retórica da revolução da soberania, conceitos como povo, nação, cidadão, representação e liberdade se tornaram fundamentais” (p. 164, tradução nossa) para que a elite portenha pudesse criar um

modelo ideal e universal de representação argentina, sobretudo, do cidadão⁶⁰ argentino. Sem dúvidas, o cidadão “eleito” não foi o negro nem o indígena.

Assim, Santos (2014) destaca que “a cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada” (p. 20). Nesse aspecto, nos questionamos: de quantas maneiras a população negra argentina e amefricana reivindicaram/reclamaram sua cidadania? De distintas formas: por meio de manifestações, resistências, existências, transgressões e ocupações, como podemos perceber na fala dessas mulheres que, mesmo cotidianamente deslegitimadas, seguem na luta contra o racismo na Argentina, contam suas histórias, rememoram seus antepassados, sobrevivem e grafam os espaços da cidade de Buenos Aires.

⁶⁰Conforme Milton Santos (2014) “nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (p.24).

PARA NÃO CONCLUIR: APENAS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Durante a aula de uma das disciplinas cursadas no mestrado, um professor comentou “*um trabalho não diz quem você é*”. E de fato, essa frase é verdadeira, porém, após dias digerindo-a, concluiu-se que há um complemento: “*um trabalho não diz quem você é só representa uma parte da sua trajetória e, inclusive da própria pesquisa. É um recorte. É uma pequena parte*”. Ainda que tenha sido feito um grande esforço para representar nestas páginas todo o processo investigativo, é impossível captar as experiências e vivências da autora e os atravessamentos que essa pesquisa pode causar em cada etapa. Isso porque, como foi apontado na introdução, não se trata apenas de um trabalho onde há a separação entre o objeto de estudo e o sujeito, pois, *somos atlânticas, somos afro-diaspóricas* e estamos falando de nós para nós, *desde dentro*.

O processo investigativo elucida muitas questões e inquietações que ora apresentam-se de forma motivadora, ora desmotivadora, o que evidentemente proporcionou encontros e desencontros entre o tema de pesquisa e a pesquisadora. Das dificuldades enfrentadas nesse trajeto, elencamos o período de isolamento social, ocasionado pela Pandemia da COVID-19, que teve profundos impactos no desenvolvimento da pesquisa e impossibilitou, por exemplo, o trabalho de campo previsto para os primeiros meses, para a coleta de dados, visitas ao Arquivo Nacional, aos museus, etc. Dado esse contexto, foi necessário replanejar a pesquisa e trabalhar, predominantemente, com os estudos já realizados sobre a temática afroargentina, por outros autores e autoras. O diferencial apresentado foi a criação de uma cartografia específica que possibilitou realizar a leitura espacial do fenômeno investigado.

Nesse sentido, nos empenhamos em apresentar de forma sistematizada um assunto complexo ao adentrarmos na formação socioespacial e nas categorizações raciais de outro país, que possui suas especificidades e minúcias. Ao falarmos sobre a Argentina neste trabalho, buscamos desvelar o imaginário brancocentrado ainda vigente no país, criado por uma elite política e intelectual, juntamente a uma ideologia pautada no progresso e em uma ideia de “civilização” importada da Europa e dos Estados Unidos que inviabilizou a existência e o protagonismo de grupos sociais no processo de construção da identidade nacional, como ocorreu com a população afro-diaspórica.

Desse modo, em alguns momentos da pesquisa, realizamos uma breve contextualização histórica da Argentina para alcançar o nosso objetivo central: compreender como se deu a presença negra na formação da cidade de Buenos Aires e desvelar os apagamentos históricos sofridos por essa população.

Inicialmente, a ideia era apenas enfatizar a formação dos antigos bairros negros, mas apresentada a oportunidade em dialogar com as mulheres afroargentinas, nos pareceu importante examinar essas territorialidades na atualidade, o que nos possibilitou trabalhar com a perspectiva passado-presente e constatar as rugosidades espaciais da cidade de Buenos Aires, como foi possível averiguar na Oficina de Cartografia Afetiva realizada.

O encontro com essas mulheres nos comprovou, de maneira efetiva, as informações sobre a localização e identificação de alguns dos antigos bairros negros, encontradas na literatura consultada. O capítulo “*Cartografia(S) Afro-Afetiva(S): Histórias e Memórias Ancestrais*” foi, sem dúvida, primordial na compreensão das territorialidades negras na cidade, atendendo ao objetivo geral desta pesquisa que foi o de mapear esses bairros.

Ao longo da pesquisa, o conceito de *raça* foi utilizado enquanto um componente de análise geográfica, que organiza o espaço a partir da categorização e classificação da sociedade. Assim, foi possível realizar uma leitura enegrecida da formação da cidade de Buenos Aires, utilizando-se das “categorias do método geográfico” para compreender as relações sociais e raciais no país e, em particular, na cidade portenha.

Buscamos criar um fio condutor da formação histórico-geográfica da cidade com a presença e existência negra no espaço urbano portenho através da criação dos antigos bairros negros. Dentro dessa perspectiva, nosso intuito foi o de promover uma discussão sobre as relações raciais na Argentina, que não deve ser limitada apenas à militância, mas também à produção de conhecimento acadêmico, já que estamos dialogando com um contexto político, econômico, social e cultural.

Nos apropriamos do conceito de *bairro* e nos propusemos a utilizar a ideia de *bairro negro*, que representa as experiências e vivências cotidianas particulares da população negra em um determinado lugar da cidade, caracterizado também por uma paisagem material e imaterial específicas que, na presente pesquisa, foi evidenciada a partir da denominação de “bairros do tambor” em referência ao candombe, aos rituais e festas celebradas pelos afroargentinos e afroargentinas. Falamos também da existência das *nações*, que estavam localizadas nesses bairros e caracterizavam-se como espaços políticos e culturais de sociabilidade da população negra na cidade de Buenos Aires, além de constituírem-se enquanto uma memória afro-diaspórica.

Igualmente, após a elaboração de uma cartografia específica, foi possível identificar as territorialidades negras no espaço urbano portenho, compreender o processo de formação da cidade a partir dos antigos bairros negros e também o processo de expulsão sistemática da

população aforargentina, com a reestruturação urbana do final do século XIX. Destacamos no texto que essas intervenções urbanísticas foram fundamentadas nas teorias eugenistas europeias da época e estiveram presentes não só em Buenos Aires, mas também nos principais centros urbanos da América Latina.

Desse modo, essa pesquisa evidenciou uma parte da história argentina, sobretudo, da cidade de Buenos Aires, não contada, e possibilitou acessá-la através da literatura consultada e das entrevistas realizadas, que foram importantes para o reconhecimento do papel da população negra na formação da cidade e na constituição política, econômica e cultural do país.

Dito isso, não acreditamos na cessação dessa discussão, por isso não tratamos como “considerações finais”, porque, longe desse assunto ser findado, ainda há muito o que discutir, refletir e dialogar. Por isso, pleiteamos a continuidade de pesquisas sobre as relações raciais na Argentina e a importância na valorização dos estudos enegrecidos na Geografia, além de destacarmos que o trabalho apresentado é de caráter analítico-reflexivo, ao passo que consideramos urgente evidenciar as histórias não contadas e problematizar/criar caminhos para nossa amefricanidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. “Sobre a memória das cidades”. In: **Revista da Faculdade de Letras — Geografia I**, série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANDREWS, George Reid. Los Afroargentinos de Buenos Aires. Buenos Aires: Ediciones de la Flor S.R.L., 1989.

_____. **América Afro-Latina, 1800-2000**. trad. Magda Lopes. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.

ARECES, Nidia. “Las sociedades urbanas coloniales”. In: TANDETER, Enrique. “La Sociedad Colonial”. Tomo 2. **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

ARGENTINA (1872). Primer Censo de la Republica Argentina. Buenos Aires, 1872. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/dpe/Estadistica/censos/C1869-TU.pdf> . Acesso em: janeiro de 2023.

_____. (2002, 2003). **La Ruta del Esclavo**. Proyecto Archivos Trata de Esclavos. UNESCO. Archivo General de la Nación. 2002, 2003.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARELA, Liliana. “El barrio en el Recuerdo”. In: BARELA, Liliana; SABUGO, Mario (directores). **Buenos Aires. El libro del Barrio. Teorías y Definiciones**. Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2004.

BANCO MUNDIAL. 2018. Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão. Washington, DC: World Bank. Licença: Creative Commons Attribution, 2018. Disponível em: https://dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Relatorio_Port_JH4BjdV.pdf. Acesso em março de 2023.

BARROS, Sandra A. Leão. “Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife”. In: **Revista De Urbanismo**, nº 9, março, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/ru.v0i9.5085>. Acesso em: março de 2023.

BENEDETTI, Amanda Cristina. “**Eu vi os menor pegando em arma, pois ceis foram silenciadores**”: TGI-manifesto contra o epistemicídio e genocídio preto na geografia da USP. 55f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia, 2019.

BENTO, M. A. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, Iray. (orgs.) **Psicologia Social do Racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2003.

BRAGA, Tuwilê Jorge Kin. **A territorialidade do corpo negro na USP**. 134f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2019.

BRITO, Maria da Conceição Evaristo de. **Poemas malungos – Cânticos irmãos**. 172 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2011.

CANDIOTI, Magdalena. **Una historia de la emancipación negra. Esclavitud y abolición en la Argentina**. 1ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2021.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA). **Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión**. Documentos de Proyectos (LC/PUB.2020/14), Santiago, 2020.

CLARÍN. “La historia de la Casa Mínima, el edificio más angosto y enigmático de la Ciudad”. **Clarín**, Buenos Aires, 20/04/2019. Ciudades. Disponível em: https://www.clarin.com/ciudades/casa-minima_0_-UvbuIZPq.html Acesso em: março de 2023.

CRUZ, Cano; OLMEDILLA, Juan de la. “Mapa geográfico de América Meridional”. **Biblioteca Nacional de Espanha**. 1775. Disponível em: <https://www.bne.es/es/colecciones/hispanoamerica/mapa-geografico-america-meridional>. Acesso em: janeiro de 2023.

DIFRIERI, Horacio. **Atlas de Buenos Aires. Tomo I. Textos**. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Secretaria de Cultura, 1981a.

_____. **Atlas de Buenos Aires. Tomo II. Mapas y planos**. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Secretaria de Cultura, 1981b.

DULCE, Tixa Style Poesía. “Remedios de la Matria”. In: SOUZA; ALVES; DORNELES (Orgs). **Vozes Mulheres da América Ladina**. Movimentos de Aquilombamento. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e Eurocentrismo”. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: janeiro de 2021.

DOMINGUÉZ, María Eugenia. **O ‘Afro’ entre os imigrantes em Buenos Aires: reflexões sobre as diferenças**. 168f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

_____. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDES, Wellington de Oliveira. **Mapas: Entre narrativas pela dominação e dissertativas pela contestação**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FRIGERIO, Alejandro. “De la desaparición de los negros a la reaparición de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina”. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina : herencia, presencia y visiones del otro**. Córdoba, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Argentina/cea-unc/20121213112425/08frig.pdf>. Acceso em: setembro de 2021.

FUENTES, Lutgardo García. "El tráfico de negros hacia América". In: **Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías**. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011. Disponible em: <http://www.larramendi.es/es/consulta/registro.do?control=FIL20090007369>. Acceso em: abril de 2020.
https://www.larramendi.es/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000199

GALEANO, Eduardo. **Los hijos de los días**. Montevideo: Siglo XXI Ediciones, 2012.
_____. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GARCÍA, Jesús Chucho. “Afroepistemología y afroepistemológica”. In: WALKER, Sheila S. (cop) **Conocimiento desde Adentro. Los Afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias**. 2a. edición en castellano, Cauca: Editorial Universidad del Cauca, Noviembre de 2012.

GARGUIN, Enrique. “La invención de una nación blanca en los comienzos de la historiografía argentina”. In: PÉREZ, A., GARGUIN, E. y SORGENTINI, H. (Coords). **Formas del pasado: Conciencia histórica, historiografías, memorias**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Estudios/Investigaciones; 61), 2017. Disponible em: <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/91> . Acceso em dezembro de 2022.

GELER, Lea. **Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y Nación. Argentina a fines del siglo XIX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, TEIAA (Universidad de Barcelona) 2010.

_____. “Categorías raciales en Buenos Aires. Negritud, blanquitud, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad capital”. In: **Runa**, vol. 37, núm. 1, pp. 71-87, 2016. Disponible em: <https://www.redalyc.org/journal/1808/180847332005/html/>. Acceso em março de 2023.

GELER, Lea; YANNONE, Carmen; EGIDO, Alejandra. “Afroargentinos de Buenos Aires en el siglo XX”. El proceso de suburbanización. **Quinto sol**, Santa Rosa, v. 24, n. 3, p. 90-116, sept. 2020. Disponible en http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-28792020000300090&lng=es&nrm=iso. Acceso em setembro de 2022.
<http://dx.doi.org/https://doi.org/10.19137/qs.v24i3.4124>.

GOLDMAN, Noemi. “Crisis Imperial, Revolución y Guerra (1806-1820)”. In: TANDETER, Enrique. “La Sociedad Colonial”. Tomo 2. **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH**. 220f. 2009. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

_____. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, No 92/93 (jan/jun). 1988, p. 69-82.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs). 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Coleção 2 pontos, v. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUERÍN, Miguel Alberto. “La organización inicial del espacio rioplatense” In: TANDETER, Enrique. “La Sociedad Colonial”. Tomo 2. **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. 352 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Salvador, 2015.

_____. “Geo-grafias Negras e Geografias Negras”. In: **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial. Caderno Temático: “Geografias Negras”, abril de 2020, pp. 292-311. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/866/792>. Acesso em: julho de 2020.

GUTIÉRREZ, Ramón. “O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 – O aporte francês”. In: **Revista Vitruvius**. Arqtextos, São Paulo, ano 08, n. 087.01, ago. 2007 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.087/216>>.

GUZMÁN, Florencia. “María Remedios del Valle. “La Capitana”, “Madre de la Patria” y “Niña de Ayohuma”. Historiografía, memoria y representaciones en torno a esta figura singular”. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, dezembro, 2016. Acesso em janeiro de 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.69871>.

GUZMÁN, Tomás. “El plano de una ciudad desigual. La distribución espacial de la riqueza en la ciudad de Buenos Aires en 1839”. In: **Quinto Sol**, Vol. 16, No 1, enero-junio 2012.

HAESBAERT, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa e Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

hooks, bell. “Intelectuais negras”. In: **Estudos feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 464-478, 2º semestre de 1995.

JOLIVEAU, Thierry. “O lugar do mapa nas abordagens participativas”. In: ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (pp. 45-69).

JUNIOR, Henrique Cunha. “Bairros Negros: Epistemologia dos Currículos e Práticas Pedagógica”. In: **III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares. Educação, Formação e Crioulidade**. UniCV, Cidade de Praia, Cabo Verde, 6 e 7 de junho de 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. 1a ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. “O que é essa tal de raça?”. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil**. 3. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

QUINO. **Mafalda: todas as tiras**. São Paulo (SP): Martins Fontes; Martins, 2018.

MALACHIAS, Antônio Carlos. **Geografia e Relações Raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco**. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARCELINO, Jonathan da Silva. **A força (dos) do Lugar: das lutas comunitárias ao Comitê Comunitário. A trajetória de R-existência do Bairro Cidade de Deus na Urbe Carioca**. 150f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2013.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDRANO, Ricardo Hernán. **São Paulo de Buenos Aires: urbanismo e arquitetura 1870-1915**. 309f. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MENESES, Maria Paula. “Epistemologias do Sul”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Trad. JAWERBAUM, Silvia; BARBA, Julieta. Barcelona: Editorail Gedisa, 2007.

MOLINA, Lucía Dominga; LÓPEZ, Mario Luis. “Aportes de africanos y afrodescendientes a la identidad nacional argentina. Una visión afrogénica”. In: WALKER, Sheila S. (cop) **Conocimiento desde Adentro. Los Afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias**. 2a. edición en castellano, Cauca: Editorial Universidad del Cauca, Noviembre de 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil**. 1a ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Território e História no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Amanda de Lima. **Memórias da população negra da cidade de São Paulo: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1725-1904)**. 45 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. RATSS, Alex (org). Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2006.

NORA, Pierre., Aun Khoury (trad.). “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> . Acesso em março de 2023.

O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. FCE, México, 1995.

PALOMEQUE, Silvia. “El mundo indígena. Siglos XVI-XVIII” In: TANDETER, Enrique. “La Sociedad Colonial”. Tomo 2. **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

PRESTA, Ana María. “La sociedad colonial: raza, etnicidad, clase y género. Siglos XVI y XVII”. In: TANDETER, Enrique. “La Sociedad Colonial”. Tomo 2. **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

PRIETO, Gonzalo. “La evolución de Buenos Aires a través de los mapas”. **Geografía Infinita**, 2018.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Coimbra: Cortez, 2004.

SANTOS, Maria do Carmos Rebouças da Cruz Ferreira dos. “Lélia Gonzalez: a amefricanidade como contributo para a construção de uma nova epistemologia”. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 225. nov/dez, 2020.

SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método” In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, junho, 1977.

_____. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 7 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **Espaço e Método**. 5 ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos. “Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano”. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF: ABPN, 2012b.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. 1a ed. 1a. reimpr. Buenos Aires: Gradifco, 2007.

SCARLATO, Francisco Capuano. **O real e o imaginário - Autofagia e Renovação Urbana do Bairro do Bexiga**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

SCHÁVELZON, Daniel. **Buenos Aires negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada**. Buenos Aires: Emené, 2003.

SCOBIE, James R. **Buenos Aires. Del Centro a los Barrios. 1870 - 1910**. SOLAR/HACHETE, Buenos Aires, 1977.

SILVA, Beatriz Pereira. “Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geo-grafias negras da cidade (século XIX)”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104: Edição Especial – Geografia e relações étnico-raciais. (pp. 121-141), São Paulo, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2021> . Acesso em 09/02/2021.

_____. “Os antigos bairros negros da cidade de buenos aires: uma abordagem histórico-geográfica”. In: **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78405> . Acesso em: 14/11/2022.

SILVA, Marcelo Werner. **A Paisagem Urbana da Cidade de São Paulo na visão de viajantes estrangeiros, 1808-1858**. 234f. Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Curso de

PósGraduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de Mestre em Geografia, Rio Claro, São Paulo, 2002.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. trad. Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

WALKER, Sheila S. “Recolocando los pedazos de Osiris/Recomponiendo el rompecabezas. La diáspora africana en la América del Sur hispanohablante”. In: WALKER, Sheila S. (cop) **Conocimiento desde Adentro. Los Afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias**. 2a. edición en castellano, Cauca: Editorial Universidad del Cauca, Noviembre de 2012.

APÊNDICE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMATIVO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERMINO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Estás siendo invitada(o) a participar, como voluntaria(o), en una investigación cuyo título es **“Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires. Los antiguos barrios negros”**. La actividad forma parte de una tesis de maestría sin fines de lucro que se está llevando a cabo en el marco del Departamento de Geografía de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (FFLCH-USP). El objetivo de este trabajo es discutir las territorialidades negras de la ciudad de Buenos Aires en el siglo XIX y localizar los antiguos barrios negros. El beneficio indirecto de esta investigación es la valorización de la población afroargentina y su protagonismo en la formación de la ciudad. De esta manera se espera contribuir al mejor reconocimiento del entramado étnico-racial de este grupo en el proceso de desarrollo económico/social.

La investigadora garantiza que tratará su identidad siguiendo los padrones de confidencialidad y que su nombre/imagen u otro material que den cuenta de su participación no será divulgado **sin su autorización**. Finalmente, frente a cualquier inconveniente que pueda tener lugar, la investigadora a cargo del proyecto asumirá toda la responsabilidad.

La entrevista se realizará de manera abierta, como un diálogo y, si se permite, se grabará para su transcripción y posterior análisis. La actividad también contempla el registro visual/imagen del entrevistada (o) en el momento de la realización del taller de cartografía social.

La cartografía, que denominaremos “Afroafectiva”, pretende mapear los lugares frecuentados por sus antepasados y familiares en la ciudad de Buenos Aires, a través de las memorias.

Después de explicitar las informaciones referidas a la propuesta, invito a la (el) entrevistada (o), a que en caso de aceptar formar parte de la investigación, a firmar dos copias de este documento. Una quedará en manos suyas y la otra en las de la investigadora responsable. En el caso de no aceptar forma parte de esta investigación no recibirá ningún tipo de penalización.

INFORMACIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN:

Investigadora Responsable: Beatriz Pereira Silva

Directora de la Investigadora: Profa. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos

Departamento: Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Teléfono : +55 (11) 967081258

Nombre de la (el) entrevistada (o): SILVIA ROXANA MONICA PEREIRA

Teléfono: 15 5- [REDACTED]

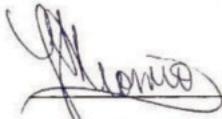
Lugar y Fecha: BS AS, 3/9/2022



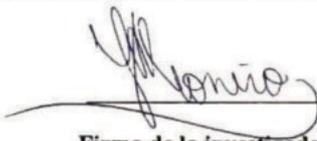
Firma de la (el) participante en la investigación.



Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de grabador



Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de la imagen



Firma de la investigadora responsable por el proyecto

INFORMACIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN:

Investigadora Responsable: Beatriz Pereira Silva

Directora de la Investigadora: Profa. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos

Departamento: Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Teléfono : +55 (11) 967081258

Nombre de la (el) entrevistada (o): CARMEN YANNONE

Teléfono: 155 [REDACTED]

Lugar y Fecha: CABA 3/9/22



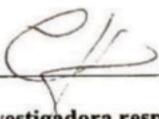
Firma de la (el) participante en la investigación.



Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de grabador



Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de la imagen



Firma de la investigadora responsable por el proyecto

INFORMACIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN:

Investigadora Responsable: Beatriz Pereira Silva

Directora de la Investigadora: Profa. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos

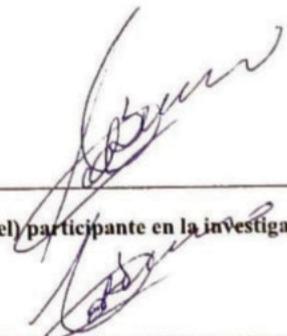
Departamento: Geografía da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Teléfono : +55 (11) 967081258

Nombre de la (el) entrevistada (o): SILVIA NOEMI BALBUENA

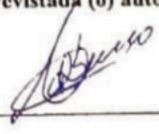
Teléfono: 11 27 [REDACTED]

Lugar y Fecha: 3/8/22. Bz. Itz.



Firma de la (el) participante en la investigación.

Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de grabador



Firma por la cual la (el) entrevistada (o) autoriza el uso de la imagen



Firma de la investigadora responsable por el proyecto